



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ANA KAROLINE DE CARVALHO SILVA

**EM BUSCA DA MOBILIZAÇÃO POPULAR: Como moradores podem transformar a  
realidade ambiental da cidade?**

Recife

2022

ANA KAROLINE DE CARVALHO SILVA

**EM BUSCA DA MOBILIZAÇÃO POPULAR: Como moradores podem transformar a realidade ambiental da cidade?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

S586e

Silva, Ana Karoline de Carvalho

Em busca da mobilização popular: Como moradores podem transformar a realidade ambiental da cidade? /Ana Karoline de Carvalho Silva - 2022  
120 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,  
(PRODEMA) Recife, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Gestão ambiental. 2. Direito ambiental - Justiça ambiental. 3. Cidades - Arborização – Cidade capital. 4. Educação popular – Movimento social. 5. Fragilidade. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-056)

**ANA KAROLINE DE CARVALHO SILVA**

**EM BUSCA DA MOBILIZAÇÃO POPULAR: Como moradores podem transformar a realidade ambiental da cidade?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

Aprovada em: 30/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Katielle Susane do Nascimento Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Roraima - UFRR

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE

---

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

## AGRADECIMENTOS

Durante estes dois intensos anos de formação, confesso que estas páginas foram umas das que mais desejei escrever. Elas representam o encerramento de um ciclo que só pôde ser percorrido e concretizado devido à generosidade, confiança, determinação e compromisso de muitos atores comigo e com a sociedade. Portanto, externarei aqui meus agradecimentos:

A Deus por sua graça, misericórdia e fidelidade comigo nestes anos tão desafiadores, carregados de aprendizados, vitórias, perdas, encontros e desencontros. Sem o Senhor, meu Pai, eu não teria condições de iniciar nem de terminar este escrito que um dia já foi um projeto de cinco páginas.

Aos meus pais, Gerson e Josineide, que me deram todo o incentivo e o suporte para eu fazer o meu melhor de maneira justa e coerente. Vocês são os meus maiores exemplos de vida.

Ao professor Cláudio Castilho que me orientou com tanta sabedoria, destreza, confiança, paciência e empolgação genuína de quem ama o que faz. Obrigada pelas conversas e ensinamentos compartilhados, ambos deixaram sementes que espalharei em minha jornada.

Aos professores e à coordenação do curso de mestrado do PRODEMA que foram a todo instante solícitos e não mediram esforços para se ajustarem ao modelo remoto e nos ofertarem o melhor diante das condições que tinham. Obrigada pela determinação e empenho de vocês, fizeram a diferença no desenvolvimento dos seus pós-graduandos.

Ao amigo Antônio Héltton pela franqueza, generosidade e determinação da sua alma; pelo seu auxílio em campo; pelas conversas que me estruturava quando eu mais precisava, e por fim, por sua amizade.

À amiga Assíria Dantas pelas trocas tão necessárias ao longo dessa caminhada. De assuntos acadêmicos à espirituais, a sua amizade se mostrou fonte de afeto, inspiração e porto seguro para mim.

À minha turma do mestrado que é “pau pra toda obra”, exemplo de cooperação, motivação e determinação. Vocês têm papel de destaque nesta minha caminhada.

Aos amigos e moradores do Distrito de Guadalajara que contribuíram com a pesquisa, respondendo e divulgando os questionários, sempre de forma muito generosa e comprometida. Agradeço especialmente aos membros da Associação de Moradores de Guadalajara que, além de nos receberem de braços abertos, nos apresentaram diferentes lugares do distrito.

À Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Qualificação Profissional (SEDEMAQ), pelas informações públicas cedidas com presteza.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia em Pernambuco (FACEPE), pela concessão da Bolsa de Pós-Graduação Stricto Sensu que possibilitou melhores condições para o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo com a aquisição de materiais, custeio de deslocamento para área de estudo, e investimento em cursos relacionados ao objeto de pesquisa e área de formação.

Ao grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) pelas discussões sempre pertinentes; pela cooperação entre os pesquisadores; e por fim, pelo desenvolvimento e divulgação de atividades de pesquisa e extensão para além dos muros da universidade.

Por fim, agradeço ainda a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente com o desenvolvimento deste escrito estando junto a mim no meu cotidiano, ainda que de forma remota, me encorajando e dando forças para ir mais além.

## RESUMO

Os movimentos populares de bairro emergiram num contexto de lutas por acesso a moradia e melhorias na qualidade do ambiente vivido. Enquanto união de moradores de áreas urbanas pobres, as mobilizações utilizam-se da força da organização para buscarem soluções para problemas de acesso ao consumo de bens coletivos, da luta pela terra urbana, melhoria das condições de vida e defesa do direito dos moradores. As suas atuações são internas e próprias a um território local, que ao se adaptar aos interesses da globalização também produz como resposta confrontações expressas por uma racionalidade própria. Diante disto, esta pesquisa objetiva analisar a atuação da mobilização popular diante das condições ambientais urbanas no distrito de Guadalajara, em Paudalho - PE. Do ponto de vista metodológico, a abordagem da pesquisa é fundamentada no materialismo histórico-dialético, visando à reflexão sobre uma possível mudança histórica que possibilite as cidades tornarem-se mais inclusivas para seus habitantes, e sustentáveis com relação ao ambiente. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, foram efetuados levantamentos da literatura sobre movimentos sociais e pesquisa documental em veículos locais de informação (jornais) com intuito de identificar episódios, causas, processos e/ou consequências de tais mobilizações. Posteriormente, identificou-se as condições ambientais do local através de fontes primárias (in loco) e secundárias (bancos de dados públicos) e, logo em seguida, aplicou-se questionários aos moradores da área de estudo visando relacionar alguns dos momentos em que as mobilizações dos moradores, diante das suas condições ambientais, conseguiram criar condições para buscarem a transformação de seus espaços, servindo de “contrarracionalidade” em relação aos interesses externos à localidade. Desta forma, espera-se oferecer subsídio para atitudes que proporcionem a melhoria da qualidade ambiental urbana e, por conseguinte, das condições de vida dos moradores, fundamentadas a partir de um processo de participação da própria população local. Assim será possível que os habitantes identifiquem possibilidades concretas de transformação da realidade que vivenciam e, com isso, também a de seus ambientes.

**Palavras-chave:** meio ambiente; cidade, movimento popular; vulnerabilidade.

## ABSTRACT

The popular neighborhood movements emerged in a context of struggles for access to housing and improvements in the quality of the living environment. As a union of residents of poor urban areas, the mobilizations use the strength of the organization to seek solutions to problems of access to the consumption of collective goods, the struggle for urban land, improvement of living conditions and defense of residents' rights. Its actions are internal and specific to a local territory, which by adapting to the interests of globalization also produces as a response confrontation expressed by its own rationality. Given this, this research aims to analyze the role of popular mobilization in the face of urban environmental conditions in the district of Guadalajara, in Paudalho - PE. From a methodological point of view, the research approach is based on historical-dialectical materialism, aiming to reflection on a possible historical change that enables cities to become more inclusive for their inhabitants, and sustainable in relation to the environment. As for the methodological procedures adopted, literature on social movements and documentary research were carried out in local information vehicles (newspapers) in order to identify episodes, causes, processes and/or consequences of such mobilizations. Subsequently, the environmental conditions of the place were identified through primary (in loco) and secondary (public databases) sources and, soon after, questionnaires were applied to the residents of the study area in order to relate some of the moments in which the mobilizations of residents, given their environmental conditions, managed to create conditions to seek the transformation of their spaces, serving as a counter-rationality in relation to interests outside the locality. In this way, it is expected to offer subsidies for attitudes that provide an improvement in the urban environmental quality and, consequently, of the living conditions of the residents, based on a process of participation of the local population itself. Thus, it will be possible for the inhabitants to identify concrete possibilities for transforming the reality they experience and, therefore, also that of their environments.

**Keywords:** environment; city; popular movement; vulnerability

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Quadro teórico dos paradigmas contemporâneos dos movimentos sociais	29
Figura 1 –	Localização de Guadalajara, Paudalho-PE	47
Figura 2 –	Cursos d'água que passam por Guadalajara em direção ao Açude Bicopeba, inserido em uma das Área de Preservação Permanente (APP) de Paudalho, Pernambuco	48
Quadro 2 –	Dimensões, variáveis e indicadores utilizados no Índice de Vulnerabilidade	51
Figura 3 –	Evolução do uso e cobertura da terra de Guadalajara, Paudalho - PE nos anos 2000, 2010 e 2020.	61
Gráfico 1 –	Porcentagem de cobertura territorial de Guadalajara-PE por classes de uso e cobertura da Terra para 2000, 2010 e 2020.	63
Figura 4 –	Áreas determinadas como classe de formação florestal em Guadalajara, PE	64
Figura 5 –	Setores censitários, vulnerabilidade social e disposição de equipamentos e serviços públicos no núcleo de Guadalajara, Paudalho - PE	68
Figura 6 –	Lixo à céu aberto nos setores 10 (A) e 14 (B) do distrito de Guadalajara	71
Figura 7 –	Chafariz que complementa o abastecimento de água no setor 14 do distrito de Guadalajara	72
Figura 8 –	Açude da Bicopeba (Mata de São João) e bombeamento de água.	76
Figura 9 –	Cacimba que abastece parte do distrito (A) e unidade da COMPESA que complementa o abastecimento instalada em 2019 (B)	76
Figura 10 –	Ônibus queimado em protesto na localidade de Guadalajara, Paudalho-PE, em 2014	77
Figura 11 –	Bombeiros controlando o fogo no fim da mobilização por passarelas em Guadalajara, Paudalho-PE, em 2015	78
Gráfico 2 –	Quantidade de OSC fundadas por ano em Paudalho	81
Figura 12	Associações de moradores de Paudalho-PE (A) e situação de funcionamento (B) até 2021	83
Gráfico 3 –	Perfil em porcentagem dos respondentes do questionário por Idade (A) e Tempo de moradia em Guadalajara (B)	88

Gráfico 4 – Perfil dos respondentes do questionário por Ocupação (A) e Nível de escolaridade (B)	89
Figura 13 – Construção abandonada (A e B) e rua sem calçamento apresentando ravinas ao longo do percurso (C e D)	92
Gráfico 5 – Moradores dispostos a ajudar os vizinhos	93
Gráfico 6 – Moradores que fizeram ou ainda fazem parte de algum clube ou associação em Guadalajara (A) e que conseguem, ou não, identificar uma figura de liderança comunitária (B)	94
Gráfico 7 – Confiança dos moradores nas autoridades políticas do município para atenderem as demandas da localidade	95
Gráfico 8 – Sensação de segurança em Guadalajara, Paudalho-PE	100
Figura 14 – Relato dos moradores sobre ações próprias que contribuem positivamente para o ambiente de Guadalajara	101
Gráfico 9 – Mobilização em Guadalajara segundo os moradores	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População de Paudalho em Pernambuco no período de 1940 até 2010	46
Tabela 2 –	Classificação de uso e cobertura da terra nos anos 2000, 2010 e 2020	62
Tabela 3 –	Indicadores dos setores de Guadalajara para as dimensões que compõem o IVS de Paudalho, PE	70
Tabela 4 –	Distribuição de OSC por área de atuação em Paudalho - PE	82
Tabela 5 –	O que os moradores encontram no ambiente de Guadalajara que os agrada e os desagrada	90
Tabela 6 –	Associação entre os substantivos escolhidos pelos entrevistados para se referirem ao termo “ambiente” e suas compreensões sobre o ambiente de Guadalajara, Paudalho-PE.	97
Tabela 7 –	Frequência de relatos dos moradores sobre os problemas ambientais da localidade	98

## LISTA DE SIGLAS

AMG	Associação de Moradores de Guadalajara
ACP	Ação Civil Pública
APP	Área de Preservação Permanente
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ARE	Aparelhos Repressivos do Estado
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
DPP	Domicílio Particular Permanente
EA	Educação Ambiental
EC	Estatuto da Cidade
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MP	Mobilização Política
MR	Mobilização de Recursos
NMS	Novos Movimentos Sociais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PP	Processo Político
TMS	Teoria dos Movimentos Sociais
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>17</b>
2.1	URBANIZAÇÃO: MERCANTILIZAÇÃO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E REAÇÕES.....	17
<b>2.1.1</b>	<b>Mobilização popular de bairro e vulnerabilidade.....</b>	<b>22</b>
2.2	DAS TEORIAS DA AÇÃO COLETIVA À MOBILIZAÇÃO POPULAR DE BAIRRO FRENTE ÀS CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS.....	27
<b>2.2.1</b>	<b>Teoria dos Movimentos Sociais na contemporaneidade.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Relações entre a Sociedade Civil, os movimentos populares e associativismos de bairro no Brasil.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Cooperação, conflito e repertórios de atuação presentes nas mobilizações populares de bairro.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
3.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	45
3.2	MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
<b>3.2.1</b>	<b>Condições ambientais do território.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.2</b>	<b>História da mobilização popular e compreensão acerca dos habitantes frente às condições ambientais.....</b>	<b>55</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>59</b>
4.1	CONDIÇÕES AMBIENTAIS E MOBILIZAÇÃO DE MORADORES EM GUADALAJARA, PAUDALHO - PE.....	59
<b>4.1.1</b>	<b>Condições ambientais de Guadalajara, Paudalho-PE.....</b>	<b>59</b>
4.1.1.1	<i>Uso e cobertura da terra em Guadalajara.....</i>	59
4.1.1.2	<i>Vulnerabilidade social e a disposição de equipamentos e serviços públicos no núcleo do distrito de Guadalajara.....</i>	67
<b>4.1.2</b>	<b>História da mobilização dos moradores de Guadalajara.....</b>	<b>75</b>
4.1.2.1	<i>Os eventos de mobilização/protesto: por água e segurança de ir e vir.....</i>	75
4.1.2.2	<i>E o associativismo de bairro?.....</i>	80
<b>4.1.3</b>	<b>Interpretações e atuações dos moradores frente ao ambiente de Guadalajara.....</b>	<b>86</b>
4.1.3.1	<i>Perfil dos entrevistados.....</i>	87

4.1.3.2	<i>Categoria Identidade coletiva e Capital social.....</i>	90
4.1.3.3	<i>Categoria Ambiente.....</i>	96
4.1.3.4	<i>Categoria Mobilização.....</i>	102
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
	<b>APÊNDICE A – VARIÁVEIS, OPERAÇÕES MATEMÁTICAS E GERAÇÃO DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DO IVS.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DOS MORADORES.....</b>	<b>118</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA COM OS MORADORES-----</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO.....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças sociais e ecológicas ocorridas a partir das revoluções industriais trouxeram consigo rupturas, avanços, contestações e confrontos na sociedade e na relação entre esta e a natureza. Como um dos resultados, a cidade tornou-se um dos principais palcos de disputas por interesses privados e coletivos que se manifestam por meio dos embates travados visando à apropriação de ambientes mais frágeis.

Os movimentos sociais despontam nesse cenário como forças contestatórias, insatisfeitas com as relações sociais que antecedem situações indesejáveis (presentes ou futuras) pelas quais alguns grupos, ou a sociedade, são (ou possivelmente serão) condicionados a participar e vivenciar (AMMANN, 1991). Dentre essas situações, a moradia e a qualidade do ambiente onde se vive são as mais visadas nos espaços das cidades. A valorização de algumas áreas em detrimento de outras guia boa parte dos investimentos em infraestrutura, equipamentos públicos, preservação e conservação do meio ambiente para determinados pontos. O que acaba por renegar outras áreas e torná-las a única opção a ser ocupada pelas populações em situação de precariedade social.

As mobilizações populares, enquanto forças locais, fazem valer seus interesses contrapondo-se aos interesses externos de agentes modeladores do espaço que têm responsabilidade direta nas tomadas de decisões políticas e econômicas no âmbito local e regional dos territórios. Tais decisões, desconsideram o ambiente, as necessidades, o modo de vida dos habitantes locais e põe em xeque as condições ambientais urbanas do território para priorizar interesses político-econômicos que, na maioria das vezes, ao trazerem retornos para o local, também trazem consigo processos de degradação do ambiente. Diante disso, no âmbito da busca pela mobilização popular de moradores, a questão sobre a qual a pesquisa se debruça é: Como a mobilização popular de moradores em áreas vulneráveis influencia nas condições ambientais urbanas? Para tanto, partimos da hipótese de que as mobilizações populares criam situações para a busca de melhorias das condições ambientais, e que, portanto, a ausência destas mobilizações agravaria a vulnerabilidade nesses espaços.

Os movimentos populares têm três princípios básicos que se destacam e influenciam nas decisões públicas, a saber: o de identidade; o de oposição; e o de totalidade (TOURAINÉ, 1988 apud CASTILHO, 2015). O primeiro acha-se relacionado intimamente com o território em que o grupo se encontra, sendo reflexo direto das práticas e vivências do lugar onde se vive. O segundo, concerne ao ato de se defrontar com os interesses externos com vistas a fazer valer os interesses da comunidade local. E o terceiro acha-se associado a outros contextos espaciais e

escalas em que se localiza o território vivido. Assim, a sua atuação é interna e própria ao local, que ao se adaptar, como alteridade, aos interesses do global, também produz como resposta confrontações expressas por uma racionalidade própria, chamada por Santos (2014) de a “força do lugar”.

Dito isso, esta dissertação tem como objeto de estudo a mobilização popular de moradores de localidades afastadas do centro municipal em prol de melhorias das condições ambientais, selecionando como lócus da pesquisa o distrito de Guadalajara em Paudalho, Pernambuco. O objetivo geral deste escrito é analisar a atuação da mobilização popular consequente diante das condições ambientais urbanas na área de estudo. E, para tanto, têm-se como objetivos específicos: a) identificar as condições ambientais urbanas da área da pesquisa; b) levantar a história de mobilização popular nesse território; e por fim, c) compreender como os habitantes interpretam e atuam em seus territórios, considerando tais condições ambientais.

O presente estudo se justifica pelo surgimento de outros enfoques acerca das mobilizações sociais, assim como a diminuição das produções científicas brasileiras ao longo dos anos 2000 que analisam em que medida os moradores, ao buscarem melhorias para o território no qual estão inseridos, influem diretamente nas condições ambientais da cidade.

Até então, a maioria dos trabalhos realizados focou na percepção ambiental por parte dos moradores, mas muito pouco se destaca sobre quais atitudes eles têm tomado e como elas estão atreladas às suas percepções sobre as oportunidades ofertadas pelo ambiente urbano. Tal motivo é reforçado tomando por base o fato de que os estudos sobre as mobilizações de bairro têm tido menor aderência enquanto objeto de estudo dos pesquisadores acadêmicos. Isto se dá, principalmente, por conta do conteúdo materialista e distributivo de suas demandas adquirirem menor visibilidade e capacidade de articulação se comparados a outros movimentos (LÜCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017; AMMANN, 1991).

Por outro lado, faz-se mister entender que o desenvolvimento sustentável nas cidades só poderá ser viabilizado ao considerar o atendimento a direitos básicos para a sobrevivência, como moradia adequada, saneamento básico, educação de qualidade, segurança, dentre outras questões imbuídas na vida cotidiana. Essa preocupação também está expressa na Agenda 2030, mais precisamente no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, que trata do desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis (ONUBR, 2018).

A compreensão sobre as percepções e atitudes atuais subsidia, também, a formação de novos valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais, em consonância com o inciso VI do Art. 3º da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei Nº 9.795/1999)

(BRASIL, 1999). Pautando-se também nos incisos, II, VII e VIII do Art, 4º, os quais pontuam “II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; [...] VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.” (BRASIL, 1999); além de dar importância e visibilidade à participação popular para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Quanto à estrutura do escrito, a dissertação está organizada em quatro seções: na primeira, que constitui a Revisão de Literatura, são inicialmente tratadas as relações entre a urbanização e a destruição da natureza enquanto parte de um conjunto relacional maior que é a relação sociedade e natureza. Posteriormente, focando nas ações coletivas humanas, enfatizou-se a diferenciação e correlação entre perspectivas dos conceitos de movimentos sociais e associativismo e as suas contribuições para o estudo das ações coletivas e sociedade atual; na segunda seção, intitulada de Metodologia, são apresentados a localização da área de estudo, a abordagem metodológica e os procedimentos metodológicos adotados; na seção “Resultados e Discussão” são evidenciadas e debatidas as condições ambientais da área de estudo, a história da mobilização popular no território, e a interpretação e atuação dos moradores no território com base nos dados coletados remotamente e em campo; Por fim na última seção, intitulada “Conclusão”, são retomadas as principais constatações da pesquisa, e apresentadas as potencialidades e os desafios a serem superados pelos moradores na busca de uma mobilização popular que lhes garanta melhores condições de vida para seus territórios.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 URBANIZAÇÃO: MERCANTILIZAÇÃO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E REAÇÕES

A revolução industrial promoveu uma série de modificações tanto no modo e nas relações de produção e reprodução da sociedade, quanto na relação sociedade e natureza. Orientadas pelo lucro, pela acumulação de riquezas, e pela aquisição da propriedade privada dos meios de produção, teve como base precursora os interesses financeiros e as liberdades individuais burguesas que culminaram em fenômenos como a industrialização e urbanização.

Camponeses foram expropriados de suas terras, e desprovidos de suas posses passaram a vender suas capacidades físicas (força de trabalho) para os detentores do capital agrícola e industrial (donos dos meios de produção) em troca de salário para sobrevivência familiar.

Nesse ínterim, a natureza que desde o período feudal era tida como obra sagrada sobre a qual o homem divina e organicamente era responsável por dominar, tornou a ser intensivamente domesticada, consumida e descartada de acordo com a utilidade impetrada pela acumulação visando a expansão da força de trabalho para assegurar o uso de matéria-prima e a produção da mercadoria capitalista (BOTTOMORE, 1983; PASSMORE, 1995; SANTOS e IMBERNON, 2014; SOUZA, 2019).

Essa visão, por assim dizer, instrumental do mundo terreno não humano revelou-se, ulteriormente muito funcional para o moderno capitalismo: se o solo e as águas, se as plantas e os animais, a partir de um ângulo judaico-cristão tradicional, ainda tinham algo de sagrado, pelo fato de fazerem parte da obra e do plano de Deus, a sua condição de veículos da afirmação do primado dos seres humanos sobre a Terra os tornou vulneráveis perante o intento de rebaixá-los a “coisas” das quais o *homo sapiens* poderia dispor como bem entendesse. Aproveitando-se dessa fragilidade potencial, foi exatamente isso que o modelo social capitalista, ao se implantar e triunfar, patrocinou: doravante não haveria nada que não pudesse ser transformado em mercadoria e, como tal, vendido e comprado, consumido e descartado – ou eliminado em nome do “progresso” ou do “desenvolvimento”. (SOUZA, 2019, p. 48)

À natureza foi atribuído um caráter mecanicista e utilitarista de recurso a ser explorado com maior volume pelo capital, do que enquanto natureza sacra utilizada como modo de subsistência nas sociedades pré-capitalistas. Ela passa a ser tratada enquanto elemento exterior, estranha e estrangeira ao ser humano, socialmente construída no plano das ideias e contida na realidade social por ser também passível a modificação de ordem antrópica – e aqui vale destacar a degradação enquanto caráter negativo dessa modificação, como fruto de um processo de mediação histórica e cultural do trabalho (PASSMORE, 1995; HARVEY, 2015; SOUZA, 2019; MARX, 1998).

Diferente dessa visão mecanicista da natureza, Marx (1998) constrói a ideia de que o trabalho é o meio pelo qual a sociedade media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza, colocando seu próprio corpo (entendido como força natural pertencente à natureza) em movimento para se apropriar dos materiais dispostos nela de forma a ajustá-la às suas necessidades. Dessa forma, o homem atua e modifica a natureza fora de si, e, por conseguinte, altera a sua própria natureza.

Essa realidade do trabalho regida sob o modo de produção capitalista põe em xeque tanto a capacidade de trabalho quanto a própria natureza, como foi notadamente observado a partir do crescimento urbano estimulado pela atividade industrial, em que as mazelas ambientais não tardaram a acontecer. Condições insalubres dentro e fora das fábricas, poluição do ar pelas chaminés, uso dos cursos hídricos enquanto destino dos rejeitos fabris e dos dejetos provenientes das habitações proletárias precárias, são esses apenas alguns dos exemplos que marcaram o início da história da urbanização europeia e mundial. No Brasil, mesmo que o processo de industrialização e urbanização tenha ocorrido de forma tardia, o exemplo primário da Europa não pareceu ser o suficiente para se fazer diferente em termos de degradação da natureza.

A formação urbana brasileira altamente dependente do campo se deu primeiramente no Nordeste decorrente da atividade açucareira que junto à agropecuária foram as maiores responsáveis pelo desmatamento da Zona da Mata. Grande parte do que são hoje as pequenas cidades do Nordeste canavieiro se estabeleceu entre o século XVII e XVIII com a função de gerenciar a coleta e o escoamento da produção da cana de açúcar voltada para o exterior, além de fornecer aos agricultores e seus empregados os produtos básicos a sobrevivência – estimulando neste quesito também a pecuária (BARBOSA e MORAIS, 2021; SANTOS, 2014; FREYRE, 2013; ANDRADE, 1998).

Assim, as pequenas cidades da Zona da Mata, como Paudalho (em Pernambuco), desde tal época já faziam parte de um “circuito inferior da economia urbana”. Essa condição culminou no arranjo histórico-socio-econômico atual destes municípios, que tiveram o seu potencial ambiental explorado de tal forma que se mantém na periferia da modernização tecnológica excludente dos que estão presentes no circuito superior. E hoje representam “um circuito não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (BARBOSA e MORAIS, 2021; SANTOS, 1979), que, por sua vez não deixam de ser importantes para a região.

De volta a formação urbana do país, posteriormente ao declínio da atividade açucareira no século XVIII esteve o Sudeste com a atividade cafeeira. Assim como o Nordeste, tal região

foi atravessada pela apropriação concentrada da terra, dos recursos naturais regionais e pela mediação e comercialização que culminaram na intensa concentração de renda nessas regiões e em suas capitais urbanas (ANDRADE, 1998; SILVA, 2019). Foi no Sudeste que se deu, de forma associada ao período abolicionista, a explosão demográfica devido às atividades industriais, terciárias e bancárias conduzidas pela expansão do mercado de trabalho cafeicultor entre os anos de 1886 e 1900 (BONDUKI, 2004 apud SILVA, 2019, p. 148):

O aumento dessas atividades urbanas estabeleceu a necessidade de habitações próxima a elas. O que incidiu em uma crescente demanda por aluguéis de baixo custo (cortiços, vilas operárias e correr de casas), por conseguinte insalubres, que possuíam como origem a autoconstrução, ou então, a produção sob responsabilidade do setor privado. É neste período, que é marcada a primeira intervenção estatal sobre as condições de moradias. Intervenção esta, autoritária e de caráter higienista, que buscou normatizar e homogeneizar tanto os espaços públicos, quanto o comportamento da sociedade por via do controle sanitário das habitações, da legislação e de códigos de postura.

Desde então, emergiram no meio urbano brasileiro entre final do século XIX e início do século XX lutas sociais e organizações populares que visavam melhorias do ambiente urbano, buscando maiores salários e melhores condições de vida, moradia e bens de consumo coletivo. Dentre tais lutas e organizações destacaram-se as associações de auxílio mútuo (com existência regulamentada pelo Império desde 1860) as quais objetivavam assegurar a sobrevivência familiar de assalariados pobres, bem como ofertar equipamentos e eventos culturais. Tais reivindicações populares por melhorias urbanas aconteceram no Rio de Janeiro (1889), compostas pela massa da população (escravos livres e brancos pobres) (GOHN, 2009) e tomaram corpo aguçando a consciência sobre a vulnerabilidade que permeava a sua existência na cidade.

A partir deste estado de coisas, o Estado dos anos 1930, gestado por um projeto liberal industrializante, começa a promover o atendimento das condições materiais para a realização do processo de acumulação, intervindo no mercado de trabalho e no processo de proletarização através da oferta de condições socioestruturais para a venda e compra do trabalho assalariado, e regulando o volume quantitativo de força dele através dos espaços do cotidiano dos trabalhadores através dos órgãos públicos, controlando assim, também a regeneração da força do trabalho de forma regulamentada institucionalmente (GOHN, 2009; AMMANN, 1991).

Tal situação de promoção das condições materiais visando ao processo de acumulação ainda hoje é retomada, principalmente, nos períodos de crise, em que para que haja a maximização de lucros pelo controle do mercado, torna-se primordial a atuação extraeconômica do Estado (direta e indiretamente) que se imbrica com as suas funções políticas, operando como administrador dos ciclos de crise do próprio mercado.

A partir da década de 40 a lógica industrializante predomina na escala nacional, e com ela a formação de um mercado nacional assistido pelos esforços do Estado para a implementação de equipamentos no território brasileiro visando à integração, expansão do consumo e da terciarização que culminam no processo de urbanização para além do nível regional – impulsionando o crescimento demográfico das cidades médias e grandes no país (SANTOS, 1993).

É neste período em que a questão social começa a ser alvo de políticas públicas do Estado, quando o “[...] capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas.” (NETTO, 2007). Participando de subsídios indiretos, investimentos públicos em infraestrutura, moradia, meio de transporte, preservação e conservação de áreas – Entendendo-se aqui que a questão ambiental também é uma questão social, visto que a sociedade está inserida na natureza. E que, portanto, é assim que o mercado adere e remodela questões levantadas pela sociedade – como é o caso da apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável, instrumentalizando com fins utilitaristas a novas formas de exploração (HARVEY, 2015; LEFF, 2008; NETTO, 2007).

Encaminhando-se para a segunda metade do século XX, é a partir da década de 70 que o Brasil experimenta de forma mais intensa o crescimento demográfico dos centros urbanos nacionais. Tal fato ocorreu principalmente devido à mecanização do campo, que culminou na migração dos trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida e emprego nos grandes, médios e pequenos centros urbanos. Nesse ínterim, houve uma multiplicação no número das pequenas cidades que passaram a existir, segundo Barbosa e Morais (2021, p. 82), de duas formas: desempenhando “importância local, diante das favoráveis condições regionais de interligação com a economia do país e o desenvolvimento de atividades produtivas específicas”; ou tornando-se “núcleos urbanos ausentes de centralidade, com precária infraestrutura”.

Especialmente as pequenas cidades situadas no domínio canavieiro nordestino passaram a abrigar parcela significativa da população das mesorregiões da Mata Paraibana, Mata Pernambucana e Leste Alagoano, chegando a abarcar em 2019 cerca de 42,59% do total de habitantes do domínio (BARBOSA e MORAIS, 2021). Neste sentido, enquanto a nível político-financeiro, possuem traços de elevada participação do setor agropecuário no PIB, alta dependência de recursos estaduais e federais, além de serem submetidos às decisões político-

econômicas derivadas dos imperativos que compõem o circuito superior. Fatores estes que têm por consequências no território local a dificuldade em atender as necessidades populacionais básicas, comprovadas pela materialização da realidade precária percebida entre os cidadãos e pelo nível crítico dos indicadores socioterritoriais (BARBOSA e MORAIS, 2021; SANTOS, 2014;1979).

Por outro lado, em nível político-administrativo e territorial, problemáticas como o aumento populacional nessas cidades têm propulsionado o fenômeno da expansão urbana informal nesses municípios, muitas vezes, na direção das áreas de fragmentos do Bioma Mata Atlântica promovendo conflito na gestão de áreas de interesse urbano e ambiental (FREITAS, 2017). Dentre as principais causas dessa expansão urbana informal sobre essas áreas estão: o alto preço das terras no centro municipal; a desatualização e até mesmo a padronização de planos diretores, legislação urbana e ambiental municipal, com relação a outros municípios que não correspondem à realidade local – sendo, portanto, deficientes, ineficientes, ineficazes e, conseqüentemente, inefetivos. Suscitando o desdobramento de territórios economicamente desvalorizados, desiguais, e socioambientalmente vulneráveis.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis tornou-se mundialmente um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), devendo ser atingido de forma participativa e integrada até 2030 (ONU, 2018)<sup>1</sup>. Por isso, embora compreenda-se a complexidade de se desenvolver ações integradas, é pertinente para o alcance de tal objetivo: a) considerar as áreas de expansão urbana no planejamento e gestão territorial de forma articulada entre as três escalas do poder estatal, levando em conta prioritariamente as especificidades locais; b) estimular e praticar a escuta ativa de quem constitui esses lugares, sendo essa, também, condição indispensável tanto na elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, quanto na gestão pública democrática e efetiva; e c) promover a educação ambiental nesses territórios possibilitando o conhecimento, compartilhamento e cuidado para com o ambiente vivido, respeitando a autonomia e o senso crítico das pessoas.

Neste sentido, convém salientar que o conceito de desenvolvimento pressupõe, diferentemente do crescimento, uma transformação qualitativamente positiva nas esferas social, política e econômica, em todo território considerando suas particularidades (CASTILHO;

---

<sup>1</sup> Existem sérias críticas as metas que compõem os ODS no que diz respeito ao potencial de cumprimento e efetividade deles em 15 anos, principalmente por se dar dentro da lógica do crescimento econômico infundável, sem considerar a concentração de renda e as desigualdades sociais derivadas dela como questões prioritárias. Nesse sentido, os ODS têm representado mais uma instrumentalização do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, que não solucionam os desafios reais e ainda os repassam para as gerações seguintes.

MORAES, 2020). Assim, embora a concepção do desenvolvimento sustentável explicitada no Relatório Brundtland em 1987 seja perfeitamente pertinente, é improvável que seja concebida numa gestão neoliberal globalizada na qual se vive sem que antes seja combatido o que Castilho (2019, p. 618) vai chamar de “cultura do individualismo egoísta inerente ao neoliberalismo” visando sua substituição por uma cultura “voltada aos interesses da coletividade e do respeito à outriedade”. Impossível de se concretizar enquanto o planejamento para tal desenvolvimento não considerar as pessoas que vivem nesses mais diversos ambientes, e que não se sentirão satisfeitas com planos homogeneizadores, impostos como “o ideal” para tal território por pessoas que nunca ali viveram, nem sentiram as reais necessidades encontradas diante das condições dispostas pelo meio.

Por fim, trabalhar com Educação Ambiental (EA) visando à sustentabilidade desses territórios implica-se também reconhecer a existência das diferentes concepções tipológicas acerca do ambiente e delimitar quais se ajustam à realidade do ambiente/território em questão, partindo do que faz sentido para a vida das pessoas que ali habitam. Sauvé (1997) apresenta seis concepções ambientais amplamente discutidas e aplicadas no mundo e as relações pelas quais o ambiente é tratado: 1) como natureza, para ser apreciado e preservado; 2) como recurso, para ser gerenciado; 3) como problema, para ser resolvido; 4) como lugar para viver, em que a EA é para, sobre e no cuidar do ambiente; 5) como biosfera, como local para ser dividido; e por fim 6) como projeto comunitário, para ser envolvido. Assim, é possível identificar as concepções predominantes entre os habitantes, cruzá-las às necessidades do território, e desenvolver projetos de EA que visem à sustentabilidade urbana considerando a autonomia e o senso crítico das pessoas, além das necessidades evidenciadas no ambiente.

### **2.1.1 Mobilização popular de bairro e vulnerabilidade**

Os movimentos e as mobilizações sociais são objetos de estudo bastante complexos. Assim como a realidade, eles estão em constante transformação. O estopim para a sua emergência são os mais diversos, assim como as suas estratégias para viabilizarem a visibilidade e o cumprimento de suas intenções. Mas, se pudéssemos resumir a essência deles, faríamos em duas frentes: a primeira, tratam-se de movimentos que se formam contra uma ordem socioespacial já estabelecida ou em via de se estabelecer; e a segunda, tratam-se de movimentos que se estabelecem a favor da manutenção da ordem socioespacial já estabelecida e vigente.

Os movimentos populares de bairro se encontram, muitas vezes, na primeira frente comentada e são entendidos como movimentos reivindicatórios. Identificados dentro do escopo

dos Novos Movimentos Sociais (NMS), no Brasil, eles surgiram na segunda metade do século XX, um pouco antes do golpe militar de 1964, mas foram proibidos, assim como o foi toda manifestação popular contra a ordem vigente. Compostos pela união dos moradores de áreas urbanas pobres com o intuito recíproco de se ajudarem nas circunstâncias cotidianas, utilizaram-se, e ainda hoje se utilizam, da força da sua organização para buscarem soluções para problemas de acesso ao consumo de bens coletivos, da luta pela terra urbana, melhoria das condições de vida e defesa do direito dos moradores (AMMANN, 1991; FREIRE, 2005; CASTILHO, 2015).

O seu surgimento esteve atrelado aos problemas urbano-industriais como a rápida urbanização – sem o controle de um planejamento consequente – e a carência de infraestrutura e condições básicas de sobrevivência, derivados a partir da migração campesina para a cidade no curso da década de 1940 (FREIRE, 2005). Enquanto que, no período de ditadura militar, Freire (2005) e Cavalcanti (2016) relatam que, em Pernambuco, as associações de moradores que já haviam se estabelecido (nos bairros de Casa Amarela, Ibura, Brasília Teimosa, Bomba do Hemetério, entre outros), e que não concordaram com o regime, foram estereotipadas de “redutos de comunistas” sendo seus membros e lideranças perseguidos e as suas sedes invadidas, metralhadas e revistadas. As associações que apoiavam o regime, geralmente, tiveram seus interesses atendidos.

A resistência das mobilizações se deu com o apoio do segmento progressista da Igreja Católica representado, sobretudo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), de algumas lideranças partidárias contrárias à ordem vigente e da Faculdade de Serviço Social de Pernambuco, legitimando e reorganizando tais movimentos, que passaram a lutar de frente com relação ao Estado – mas, não contra ele – e a favor dos interesses e da participação popular. Esse tipo de resistência e apoio foi comum a outros lugares do Brasil. Como exemplo podemos trazer os casos de Fortaleza-CE e Brasília-DF. No primeiro, Paulino (2019) coloca o cenário da mobilização no Conjunto Palmeiras em Fortaleza por direitos fundamentais e pela urbanização do bairro formando espaços de autonomia, interlocução e resistência frente ao Estado. E em Brasília, Ammann (1991) evidencia a luta histórica, articulação e conquistas dos movimentos populares de bairro entre as décadas de 1970 e 1990.

As associações e os conselhos de moradores articulados ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) levaram para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, uma proposta de lei que ia ao encontro dos interesses de fazer valer os pilares básicos para a superação da questão urbana – saneamento, habitação, transporte e ocupação do solo urbano, de maneira a conceber o acesso à cidade como um direito a todos os seus habitantes.

Com isso, conquistaram o artigo 182 que determina a função social da propriedade, e o 183 que configura o usucapião urbano (BRASIL, 1988). Posteriormente, em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) regulamentou esses artigos, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana brasileira a ser executada pelos municípios. Dentre as diretrizes, estão presentes a oferta de serviços e equipamentos públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; e o uso da propriedade urbana com o intuito de defender o bem coletivo, a segurança e o bem estar dos cidadãos e das cidadãs, bem como o equilíbrio do ambiente. Com relação aos preceitos de cunho ambiental, estão declarados a garantia do direito a cidades sustentáveis; o ordenamento e controle do uso do solo como resguardo tanto em relação com a deterioração das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental, quanto com a exposição da população a riscos de desastres (BRASIL, 2001).

Embora as diretrizes e normas estejam contidas nas leis e existam instrumentos específicos para colocá-las em prática, a realidade ambiental urbana, na atualidade, continua sendo bastante instável e insatisfatória para os pobres. Estes continuam precariamente incluídos na cidade e sumariamente empurrados a viverem em áreas marginalizadas e ambientalmente vulneráveis, ambicionadas pelo mercado imobiliário, e com apoio do próprio Estado. Sendo tais problemas socioambientais reflexos do atual modelo de desenvolvimento econômico (CARTIER et al, 2009), em que se faz uso de processos como deslocalização e desregulamentação (visando valorizar e desvalorizar determinados espaços) que intensificam as relações entre grupos vulneráveis e áreas de risco, ambientalmente mais frágeis às influências antrópicas, como áreas de manguezais, de resquícios de Mata Atlântica, matas ciliares, relevos acidentados entre outras.

De acordo com Freitas (2017), nas áreas de expansão urbana informal, essa regulação territorial geralmente está associada ao processo de supressão e degradação das áreas naturais ou valorização seletiva imobiliária dessas áreas, apoiada por instrumentos político-jurídicos como o Plano Diretor, perpetuando o processo de insustentabilidade socioambiental urbana. É nesse sentido também, que as áreas de expansão urbana estão como lócus desse processo. Áreas afastadas da cidade, mal abastecidas de serviços básicos e complementares, em que o Estado realoca pessoas para dar uma resposta rápida às demandas por habitação, mas cria uma série de outras demandas relacionadas à habitabilidade naquele ambiente, além de condicionar a supressão e degradação de áreas naturais situadas nos antigos “vazios” populacionais, que passaram a ser ocupados como reflexo de um planejamento precário, visando ao baixo-custo dessas terras.

Quando não os empurram para essa situação, tiram-lhes o mínimo de acesso a ambientes públicos de lazer envolvendo a natureza ou, simplesmente, áreas verdes. Como foi a tentativa da Prefeitura de Teresina que implementou parte de um Plano de Mobilidade Urbana que suprimia a área verde do Parque Piauí, o qual apesar de segregado e afastado cerca de 7 km da área central de Teresina, concentrava população de baixa renda que morava no bairro (SOUSA; PERES; VIANA, 2020). Afastados e desconectados do centro, unidos pelo bairro, os moradores se posicionaram contra o processo de exclusão e se aglutinaram em organizações sociais, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 para maior participação política. Em 2015, com a ameaça de supressão da área, os moradores junto a uma rede de apoiadores ocuparam a praça e levantaram publicamente o debate sobre questão socioambiental, ampliando o poder de interlocução do movimento e de influência sobre a mobilidade urbana, alterando os rumos político-espaciais de acordo com os interesses dos moradores.

Segundo Souza (2019, p. 151), o conhecimento sobre “os grupos de agentes modeladores do espaço, suas práticas espaciais e suas posições na sociedade” permite identificar que as práticas espaciais geradoras de impactos ambientais negativos possuem fluxos tendenciais dos benefícios e malefícios inversamente proporcionais conforme o grupo social e o espaço ocupado. Sendo na verdade, as pessoas que moram em espaços privilegiados (empresários, políticos e burocratas), não segregados ou até mesmo autosegregados, que têm responsabilidade imediata nas tomadas de decisões de largo alcance (político e econômico), que desenvolvem processos locais e regionais de degradação ambiental. Tais decisões atribuem ganhos significativos e menores riscos a esses agentes, em detrimento de ganhos insignificantes e maiores riscos para, por exemplo, os “moradores pobres que desmatam uma encosta para construir casas de uma favela”.

Assim, a população situa-se no seio de um processo de vulnerabilização que tem por base a própria regulação urbana (ACSELRAD, 2015; FREITAS, 2017). De forma geral, a vulnerabilidade refere-se a uma relação entre os condicionantes ambientais e socioeconômicos e a capacidade de resposta dos grupos sociais às situações de exposição a adversidades ou a riscos (CUNHA, JAKOB, HOGAN e CARMO, 2006; KATZMAN e FILGUEIRAS, 2006; JATOBÁ, 2011; NUNES e AQUINO, 2019). No caso específico da vulnerabilidade social, esta tem sido entendida como algo que abrange uma variedade de questões socioeconômicas desde a pobreza, a marginalização e a exclusão e segregação social, que refletem principalmente no afastamento populacional das políticas de bem-estar social. Nesse interim, os territórios que já são economicamente marginalizados e desvalorizados, tendem a ser ocupados por uma população em mesma situação de marginalidade, a qual na luta diária por sobrevivência acaba

por degradar ainda mais o seu próprio território, dividindo a cidade em “zonas de vulnerabilidade” e “zonas de sacrifício”, neste último caso se os grupos estiverem situados próximos a instalações de atividades perigosas (JATOBÁ, 2011; NUNES E AQUINO, 2019; SOUZA, 2019).

Com relação a outros fatores importantes presentes nas definições de vulnerabilidade, Jatobá (2011), com base em Katzman e Filgueiras (2006), aponta a estrutura de oportunidades e a capacidade de resposta aos riscos. Este primeiro é caracterizado pelos bens, serviços e outras atividades propiciadas pelo Estado, mercado e comunidade, que tem por finalidade a concessão às famílias, e aos grupos sociais acumularem e renovarem os “recursos” necessários para participarem plenamente da vida em sociedade, como por exemplo, as condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho e participação social, além do acesso a informações. Quanto à capacidade de resposta aos riscos, está relacionada aos tipos e à capacidade de mobilização para ter acesso a esses recursos, chamados também de ativos (KATZMAN e FILGUEIRAS, 2006), o que vai influir em diferentes graus, ou classes, de vulnerabilidade.

Portanto, é indo contra os mecanismos de destruição da natureza pelo mercado, que os movimentos e mobilizações populares de bairro se direcionam, combatendo a vulnerabilidade social em ambientes frágeis, buscando os bens e serviços necessários à manutenção da vida em dimensões físico-biológico-sociais. Emergindo enquanto “força do lugar”, são essas formas e ações coletivas que demonstram a resiliência do território em suas contestações às verticalidades<sup>2</sup> que tentam a todo custo a homogeneização regida por um único relógio. São estes os atores que orientam para a mudança ambiental urbana que parte do lugar de partilha, do lugar comum (BERNARDES et al 2000; SANTOS, 1994; SANTOS, 2000; HARVEY, 2015).

Seguindo por pressuposto também o que Harvey (2015, p. 98) diz, acerca da ótica da globalização, sobre as oportunidades de organização e ação política se darem abundantemente em condições desiguais, mesmo que traga da mesma forma dificuldades particulares como a grande desigualdade de renda entre os espaços e a diversificação cultural social. Sendo necessárias também para a compreensão tanto das potencialidades como das dificuldades uma reformulação da política vigente. E neste caso, considerando a justiça social e ambiental a se fazer valer sobre as situações de vulnerabilidade na cidade.

---

<sup>2</sup> Segundo Santos (2000), entende-se por verticalidades os espaços de fluxos (econômicos), em alusão ao vocabulário de François Perroux, onde está presente a racionalidade hegemônica que visa unificar e homogeneizar o espaço, regendo-o mediante uma temporalidade única. Por conseguinte, as horizontalidades estão presentes no espaço “banal” (comum, de todos, da vivência), enquanto formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território onde funcionam diversas temporalidades, e atuam contra a racionalidade homogeneizadora.

## 2.2 DAS TEORIAS DA AÇÃO COLETIVA À MOBILIZAÇÃO POPULAR DE BAIRRO FRENTE ÀS CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS

*La acción colectiva es siempre el fruto de una tensión que disturba el equilibrio del sistema social. La tensión produce creencias generalizadas que movilizan a la acción y buscan restablecer el equilibrio del sistema. (MELUCCI, 1999, p.26)*

De maneira geral, as ações coletivas compreendem práticas sociais que são exercidas visando interesses grupais, sejam materiais ou imateriais. Tanto as mobilizações sociais, quanto os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil — como as ONG e as associações — desenvolvem essas práticas, e, portanto, fazem parte do escopo da ação coletiva. Existem como forma de emitir as vozes, opiniões e desejos dos sujeitos aos quais representam, fazem uso de determinadas estruturas organizativas, e desenvolvem ações específicas para atingirem o interesse de seus atores (MELUCCI, 1989;1996).

A mobilização social, enquanto parte do objeto desta dissertação, não possui caminhos consolidados por estudos estruturados ao longo da história, diferentemente dos movimentos sociais e do associativismo. De maneira geral, é entendida como sinônimo de ação coletiva, sendo um substantivo usado de forma genérica para qualquer ação coletiva que não tenha necessariamente continuidade histórica, trajetos definidos, estruturação hierárquica dentro de um grupo, ou ainda, institucionalização perante o Estado. Pode ser utilizado ainda para referir-se a práticas de ações coletivas de manifestação pública de caráter institucional, ou não institucional — como protestos, manifestações, ações civis públicas, mandado de segurança coletivo, ou ainda abaixo-assinado, por exemplo, que não são exercidas apenas por movimentos sociais ou associações civis (enquanto formas de ação coletiva).

Aqui, adotaremos esta última postura de entendimento com relação às mobilizações, enquanto práticas de ações coletivas de manifestação pública, focadas nas práticas realizadas por cidadãos urbanos em seus ambientes como maneira de aprofundarmos as investigações sobre a temática. Para tanto, utilizar-nos-emos do conhecimento acumulado acerca dos movimentos sociais e do associativismo para levantar alguns elementos que serão trabalhados em nossa análise acerca da mobilização popular em Guadalajara, no município de Paudalho-PE.

Compreender os paradigmas e as principais teorias sobre ação coletiva — que sustentam e diversificam seus estudos — é imprescindível para a diferenciação dos caminhos, categorias e conceitos adotados para a compreensão da realidade. Cada paradigma expressa contextos

situacionais (histórico, cultural, político e econômico) e locais específicos, como o territorial (GOHN, 2008). A análise das estruturas tomadas pelos estudos europeus e norte-americanos nos ajuda no entendimento de quais bases possuem mais influências nos estudos da América Latina. Por conseguinte, auxilia-nos também na identificação dos elementos que destoam das principais influências e configuram o paradigma latino-americano.

É importante salientar que, na seara das análises acerca das ações coletivas, existem duas teorias importantes que a alimentam e ora convergem, ora se distanciam, por possuírem objetos de estudo diferentes, por assim dizer. Este é o caso das teorias dos Movimentos Sociais e da Sociedade Civil, que bem exploradas pela sociologia política, fazem uso de conceitos e noções sobre os Movimentos Sociais e o Associativismo buscando compreender e explicar, desde o interesse organizativo, interno e externo, até a estrutura e o comportamento dos indivíduos e grupos que compõem os movimentos e as organizações sociais locais, regionais e globais.

Tomando por base a necessidade de conhecê-las para então identificarmos e fazermos uso de suas ferramentas teórico-metodológicas para com o nosso objeto de estudo — a saber: a mobilização popular de moradores de localidades afastadas do centro municipal em prol de melhorias das condições ambientais, selecionando como lócus o distrito de Guadajajara em Paudalho, Pernambuco — faremos a seguir, uma breve inserção teórica sobre estas teorias e seus principais paradigmas e, por fim, as escolhas conceituais e metodológicas desta dissertação.

### **2.2.1 Teoria dos Movimentos Sociais na contemporaneidade**

No Brasil, a socióloga Gohn (2008) contribuiu significativamente para a sistematização, caracterização e comparação das teorias e paradigmas que compõem a Teoria dos Movimentos Sociais no mundo, apontando também para algumas tendências teóricas a serem assumidas diante das transformações econômicas, políticas e socioculturais, ocorridas com a globalização.

Desta forma, utilizamos como base para a referida inserção a sua obra que tem por título “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” (2008), e a complementamos com outras contribuições de sociólogos, como Alberto Melucci, Angela Alonso e Ilse Scherer-Warren. Optamos também por dar enfoque nas discussões sobre as categorias de análise do paradigma latino-americano, em função da situação do nosso objeto de pesquisa.

Gohn (2008) apresenta três paradigmas – o norte-americano, o europeu, e o latino-americano, assim divididos – conforme a localização geográfica e os contextos de onde surgiram, refletindo também sobre as lutas e os movimentos aos quais se referem. Cada paradigma possui diferentes posturas metodológicas, abordagens, categoriais e conceitos, que culminaram também em diferentes teorias, e diferentes compreensões acerca dos movimentos sociais (Quadro 1).

Quadro 1- Quadro teórico dos paradigmas contemporâneos dos movimentos sociais

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS			
Origem do paradigma	Abordagens	Categorias de análise	Conceitos e Noções
<b>América do Norte</b>	Estrutura das organizações dos sistemas sociopolítico e econômico através das teorias da Mobilização de Recursos (MR) e da Mobilização Política (MP) / Teoria do Processo Político (PP).	Sistema; Organização; Ação coletiva; Comportamentos organizacionais; Integração Social	Privação cultural; escolhas racionais; mobilização de recursos; institucionalização de conflitos; ciclos de protestos; micromobilizações; <i>frames</i> ; e oportunidades políticas
<b>Europa</b>	Estrutural (Teoria Marxista): visa os processos históricos globais nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais;	Classes sociais; contradições; lutas; experiências; consciência; conflitos; interesses de classe; reprodução da força de trabalho; e Estado	Experiência coletiva; campo de forças; organização popular; projeto político; cultura política; contradições urbanas; movimentos sociais urbanos; e meios coletivos de consumo
	Conjuntural (Teoria dos NMS): visa os microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes da realidade para observar a política dos novos atores sociais.	Cultura; identidade; autonomia; subjetividade; atores sociais; cotidiano; representações; e interação política	Identidade coletiva; representações coletivas; micropolítica do poder; política de grupos sociais; solidariedade; redes sociais; e impacto das interações políticas
<b>América Latina</b>	Influência das Teorias Marxista e dos NMS	Hegemonia; contradições urbanas; lutas sociais; autonomia; identidade; exclusão social; redes de solidariedade, e etc.	Uso de conceitos ligados às categorias de análises europeias

<p><b>América Latina</b></p>	<p>Histórico-estrutural renovada<sup>3</sup>: Visa os processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Devendo ao mesmo tempo ponderar as ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo.</p>	<p>Exclusão social e resistência (utilizadas para movimentos populares), participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva (enquanto categorias reelaboradas ou adaptadas das correntes europeias ou de pensamentos liberais).</p>	<p>Não são elencados de maneira literal no texto de Gohn (2008). Mas subentende-se que os conceitos possuem sentidos reelaborados ou adaptados tanto das abordagens norte-americanas quanto europeias, sendo as últimas mais veementes.</p>
------------------------------	--	---	---

Fonte: Gohn, 2008. Organização: A autora, 2021.

Começando pelo paradigma norte americano, até os anos 1960, houve predomínio das abordagens clássicas que focaram em compreender os comportamentos coletivos tendo por base a teoria weberiana de ação social. Divergiam quanto a enfoques que iam de abordagens psicossociais e socioeconômicas a sociopolíticas. Tais enfoques eram centrados em questões como condições de privação material e cultural, ou ainda, comportamento “irracional” das massas — relacionado com as crenças e identidades. Mas, como ponto em comum, tinham a visão de que os movimentos ocorriam em sociedades instáveis e mal integradas, onde havia insatisfação dos grupos marginalizados porque seriam desajustados da ordem social vigente (GOHN, 2008). Com o desenvolver dos estudos sobre as mobilizações e evolução da sociedade, esses aspectos das visões clássicas se mostraram limitados e carregados de preconceito com relação aos indivíduos participantes.

Então, a partir dos anos 1960, surge a primeira teoria contemporânea norte-americana, chamada de Mobilização de Recursos (MR), que rejeita as questões tratadas anteriormente como enfoque, e passa a tratar os movimentos sociais como grupos de interesses, compostos por uma racionalidade instrumental, que legitima a própria democracia. O ponto-chave da teoria são os recursos — econômicos, humanos, comunicacional e de infraestrutura, o que fez com que os movimentos fossem interessantes também para as organizações governamentais e particulares interessadas no fomento e nos ganhos relacionados às demandas de tais movimentos. Por fim, a MR recebeu bastante crítica, principalmente por exacerbar numa análise de cunho economicista, enxergando os movimentos como “indústrias econômicas” que visavam atingir seus objetivos através de estratégias ligadas à relação custo-benefício (GOHN, 2008; ALONSO, 2009).

Como forma de corrigir os enfoques dados na MR e abrir o leque para outras análises, principalmente políticas e culturais, surge a teoria da Mobilização Política (MP), conhecida

<sup>3</sup> Essa abordagem proposta por Gohn (2008) é entendida como “renovada” porque sugere seguir um enfoque multidisciplinar e voltado para categorias que despontam dos próprios movimentos.

também como teoria do Processo Político (PP). Essa teoria inova ao tentar estudar os processos assumindo a dimensão política, tomando para si alguns elementos presentes na vertente marxista — considerando a estrutura como condições que servem de sustentáculo para oportunidades políticas, embora não analisasse as lutas de classe e os antagonismos sociais; e na vertente dos Novos Movimentos Sociais (NMS) — considerando a conjuntura, e os recursos culturais: identidade coletiva, as práticas culturais, ideologias e crenças. Como algumas das principais críticas, tal teoria se mantém com relação a racionalidade instrumental abordada sobre os movimentos, mesmo que agora considere alguns elementos subjetivos, e também a inexistência de análises sobre a práxis dos sujeitos, desconsiderando também as condições internas aos movimentos.

Com relação às teorias europeias, temos a abordagem marxista e a abordagem dos Novos Movimentos sociais (NMS). A abordagem marxista sobre a análise dos movimentos sociais tinha como foco os processos históricos de lutas entre as diferentes classes sociais voltados para a transformação da realidade social. Direcionada tanto a movimentos operários quanto a movimentos reivindicatórios, tal análise, de forma global e estrutural, considerava as condições existentes relacionadas às necessidades econômicas e opressão social, política e cultural. E, portanto, serviu como teoria explicativa e orientadora, já que guiou a ação de muitos movimentos e desenvolveu também a reflexão sobre a prática deles. Sofreu forte oposição dos NMS por considerar a teoria inadequada (a versão ortodoxa) para dar conta dos movimentos sociais surgidos a partir da década de 1960, que não tinham base definida em classes sociais, mas em interesses difusos.

Visando esses “novos” movimentos, a teoria dos NMS, entre os anos 70 e 80, buscou por explicações baseadas na cultura e na política, priorizando aspectos microssociais. Fez-se recortes da realidade para o estudo dos movimentos. Com isso, os sujeitos são agora atores sociais que compõem um coletivo, que, embora difuso, é capaz de se reconhecer, definir e criar uma identidade coletiva, compartilhada por todos seus integrantes. Segundo Melucci (1989, p. 53-57):

Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu [Melucci] chamaria de uma orientação ‘econômica’, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade, que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. Isso é particularmente verdadeiro para os movimentos dos anos 80.

Esses movimentos nasceriam na sociedade civil e se fortaleceriam nela, tentando modificar culturalmente as suas orientações valorativas. Para tal abordagem, a sociedade agora não é mais ditada pelos ritmos da indústria e da exploração da força de trabalho, mas sim pelo

domínio científico e tecnocrata sobre a produção e controle de informação, intervindo diretamente nas relações sociais (GOHN, 2008; ALONSO, 2009). Dessa forma, as lutas ocorridas no seio da sociedade passam a ser consideradas a partir de uma versão mais ampla (as lutas sociais) do que a luta de classes — já que a luta dos atores sociais não diz respeito, necessariamente, ao conflito de classes, mas também aos interesses antagônicos dos atores da sociedade. Nesse quesito, para os NMS, as classes sociais são apenas uma das formas de se agrupar as ações dos homens e mulheres na história, enquanto produtores e reprodutores socioeconômicos, não sendo suficiente para explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social (GOHN, 2008, MELUCCI, 1989).

Por fim, a teoria dos movimentos sociais na América Latina teve muita influência dos paradigmas europeus, primeiramente o marxista entre as décadas de 60 e 70, e depois a adoção do referencial dos NMS. Os aspectos político-econômico-culturais desta porção da América fizeram grande diferença na aquisição e disseminação de ideais, formas de organização dos movimentos e projetos de transformação da realidade social. Diferente do que se era pregado na Europa a respeito da religião enquanto alienante (no caso marxista), o principal mecanismo de mobilização e inserção da teoria marxista na América Latina foram através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), geridas por uma ala progressista da Igreja Católica através do ideário proposto e sistematizado, chamado de Teologia da Libertação.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (2005; 1984), tal teologia tinha por orientação a formação de movimentos sociais em função da libertação dos pobres e oprimidos do jugo da dominação e exploração social capitalista através da religiosidade das camadas ditas populares, tendo o conhecimento crítico das ciências sociais como mediador desta práxis (reflexão teológica e prática efetiva). Ainda estava imbuída nesta concepção uma visão dialética entre a criação e a salvação, de forma que a libertação pela qual lutavam estava associada à promessa escatológica religiosa (pós-terrena), mas que deveria ser iniciada na vida terrena, desde então já trabalhando contra a exploração, marginalização, injustiça e desigualdade social. Tinha-se enquanto proposta a superação do sistema atual por meio da revolução social que atingisse um socialismo propriamente latino-americano que visasse à transformação do ser humano em direção a uma “crescente fraternidade humana” (SCHERER-WARREN, 1984, p. 130).

A Teologia da Libertação se desenvolveu em um período em que a América Latina passava por governos populistas (1945-1960) e logo depois autoritários (1960-1980) através de ideais desenvolvimentista-nacionalistas. O surgimento das CEB está atrelado à Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, Colômbia (em 1968), e sua reafirmação aconteceu na terceira conferência, em Puebla, México (em 1979), que

trataram do papel da Igreja Católica enquanto atuante na libertação das diversas formas de opressão, como a econômica, a política, a racial, a étnica, a sexual, a etária e por fim, também espiritual, considerando os problemas relativos à alienação, à falsa consciência, à falta de coragem e de autodeterminação. Servindo de proteção, amparo e defesa tanto para as organizações populares quanto para os sindicatos operários e as federações camponesas, as CEB se multiplicaram e penetraram nas áreas rurais e urbanas pobres da América Latina, tendo o Brasil como país com maior número dessas células entre a década de 1970 e 1980<sup>4</sup> (GOHN, 2008; 2009; SCHERER-WARREN; 2005;1984).

Gustavo Gutiérrez – filósofo, teólogo e psicólogo peruano – foi quem sistematizou essa Teologia tomando por base o trabalho conjunto de diversos religiosos e leigos defensores. Para colocá-la em prática, ele evidencia a necessidade de que o teólogo tem de tornar-se um “novo tipo de intelectual orgânico<sup>5</sup>”, intimamente comprometido com “fatos históricos, datados e situados, através dos quais países, classes sociais e homens lutam por se libertar da dominação e opressão a que são submetidos por outros países, classes e homens” (SCHERER-WARREN; 1984, p.128). Assim sendo, a atuação desse intelectual orgânico junto às massas acarretaria na transformação social por meio de uma práxis transformadora<sup>6</sup> que culminaria na hegemonia popular, adentrando numa perspectiva de construção e adoção de uma ideologia concebida pelo povo com vistas à libertação social dos pobres injustiçados da América Latina.

Veremos mais à frente como essa perspectiva foi encarada após a década de 1990 no Brasil, quando tratarmos da perspectiva gramsciana de Sociedade Civil, e como as CEB também foram elementos importantes para as associações e movimentos de bairro no Brasil e na região Nordeste. Entretanto, convém adiantar que essa contribuição ainda se faz relevante atualmente para os movimentos e associações de bairro por ser a referência mais próxima, vivida e recente à qual tiveram contato. Principalmente, por compreender as práticas de mobilizações de caráter semelhante que continuam a ser desprezadas por diversas correntes

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre a quantidade e distribuição das CEB, consultar Scherer-Warren (2005; p.35-36).

<sup>5</sup> Gutiérrez toma por base a ideia de intelectual orgânico apresentada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, em que tais intelectuais se originam de forma orgânica dentro de cada grupo social de acordo com o processo histórico de formação da sociedade. São homogêneos aos grupos aos quais pertencem, porém possuem consciência da função que lhe é conferida no campo econômico. Sua relação com a produção econômica não é direta, é antes mediada pela sociedade civil e Estado (LIGUORI e VOZA, 2017). Para mais informações consultar LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

<sup>6</sup> Segundo Scherer-Warren (1984, p. 125-126), tal práxis imprime como conjunto de ideias expressas por Gutiérrez nos escritos “Teologia da Libertação” e “A força histórica dos pobres”: a) o reconhecimento da solidariedade da Igreja com a realidade particular da América Latina; b) o ataque às injustiças ao que foi denominado de violência institucionalizada; c) a prática de uma educação libertadora de forma a permitir o próprio povo ser dono de seu destino (influência de Paulo Freire); d) adoção de um projeto hegemônico popular socialista puramente latino-americano, e por fim e) início da libertação através da participação ativa dos oprimidos.

teóricas devido às suas demandas coletivas de caráter reivindicativo. Além dessa contribuição, outras – derivadas das teorias de MR e MP – também se fazem presentes atualmente, como a identificação das problemáticas e recursos ambientais, urbanos e também políticos no cotidiano e nas causas das mobilizações, como veremos em Guadalajara.

### **2.2.2 Relações entre a Sociedade Civil, os movimentos populares e associativismos de bairro no Brasil**

A compreensão acerca das mobilizações coletivas na sociedade perpassa uma dimensão importante que precisa ser exposta antes da discussão sobre as mobilizações de bairro avançarem, tal dimensão é a esfera da Sociedade Civil. É nesta onde se erigem, de forma particular, os grupos sociais, os movimentos e as associações, por isso a importância de serem estabelecidos alguns pontos de referência.

O debate sobre a definição do que é Sociedade Civil, assim como o entendimento sobre os movimentos sociais, possui interpretações que variam de acordo com a matriz político-filosófica adotada. O cientista político Ramos (2005) elenca em seu trabalho quatro matrizes teóricas forjadas ao longo da história que permanecem influenciando as concepções de diversos autores, são elas: a) neotocquevilliana; b) neoliberal; c) habermasiana; d) gramsciana.

Aqui nos interessa especificamente as matrizes neotocquevilliana, habermasiana e gramsciana que vêm servindo de base para as autoras brasileiras que compõem o referencial deste trabalho, no campo dos movimentos sociais e movimentos populares de bairro no Brasil Gohn (2008), Ammann (1991), Ilse Scherer-Warren (1984, 2005) e Euzeneia Carlos (2015, 2017), bem como no campo do associativismo e associativismo de bairro, Lüchmann, Schaefer, Nicoletti (2017) e Lüchmann, Almeida, Taborda (2018).

A matriz neotocquevilliana tem sua origem a partir dos estudos sistemáticos do liberal Alex de Tocqueville, que teceu considerações acerca do papel importante que a vida associativa exercia no funcionamento e manutenção da democracia nos Estados Unidos. Nesta perspectiva, a sociedade civil é vista como “um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com os seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua.” (RAMOS, 2005, p.85). Além disso, tais associações afloram de forma livre, voluntária e espontânea, atuando a favor da estabilidade da democracia liberal.

Nessa concepção, a peça fundamental para uma boa qualidade de vida dos cidadãos e eficiência do Estado é um estoque elevado de Capital Social, entendido como confiança, normas, sistemas, fatores e elementos que favoreçam a eficiência da sociedade.

No fortalecimento das redes de solidariedade comunitária, o capital social se sobressai como o ativo mais importante. Suas fontes principais são a família, as associações comunitárias, os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas e todos os tipos de instituições que se baseie em relações de cooperação, reciprocidade e confiança. Laços de parentesco e de amizade e certos padrões de convivência, baseados neste tipo de relação, são fatores facilitadores para alcançar bem-estar social e influenciam até as decisões de migração de famílias para locais nos quais eles existam (JATOBÁ, 2011, p. 146).

Ao contrário do capital convencional, o social faz parte de um bem público, pouco valorizado pelos agentes privados e que é geralmente concebido como resíduo (subproduto) de outras atividades sociais. Dentre as variedades de capital social, a confiança por exemplo, é considerada um “recurso moral” que aumenta cada vez que é usada, e diminui cada vez que não é usada (PUTNAM, 1996).

Embora a concepção neotocquevilliana da sociedade civil atribua a importância ao sujeito, a crítica atribuída a ela é dada devido tanto a sua compreensão acerca da sociedade civil enquanto um “terceiro setor”, separada do Estado e mercado mesmo tendo complexas relações com estes, quanto por ter no individualismo liberal a base para sua cultura política e cívica.

No caso da matriz habermasiana, embora Jürgen Habermas tenha trabalhado diretamente com o desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa e não com a teoria da Sociedade Civil, ele apresenta seu pensamento apoiado nos conceitos analíticos “sistema” e “mundo da vida”. Para ele, o sistema é regido por uma lógica de racionalidade instrumental que assume a reprodução material através das relações hierárquicas entre o sistema estatal e econômico. O mundo da vida, por sua vez, tem a linguagem e a cultura enquanto elementos fundamentais que assumem a reprodução simbólica dos seres humanos.

O mundo da vida é o pano de fundo de toda a interação social; é o lugar transcendental – fundante, não fundado – onde se desenvolve a intersubjetividade, constitutiva do ser social. Ele contém as interpretações acumuladas das gerações passadas e é feita de significados. É transmitida, alterada e reproduzida via comunicação, sendo a linguagem e a cultura – e não o trabalho – seus aspectos basilares (CHAMBERS, 2002; ARATO e COHEN, 1994 apud RAMOS, 2005, p. 88)

O sistema visa colonizar o mundo da vida, ou seja, racionalizá-lo, através da substituição da livre comunicação “[...] voltada para o consenso, característica desse mundo do agir comunicativo, por influxos instrumentalizantes advindos dos meios comunicativos não linguísticos do dinheiro e do poder administrativo, característicos dos sistemas econômico e político” (HABERMAS, 2010 apud MACHADO, 2019, p.147).

Para Habermas (1997, p. 99), a sociedade civil é composta por “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”. E o núcleo institucional dela, estruturado pelas associações e organizações livres, não estatais e não

econômicas, “[...] ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida.” (HABERMAS, 1997, P.99). Dessa forma, o mundo da vida configura-se como um subsistema da sociedade civil, que ao abranger diversas formas institucionais operam enquanto organismos de restrição e mediação das ações do Estado e do Mercado nos pontos de intersecção entre estes e a sociedade civil (GOHN, 2008; RAMOS, 2005).

Os NMS possuem sua base no conceito habermasiano de Sociedade Civil, pois entendem que é “[...] a sociedade civil que, prioritariamente, os movimentos estão questionando, tentando mudar suas orientações culturais, e não o Estado, ou mercado” (GOHN, 2008). E é neste sentido que Ammann (1991) estrutura a tese de seu livro sobre os movimentos populares de bairro, afirmando que tais movimentos são considerados sociais por protestarem quanto aos aspectos de produção ou contra os desdobramentos dessas relações (no mundo da vida), e não as pessoas ou instituições, embora estes sejam os representantes visíveis desse tipo de relação social.

De acordo com a leitura de Habermas acerca da produção de Jean Louise Cohen e Andrew Arato, que utilizaram de suas obras para investigarem as relações do associativismo e dos movimentos sociais com a democracia, destaca-se o caráter dual desses movimentos, organizações e associações:

‘Através de uma ofensiva’, eles tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins, a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas. Ao passo que ‘defensivamente’ eles tentam preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas, sub-culturais e contra-instituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas. (COHEN; ARATO, 1992 apud HABERMAS, 1997, p. 103)

Ainda com relação aos NMS, um elemento importante trabalhado é o da construção identidade coletiva por Melucci (1996), citado acima enquanto um dos objetivos de serem fortalecidos em meio as ações de caráter “defensivos” desses grupos civis. Estando intimamente relacionada a três atributos, sendo eles a permanência de um sujeito ao longo do tempo e suas adaptações ao ambiente; a demarcação do sujeito em relação ao outro; e por fim, o fato de poder reconhecer e ser reconhecido. Segundo o autor ainda, ela é um processo de aprendizagem que leva a formação e manutenção do movimento social e:

À medida que esse processo passa por várias etapas, o ator coletivo desenvolve a capacidade de resolver os problemas colocados pelo ambiente e torna-se cada vez mais independente e autônomo em sua capacidade de ação dentro da rede de relações

em que está inserido. O processo de identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições integrando o passado e os elementos emergentes do presente na unidade e continuidade de um ator coletivo. (MELUCCI, 1996, p.75, tradução nossa)

Por outro lado, os estudos atuais sobre associativismo de bairro no Brasil, como por exemplo os de Lüchmann, Almeida e Tabora (2018) e Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017), têm-se ancorado tanto na concepção neotocquevilliana, considerando conceitos como o de capital social<sup>7</sup> e sua contribuição na geração de padrões de civilidade<sup>8</sup>, como na concepção habermasiana, assumindo a ênfase nos efeitos democráticos das associações na esfera pública. Apesar de fazer parte de outro conjunto, também tem buscado incorporar nas discussões elementos da Teoria dos Movimentos Sociais (TMS), mais precisamente do campo teórico marxista (e fazendo uso de uma perspectiva Gramsciana), como por exemplo os temas conflito e contestação.

Com relação à matriz gramsciana, a sociedade civil é entendida como uma das esferas do Estado Ampliado<sup>9</sup>, composta por organizações “privadas”, voluntárias e relativamente autônomas quanto a sociedade política. Nesta concepção, tal esfera é responsável pela produção e disseminação das ideologias, servindo então como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), Segundo Althusser (1980)<sup>10</sup>. São exemplos dos AIE, as igrejas, as organizações profissionais, os partidos políticos, o sistema escolar, as organizações de comunicação de massa, que representam os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela relevância na reprodução das ideias necessárias para a manutenção da estabilidade social pelo Estado. A hegemonia que busca ser exercida nessa esfera sobre as demais é através da direção política e do consenso, enquanto que a da sociedade política é a da coerção (em que se usa da violência, seja ela física ou não) através do uso do emprego dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE), como é o caso do governo, dos tribunais, do exército e da polícia (ALTHUSSER, 1980; GOHN, 2008; RAMOS, 2005).

Assim, o Estado busca atuar tanto por meio coercitivo, quanto pela busca do consenso – como resultado de específicas conjunturas políticas. Tal atuação evidencia-se em resposta aos mecanismos e organismos (utilizados e presentes tanto na sociedade civil quanto na

---

<sup>7</sup> O conceito de Capital Social adotado pelos autores é o de Putnam (1996).

<sup>8</sup> Principalmente através dos atributos de confiança e de cooperação.

<sup>9</sup> O Estado ampliado corresponde a sociedade civil e a sociedade política, em contrapartida, o Estado restrito, se refere aos órgãos e espaços de poder das esferas governamentais.

<sup>10</sup> A obra “Aparelhos Ideológicos de Estado” de Althusser recebeu diversas críticas devido à sua dimensão estruturalista. Entendemos sua importância para esta dissertação na medida em que é impossível compreender às condições materiais de existência – principalmente no que tange às demandas reivindicativas das mobilizações populares – sem considerar o papel do Estado, das leis, política, das instituições e organizações no gerenciamento e manutenção da ideologia determinadas por tais condições.

política) que forçam deslocamentos, e portanto mudanças, na relação das forças em luta. Tal processo pertence a uma lógica dialética, sendo fruto de conflitos e contradições, e portanto, não existe apenas um ator, ou agente, responsável por promover a mudança social. Mas sim, uma luta permanente entre diversos atores, com intenções diversas, que impulsiona a mudança da sociedade.

Ninguém induz ninguém sozinho, há um sistema de forças no qual cada pressão há uma resposta ou uma atuação antecipada às pressões. É uma luta. Se algum grau de democratização é obtido no processo, é graças às lutas e não a clarevidência ou predisposição de algum ator, ou setor governamental. (GOHN, 2008, p. 188)

A vertente gramsciana influenciou bastante os movimentos populares da América Latina<sup>11</sup> e Brasil nos anos 1970 e início dos 1980, obtendo êxito, sobretudo, por conseguir vincular análises estruturais e conjunturais da formação social. Os estudos das obras de Gramsci tiveram destaque aqui, especialmente com relação às temáticas da autonomia e construção de uma hegemonia popular, contrária à da classe dominante, quando os movimentos populares do Brasil se reorganizaram face às lutas pela redemocratização no Brasil. Culminando, além da elaboração da constituição de 1988, na formação de novos partidos, sindicatos e organizações sociais (GOHN, 2008; SEMERARO, 2014).

Em seu livro sobre os movimentos populares de bairro, Ammann (1991), que toma como objeto de estudo tais movimentos situados no Distrito Federal nessas mesmas décadas, pontua que os movimentos de bairro eram constituídos por uma base heterogênea de atores coletivos. Variavam entre classe dominada, comerciários, pequenos autônomos do mercado informal e funcionários públicos de baixo escalão. Nesse sentido, a identidade coletiva deles atravessava também a diversidade social das mais diferentes classes subalternas, conseguindo ainda assim mobilizá-las e mantê-las unidas.

Porém, a partir da década de 1990, no Brasil, tais movimentos se depararam com a realidade de que muitas das conquistas alcançadas popularmente, inclusive a redemocratização brasileira, após muitas lutas, não chegaram a modificar o poder das elites e nem a estrutura econômica do país.

Viram que a execração da ditadura e o clamor levantado para exigir substanciais reivindicações sociais eram neutralizados nas tramóias dos jogos parlamentares. Ainda que formalmente democrática, a reestruturação que acabou prevalecendo no Brasil continuou a favorecer as forças conservadoras. Estas, de fato, se rearticularam e conseguiram deflagrar uma pesada ofensiva neoliberal, esvaziando as conquistas populares e implantando um sistema político e representativo que não refletia os reais anseios da população. Neste contexto, mesmo alcançando o poder político central com o consenso popular, partidos de “esquerda” acabaram enredados nas teias do

---

<sup>11</sup> Em especial os amparados pelas CEB, que tinham influência gramsciana em sua busca pela transformação social.

“transformismo” e de uma “revolução passiva” que os manteve longe de estabelecer uma verdadeira hegemonia democrático-popular. (SEMERARO, 2014, p.71)

Os governos converteram na vista de todos o fruto das reivindicações populares em “doações” de mandatos políticos. Houve cooptações de lideranças de movimentos e associações por parte de partidos políticos tanto de esquerda quanto de direita; no caso da esquerda as cooptações eram baseadas em promessas e nos de direita, dinheiro (AMMANN, 1991, p. 107-108). E, por conta dessas e outras, Semeraro (2014) aponta que os movimentos populares no Brasil, embora expressivos apesar da variedade de formas, ainda não conseguem se organizar em volta de um projeto considerado aglutinador e hegemônico popular que torne e associe as demandas populares expressadas nas ruas em um projeto econômico-social progressivo para toda a sociedade. Tal feito se dá porque eles ainda se apresentam como organizações fugazes, que possuem uma série de precariedades, são dispersas, visam resultados imediatos e fazem uso do voluntarismo.

Contudo, apesar dos pontos que precisam ser retrabalhados, o autor defende a necessidade de reconhecer que tais movimentos são “antenas avançadas” que direcionam para a materialização da “grande política” e “[...] introduzem nas suas arenas de lutas horizontes e sensibilidades inéditas, que conduzem a resgatar aspectos pouco considerados nos estudos do pensamento de Gramsci.” (SEMERARO, 2014, p.73).

É considerando tais acontecimentos que se confirma a inerência das contradições situadas no seio da realidade social, o que nos faz também concordar com a visão de Ramos (2004), na qual apenas na matriz gramsciana existe a possibilidade de transformação da realidade, visto que as outras, embora tragam contribuições para se pensar a sociedade civil, inclusive dialogando com o processo histórico-dialético, como faz a habermasiana, não tem como proposta última a superação do sistema. Pelo contrário, não visam o questionamento do Estado e mercado e acabam adotando uma postura de “naturalização” da realidade na qual nos encontramos, intentando apenas a melhora do sistema capitalista.

Por outro lado, devemos fazer duas considerações. A primeira é que as mobilizações populares de bairros estão relacionadas às demandas urbanas de caráter básico e, muitas vezes, urgente para a sobrevivência humana. As demandas populares deste tipo certamente não têm como propósito esperarem a elaboração e efetivação de um projeto econômico-social aglutinador e hegemônico nacional visando à superação do sistema capitalista para que só então venham a ser supridas.

A segunda questão é que, ao analisarmos as diferentes matrizes, identificamos elementos importantes que nos podem oferecer contribuições significativas ao entendimento

das mobilizações populares. Como por exemplo o capital social, visando entender a resposta da população atribuída à confiança seja na gestão política municipal sobre os serviços e equipamentos públicos coletivos de Guadalajara; ou no potencial de mobilização dos moradores do bairro para conquistas de demandas territoriais; e a identidade coletiva, visando identificar como essa população tem percebido a construção identitária com relação ao território e aos que o compartilham. Dito isto, consideraremos as contribuições que estes elementos possam oferecer para a formação da mobilização popular de bairro, tendo por base o entendimento de Gramsci sobre a sociedade civil.

### **2.2.3 Cooperação, conflito e repertórios de atuação presentes nas mobilizações populares de bairro**

As pesquisas relativas aos campos dos movimentos sociais e do associativismo, de maneira geral, ao mesmo tempo se aproximam e distanciam por terem como base teorias diferentes. Enquanto a Teoria dos Movimentos Sociais embasa o referencial dos movimentos, a da Sociedade Civil embasa os estudos sobre o associativismo.

Dentre as principais diferenças entre os usos da Teoria da Sociedade Civil e da Teorias dos Movimentos Sociais apresentadas por Lüchmann et al (2017) , destaca-se que a primeira tem o foco na participação institucionalizada por parte dos integrantes das associações enfatizando nas relações cooperativas, entendendo-as como necessárias para a manutenção de uma ordem democrática. A segunda enfatiza a importância do papel disruptivo (contestador e conflitivo) das associações e organizações, elencando o questionamento aos limites da ordem e a promoção da ampliação da democracia.

Nesta direção, já seguia Ammann (1991), mencionando que, no caso dos movimentos de bairro, muitas organizações e associações vão ter o caráter reivindicatório<sup>12</sup> mas não serão consideradas “movimento” porque não possuem o ponto de clivagem entre os movimentos, que é a contestação. As organizações que mesmo reivindicando melhorias para o bairro, as fizerem de forma cooperativa com o Estado<sup>13</sup>, perderiam a particularidade de ser um movimento social.

---

<sup>12</sup> Melucci defende que os movimentos reivindicatórios, assim o são porque atuam em busca de alterações com relação às normas e processos de aplicação de recursos públicos (MELUCCI, 1976 apud GOHN, 2008, p.156).

<sup>13</sup> Por exemplo, associações que reivindicam ajuda do Estado e recebem os materiais, mas em contrapartida, eles mesmos realizem as melhorias através de multirão.

Porque seriam menos autônomas com relação ao desenvolvimento de suas ações perante o Estado, e portanto, mais facilmente cooptados<sup>14</sup> por partidos e governistas.

Tal contestação, ou conflito, pode afetar correntemente o modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas, mas não se dá diretamente ao Estado, e sim contra aspectos das relações de produção ou contra os indesejáveis desdobramentos dessas relações (AMMANN, 1991; MELUCCI 1989). O Estado considerado pela autora é o *stricto sensu*, significando aparelho estatal, que baseado em Offe e Poulantzas, “não se encontra exclusivamente submetido às determinações das classes dominantes nem destituído de qualquer autonomia”(AMMANN, 1991, p.24). Antes, têm-se as classes dominadas e dominantes penetradas em si, de diferentes maneiras, instaurando lutas políticas em seu interior. E as dominadas se estabelecem no seio do Estado como focos de oposição às classes dominantes.

Mais especificamente fazendo uso da perspectiva de Offe (1984 apud AMMANN, 1991), tal Estado assume o ofício de sustentar as condições materiais para a realização do processo de acumulação ao administrar o mercado de trabalho e o processo de proletarianização (oferecendo condições socioestruturais para a venda e compra do trabalho assalariado, e regulando o volume quantitativo de força de trabalho). A tal ponto que o controle estatal extrapola os limites das fábricas e se estende para os espaços do cotidiano dos trabalhadores (moradia, saúde, educação, lazer, infraestrutura urbana, etc.) através dos órgãos públicos, controlando assim, também a regeneração da força de trabalho de forma regulamentada institucionalmente (sendo então um Estado global, objetivado, tutelar e controlador da totalidade social). E é aqui neste ponto que os movimentos de bairro se instauram enquanto focos de oposição, contestando não o Estado, mas como as questões ligadas aos espaços onde habitam e no entorno de onde habitam estão sendo controladas por ele num sistema que concentra o crescimento em determinados pontos, exclui e precariza deliberadamente outros como reflexo da subordinação de interesses privados da acumulação a determinações do capital internacional.

Segundo Carlos (2015; 2017), na relação cooperação e conflito entre as organizações de bairro e o Estado, tais elementos são tomados como formas estanques, em que só pode acontecer ou um ou outro, não considerando, por exemplo, que as duas relações podem acontecer simultaneamente, em doses diferentes, a depender dos objetivos coletivos, gerando resultados diferentes também na medida em que as usam. Em seu estudo “Cooperação e Conflito na

---

<sup>14</sup> Os indivíduos ou lideranças acabam sendo cooptados através de “favores pessoais”, assunção de cargos de confiança, entre outras relações que acabam por enfraquecer internamente as organizações e distanciá-los da base social. Cooptação é entendido como a mudança de objetivos dos militantes no sentido de fazer valer os interesses dominantes.

Relação Movimentos Sociais e Estado” (2017) ela consegue provar que tanto a dimensão da cooperação, quanto a do conflito podem coexistir. E mais, a depender da dimensão mais estimulada, os objetivos de cada organização podem ser conquistados de forma mais ou menos difícil.

O que ocorre na prática é a existência de vários repertórios de interação<sup>15</sup> entre estes movimentos e o Estado – desde protestos e mobilizações públicas, greves, participações insidenciais, política de proximidade, até ocupações de cargos públicos, que vão ter por finalidade o direcionamento das demandas coletivas ao Estado e a influência na agenda política, principalmente voltadas para decisões, implementação e acompanhamento de políticas públicas. Podendo o mesmo grupo fazer uso de repertórios diferentes, inclusive, simultaneamente, de acordo com as suas demandas, as estruturas de oportunidades e recursos encontrados, bem como os perfis e avaliações dos diferentes movimentos ou organizações (LÜCHMANN et al 2017; CARLOS, 2017).

Tendo como foco de seu estudo o engajamento institucional dos movimentos sociais (inserção desses movimentos nas Instituições Participativas – IP) na Região Metropolitana de Vitória, Carlos (2015; 2017) consegue inferir que: a) a intensidade do engajamento é proporcional as interações cooperativas com o Estado, corroborando com a tese de que a cooperação sociedade-Estado é decorrente da institucionalização dos movimentos; b) a cooperação e a contestação podem ser compatibilizadas através de um padrão de cooperação conflitual, combinando ações cooperativas, autônomas e conflitivas, sendo as cooperativas mais prováveis de acontecer quando a temática demandada não constitua ameaça para as autoridades políticas; c) os movimentos e as associações de moradores ligados às CEB e a partidos políticos (como foi o caso do Partido dos Trabalhadores) tendem a interagir com as instituições políticas mais densamente em várias dimensões das políticas públicas, principalmente as associadas à política urbana. Nesse sentido, a Igreja e os partidos assumem a função de “incubadoras institucionais” para os movimentos de tipo contencioso.

Os repertórios tratados por Carlos (2017) e Lüchmann et al (2017) são formas de mobilização que os grupos adotam para viabilizarem as suas demandas, podendo ser repertórios político-institucionais (fazendo uso de instrumentos participativos ou jurídicos dispostos a partir da Constituição de 1988) ou ainda institucionalizados (mobilizações, protestos,

---

<sup>15</sup> Repertórios de interação têm ligação com o conceito de Repertórios de Ação, desenvolvido por Charles Tilly no contexto de transição da adoção das abordagens norte-americanas da TMS de Mobilização de Recursos por Mobilização Política/ Processo Político. Mas no âmbito dos estudos de Lüchmann et al (2017) e Carlos (2017), a utilização do termo assume conotação para além das formas e padrões de ações contestatórias, englobando também formas institucionais e dinâmicas colaborativas entre atores sociais e estatais.

comunicação por canais alternativos). No escopo dos repertórios político-institucionais, Lüchmann et al (2017) analisam a mobilização e participação, por direitos, das associações nos conselhos gestores municipais<sup>16</sup> (enquanto instrumento participativo com intuito colaborativo) e o uso, por parte delas, da Ação Civil Pública - ACP<sup>17</sup> (enquanto instrumento jurídico usado por grupos ou organizações que demandam por justiça) em Florianópolis, Santa Catarina.

Neste trabalho houve como principais conclusões voltadas as associações do campo territorial/comunitário (associações de bairro/comunitárias ou de moradores)<sup>18</sup>: a) atuação importante a nível de plano político local, fazendo uso de abaixo-assinados, contatos com órgãos da administração pública, intermediações políticas com o legislativo municipal, ações de base reivindicativa e prestação de serviços assistenciais; b) Associação de moradores com longo histórico de atuação na cidade atuam nas duas esferas (conselhos e ACP); c) têm se destacado no uso das ACP, logo atrás das associações do mundo do trabalho e defesa dos direitos, especialmente apresentando denúncias contra intervenções urbanísticas e ambientais; d) possui expressividade na representação de conselhos gestores das áreas sociais (assistência social, saúde e educação) e nas de políticas urbanas, principalmente em conselho de habitação de interesse social.

Estes dois últimos pontos coincidem com o que Ammann (1991) traz ainda na década de 1990 sobre as principais razões que motivaram a emergência do movimento de bairro e a sua atuação institucionalizada ou não, são elas: a) a preocupação com problemas de consumo coletivo; b) a conscientização para a força da organização; c) a luta pela terra urbana; c) a melhoria das condições de vida; d) a interação de vizinhança; e e) a defesa do direito dos moradores. Demandas relacionadas ao ambiente urbano, à saúde e ao direito à cidade.

Por fim, em uma outra pesquisa recente de Lüchmann, Almeida e Tabora (2018) relevante a ser considerada, as autoras destacam a existência de uma relação proporcional entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a quantidade de Organização da Sociedade Civil, exceto quando essas organizações fazem parte da subárea “defesa de direitos e

---

<sup>16</sup> Canais institucionais vinculados ao Poder Executivo, permanentes e autônomos, que representam a pluralidade da sociedade em que estão inseridos por serem formados por representantes da sociedade civil e poder público tendo por principal atribuição a proposição, fiscalização, controle e deliberação acerca das políticas públicas.

<sup>17</sup> É um instrumento processual que concede à sociedade civil o direito de submeter uma ação na justiça com intuito de “evitar danos ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico”, de acordo com o art. 4º da Lei nº 13.004, de 24 de junho de 2014.

<sup>18</sup> A classificação das associações adotada pelos autores segue um critério temático também adotado pelo IBGE/IPEA (2012), o tipo territorial/comunitário diz respeito “[...] as organizações de base territorial que estão voltadas para o entendimento das demandas em seus territórios, desenvolvendo uma série de atividades tendo em vista a promoção de melhorias urbanas locais.” (LÜCHMANN et al, 2017, p. 373).

interesses”<sup>19</sup> (subárea que caracteriza a maioria das associações de bairro). Nesse último caso, tais associações representam maior concentração por pessoas em regiões com baixo IDH, posto que a presença delas pode influenciar positivamente na diminuição dos níveis de exclusão social experimentados pela população (ALMEIDA, D’ANDREA e DE LUCCA, 2008; GURZA LAVALLE e BARONE, 2015 apud LÜCHMANN et al, 2018).

As autoras identificaram que a subárea de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses representam 41,3 % (339.104) de entidades sem fins lucrativos em 2016, das quais 33.460 (4,1%) são associações de moradores, que chegam a superar organizações de maior absorção na vida social, como eram as de cultura, recreação e assistência social. Elas apontaram também outras relações entre escolarização, vínculo assalariado e participação nessas Organizações da Sociedade Civil (OCS), e aumento do associativismo nos últimos anos vinculado a uma maior porosidade do Estado para participação em IP e também a incentivos para que os movimentos e associações assumissem maior participação e peso no desempenho de programas sociais (através de parcerias e transferências de recursos entre governo e OSC).

Dessa forma, nos é demonstrado que as demandas, estratégias e repertórios adotados principalmente pelos movimentos populares de moradores estão fortemente vinculadas ao território e à política não só através dos direitos urbanos, mas também ao asseguramento ou modificação das condições ambientais urbanas sob as quais convivem.

Nesse sentido, faz-se relevante estudar a mobilização de bairro em Guadalajara para compreender a partir de qual estrutura e conjuntura urbana ao longo dos últimos anos tem sido manifesta; quais as principais demandas territoriais e ambientais que as impulsionam; e quais são as estratégias adotadas pelos moradores para enfrentarem a vulnerabilidade em seu ambiente fazendo valer a defesa de seus direitos e interesses coletivos. As respostas para tais questões são indispensáveis na atuação contrária aos processos que acirram as desigualdades socioespaciais, contribuindo, inclusive, para a orientação de cuidado com o ambiente vivido.

---

<sup>19</sup> Fazem uso de uma outra metodologia classificatória que tem por base pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), e Secretaria Geral da Presidência da República sobre as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (IBGE, 2012), e também pesquisas sobre o Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil (IPEA, 2018).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Paudalho é o município em que está localizada Guadalupe, a área de estudo desta pesquisa. Ele faz limite com os municípios de Tracunhaém, ao norte; Carpina e Lagoa de Itaenga, a oeste; Chã de Alegria, São Lourenço da Mata e Camaragibe, ao sul; e, por fim, Araçoiaba, Abreu e Lima e Paulista, a leste. Paudalho consagra-se como a porta de entrada para a Microrregião da Mata Setentrional Pernambucana, principalmente por ser cortada pela BR-408 rota principal para o acesso à microrregião.

Quanto aos aspectos físicos e naturais, o município tem por configuração climática o tipo tropical quente e úmido (As') com regimes chuvosos de outono-inverno e precipitação média anual pouco acima de 1200 mm; relevo característico dos Mares de Morros, chamados de colinas da Zona da Mata, atributo associado aos municípios que estão situados sobre os tabuleiros costeiros de Pernambuco; e vegetação natural típica da Mata Atlântica que nomeia a macro e microrregião, mas que hoje só existem fragmentos.

As sesmarias e as datas concedidas por Duarte Coelho e pelos seus sucessores seguiram em Pernambuco as várzeas e as margens dos rios, tendo Iguaçu, Olinda, Beberibe, Casa-Forte, Várzea, como os seus primeiros pontos de fixação e a cultura da cana como a sua base. Seguiram os vales do Capibaribe, na direção de Paudalho. Seguiram os vales do Ipojuca. Aprofundaram-se nas terras argilosas para se estenderem rasas e superficiais, pelas terras mais secas do centro, donde os rios só faziam procurar descer para a “mata” e para o mar. (FREYRE, 2013, p.55)

Foi nesta área, devido às especificidades acima ressaltadas, que se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar, atividade cujo início data do começo do século XVII nas terras onde hoje se acha o município em destaque, iniciada a partir da instalação de engenhos como o Aldeia (1627) e o Mussurepe (1630). A plantação da monocultura da cana de açúcar, junto à exploração do Pau-Brasil (iniciada antes da monocultura), foram responsáveis pela maior parte do desmatamento da Mata Atlântica que recobria as terras do município (CONDEPE, 1987; FREYRE, 2013).

Em meados do século XVIII, a expansão da cultura do açúcar continuou a acontecer, e com isso a instalação de diversos engenhos na área, o que repercutiu no aumento significativo da população, suscitando a criação da comarca de Paudalho, em 1840 (CONDEPE, 1987). Devido a esta história, foi atribuído ao município o título de “Terra dos Engenhos”. Ainda hoje, essa cultura se encontra presente em Paudalho e em municípios circunvizinhos (Lagoa de

Itaenga, Carpina, Tracunhaém, Nazaré da Mata, etc.), sob domínio não mais de Engenhos, mas de usinas, como é o caso da do Grupo Petribu.

Em 2010, a população do município era de 51.357 habitantes, dos quais 70,74% eram de residentes na área urbana, possuindo densidade demográfica municipal de 185,06 hab/km<sup>2</sup> (PNUD; IPEA; FJP, 2018; IBGE, 2018). Embora configure um perfil urbano expressivo, essa porcentagem representa ruptura no quadro que o município vinha apresentando desde os censos anteriores.

A Tabela 1, referente à quantidade de habitantes situados em área urbana e rural no município em epígrafe, mostra um tímido crescimento urbano entre as décadas de 40 e 60 do século XX, com uma média de 3,06%, não chegando de fato a influenciar no perfil populacional. Porém, entre as décadas de 60 e 70, o antigo distrito de Lagoa de Itaenga é desmembrado de Paudalho e elevado à ordem de município. Este acontecimento faz com que a diferença populacional rural do município em relação à década anterior (1960) seja de -25,05%, enquanto a cidade cresce em torno de 4,93%, ainda mantendo o perfil rural dominante. É apenas entre as décadas de 70 e 80, que o perfil do município muda bruscamente de rural para urbano e o crescimento da área urbana no período intercensitário chega a ser de 37,25%.

Tabela 1- População de Paudalho em Pernambuco no período de 1940 até 2010

Ano	Rural (absoluto)	Rural (%)	Urbano (absoluto)	Urbano (%)	Total absoluto
1940	23.515	84,70%	4.248	15,30%	27.763
1950	26.058	81,06%	6.090	18,94%	32.148
1960	32.628	78,58%	8.665	20,87%	41.524
1970 <sup>20</sup>	22.024	67,27%	10.717	32,73%	32.741
1980	11.040	30,02%	25.736	69,98%	36.776
1991	9.294	23,46%	30.314	76,54%	39.608
2000	10.706	23,72%	34.432	76,28%	45.138
2010	15.025	29,26%	36.332	70,74%	51.357

Fonte: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, 1987; IBGE, 1991; 2000; 2010. Organizado por: A autora, 2021.

A partir dos anos 2000, o município apresenta aumento em relação ao número de habitantes na área rural. De 1991 para 2000, houve crescimento de 0,26% e de 2000 para 2010 esse aumento passa a ser de 5,54%. Este crescimento da zona rural é reflexo também do

<sup>20</sup> A queda expressiva do número de habitantes paudalhenses na década de 70, tanto no meio rural quanto no urbano, deveu-se ao desmembramento do antigo distrito de Lagoa do Itaenga, elevando este à categoria de município em 1963.

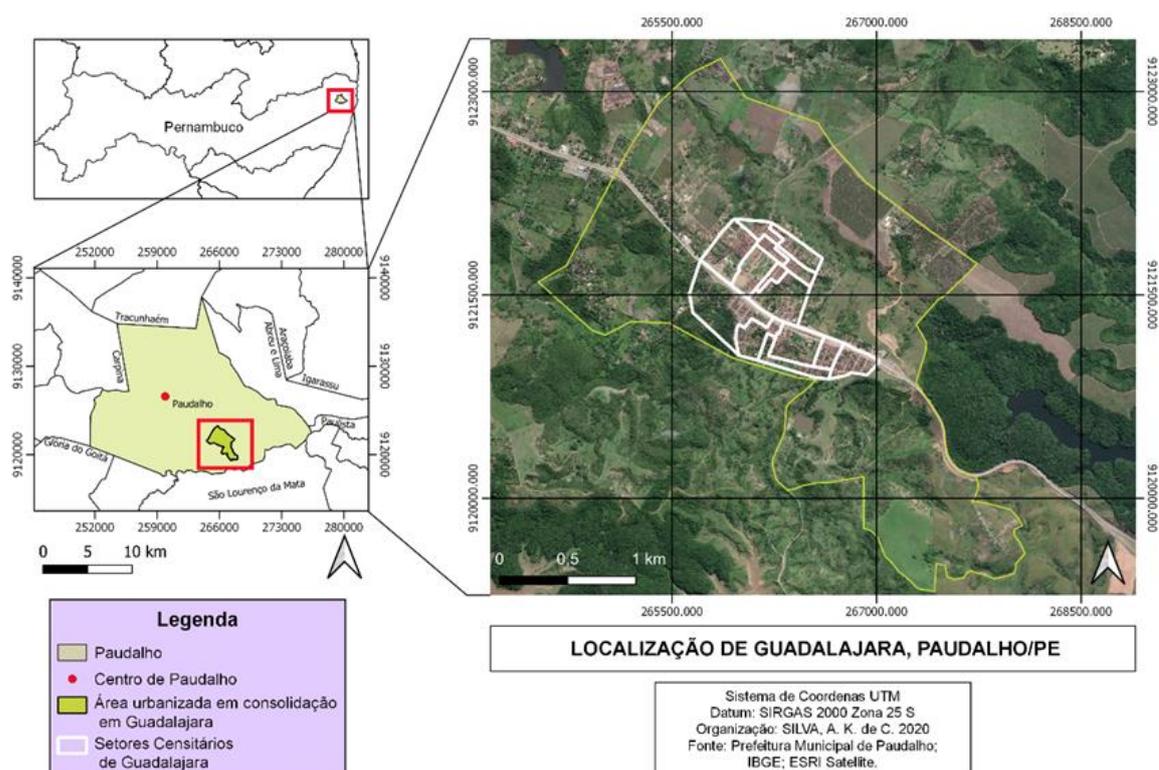
crescimento de povoados como Guadalajara, que há algum tempo já assumem feições urbanas, mas que ainda estão classificados como áreas rurais.

Oficialmente, Guadalajara está classificado como “aglomerado rural isolado”, tendo como subclassificação “povoado” pelos dados divulgados nos agregados por setor censitário do IBGE, cuja definição se refere a:

Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e dois dos seguintes serviços ou equipamento: um estabelecimento de ensino fundamental do 1º ao 9º ano em funcionamento regular; um posto de saúde, com atendimento regular; e um templo religioso de qualquer credo para atender aos moradores de aglomerados e/ou áreas rurais próximas. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela. (IBGE, 2010, p. 37)

A sua distância em relação ao centro de Paudalho (Figura 1) é de aproximadamente 10 quilômetros, possuindo por principal via de acesso também a BR-408. A população total do povoado representava nos anos 2000, 13% da população paudalhense, ou seja, aproximadamente 5.867 pessoas (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, 2002).

Figura 1- Localização de Guadalajara, Paudalho-PE



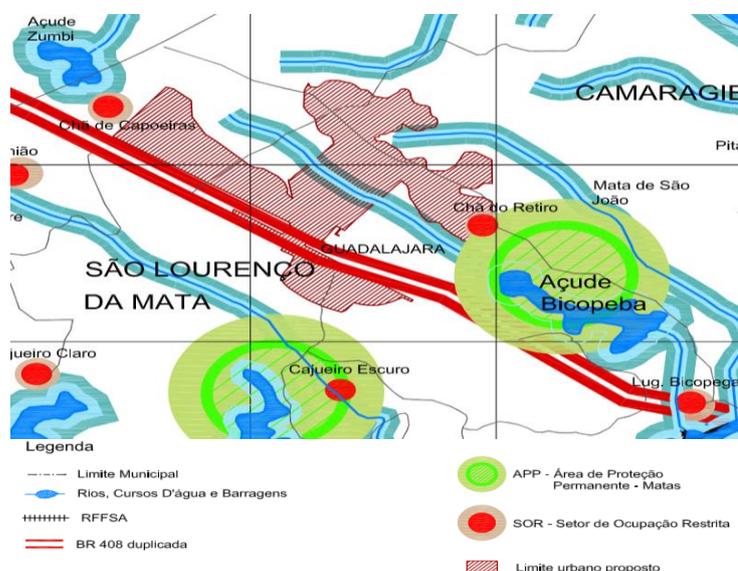
Fonte: Prefeitura Municipal de Paudalho, 2020; IBGE, 2010; Esri Satélite. Organização: A autora, 2020.

O núcleo urbano da localidade é circundado por fazendas, sítios, fragmentos da Mata Atlântica e açudes, além de ser recortado pela BR-408. Este último elemento exerce importante influência por ser a principal rota utilizada para o fluxo de pessoas e mercadorias entre a Região Metropolitana do Recife e as demais cidades da Microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco e Agreste, o que também influi na disposição das habitações e infraestrutura urbana ao longo das margens da rodovia.

Em 2010, os moradores de domicílios particulares permanentes (DPP) que compunham apenas o núcleo do povoado (sem considerar as áreas mais afastadas como sítios e fazendas) já ultrapassavam essa quantidade, chegando a 13,04% (6.696 pessoas) (IBGE, 2010). De acordo com o Plano Diretor (FIDEM, 2002), a área do povoado de Guadalajara foi traçada como perímetro urbano proposto. Ficou sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal delimitar o perímetro das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em alguns bairros do centro, bem como em Guadalajara, o que, entretanto, não foi concretizado até então.

Outra questão importante a ser considerada, é que Paudalho é cortado por cursos d'água perenes pertencentes à bacia do rio Capibaribe, o que contribui para a alimentação dos açudes municipais. A área de Guadalajara, especificamente, é atravessada por alguns desses cursos, que alimentam o chamado Açude da Bicopeba (Figura 2).

Figura 2 - Cursos d'água que passam por Guadalajara em direção ao Açude Bicopeba, inserido em uma das Área de Preservação Permanente (APP) de Paudalho, Pernambuco



Fonte: Plano Diretor Municipal de Paudalho (FIDEM, 2002). Organização: A autora, 2021.

O referido açude está contido numa Área de Preservação Permanente (APP)<sup>21</sup>, tendo em sua borda um perímetro composto por resquício da Mata Atlântica. A APP pertence à Usina Petribu que construiu um sistema de captação e distribuição de água a partir do Açude da Bicopeba sem fins lucrativos para o próprio povoado de Guadalajara. A captação e distribuição funcionou até 2019, quando a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) assumiu o abastecimento e migrou para a barragem do Goitá, na porção sul do povoado, onde existe outra APP.

### 3.2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da pesquisa é fundamentada no método dialético, que considera a existência do real como reflexo do conjunto de processos sociais que estão em permanente transição ao longo da história. Nesta abordagem, os objetos e fenômenos situados na realidade também devem ser compreendidos como elementos passíveis ao movimento da mudança, haja vista que estão conectados ao ambiente que os envolve de forma orgânica, e por isso condicionam-se reciprocamente (DEMO, 1987;1995; MARCONI e LAKATOS, 2003).

Assim, seu uso neste trabalho visa subsidiar pequenas reformas voltadas para convivência com conflitos internos ao sistema capitalista, contribuindo, ainda que de forma tímida, para reflexão sobre uma possível mudança histórica que possibilite às cidades tornarem-se mais inclusivas para seus habitantes, e sustentáveis com relação ao ambiente, fazendo valer o que garante o Estatuto da Cidade (EC).

#### 3.2.1 Condições ambientais do território

Visando à identificação das condições ambientais urbanas da área de estudo, foram efetuados levantamentos da literatura sobre a temática ora abordada, pesquisa documental e de campo. Através do cruzamento das informações relativas a fontes primárias (fotografias, marcação de coordenadas geográficas) e secundárias (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará - IPECE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Projeto de Mapeamento Anual do Uso e

---

<sup>21</sup> De acordo com a Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, entende-se por APP “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Cobertura da Terra no Brasil - MapBiomias), foram elaborados produtos cartográficos e tabelas relacionados às condições ambientais da área de estudo e população local, representando a evolução do uso e cobertura da terra nos anos 2000, 2010 e 2020; o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) considerando as dimensões “habitação e saneamento básico”, “alfabetização e infraestrutura do entorno”; bem como a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos comunitários de educação e saúde). Como ferramentas utilizadas para a referida elaboração, utilizaram-se os *softwares* livres Google Earth PRO e QGIS versão 3.12 (*București*).

Como não foi possível o uso de ortofotos ou imageamento por drone, e as imagens de satélite disponíveis nos sites e plataformas possuíam muitas nuvens, optou-se por utilizar os produtos da coleção 6 do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra Brasil – MapBiomias, que realizou o mapeamento em diferentes níveis de detalhamento fazendo uso de processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados através da plataforma Google Earth Engine obtendo como resultado uma série histórica de mapas anuais de uso e cobertura do solo. As classes de uso e cobertura da Terra utilizadas no projeto foram determinadas de acordo com critérios do IBGE, FAO e GHG National Inventory.

Primeiramente, foi acessado o Google Earth Engine através do toolkit do projeto disponibilizado no site do MapBiomias; em seguida, foi efetuado o login na plataforma e a seleção dos dados de acordo com o recorte municipal de Paudalho e o recorte temporal dos anos 2000, 2010 e 2020. Os arquivos em formato raster da coleção foram exportados para o drive e tratados no software de geoprocessamento QGIS Desktop 3.10.13 with GRASS.

No software de processamento, os arquivos raster (com os valores de pixel referentes a cada classe de uso e cobertura) foram recortados tendo por base o vetor de Guadalajara e depois convertidos em arquivos vetorizados com a finalidade de calcular a área das classes de uso e cobertura. Após a conversão, os polígonos gerados foram mesclados de acordo com as suas classes. Após essa unificação, na tabela de atributos de cada arquivo, foi criada uma coluna com os nomes das classes, e posteriormente foram calculadas as áreas das classes em km<sup>2</sup> e porcentagem. Ao fim, foram atribuídas as cores de cada classe de acordo com a classificação própria do projeto MapBiomias e plotados os mapas e tabelas referentes à evolução do uso e cobertura do distrito.

Foram identificados no distrito as seguintes classes de uso e cobertura, classificadas conforme o Manual Geral ATBD Collection 5 (MAPBIOMAS, 2020, p. 37-43, tradução nossa):

- Formação Florestal (referente à Mata Atlântica): densa, aberta e mista, Floresta Ombrófila, Floresta Estacional Semidecidual e Decidual e Formação Pioneira;

- Pastagem: áreas de pastagem naturais ou plantadas, relacionadas com a atividade agropecuária;
- Mosaico de Agricultura e Pastagem (na Mata Atlântica): áreas de cultivo onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura;
- Cana de Açúcar: áreas cultivadas com cana de açúcar;
- Infraestrutura Urbana: áreas urbanas com predominância de superfícies não vegetadas, incluindo estradas, rodovias e construções.
- Outras áreas não vegetadas (na Mata Atlântica): áreas de superfície não permeáveis (infraestrutura, expansão urbana ou mineração) não mapeados em suas classes e regiões de solo exposto em áreas naturais ou de cultivo.
- Rios, lagos e oceano: rios, lagos, represas, reservatórios e outros corpos d'água.

Com relação ao produto cartográfico relativo à habitação e ao saneamento básico, à alfabetização e infraestrutura do entorno, foi calculado o IVS dos setores do distrito de Guadalajara com o intuito de analisar estas dimensões e inferir a diferença tanto entre as condições dos setores do mesmo distrito, quanto a nível municipal (Quadro 2).

Quadro 2- Dimensões, variáveis e indicadores utilizados no Índice de Vulnerabilidade

<b>Dimensões</b>	<b>Variáveis adotadas</b>	<b>Indicador</b>	<b>Referências</b>
Habitação e saneamento básico	V003 - Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes V001 - Domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes	Renda nominal média mensal do DPP	Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) pela autora
	V002 - Domicílios particulares permanentes V054 - Domicílios particulares permanentes com 5 moradores V055 - Domicílios particulares permanentes com 6 moradores V056 - Domicílios particulares permanentes com 7 moradores V057 - Domicílios particulares permanentes com 8 moradores V058 - Domicílios particulares permanentes com 9 moradores V059 - Domicílios particulares permanentes com 10 moradores ou mais moradores	Percentual de DPP com mais de 4 moradores	Resende (2016)
	V002 - Domicílios particulares permanentes V012 - Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral	Percentual de DPP sem abastecimento de água da rede geral	Adaptado de Resende (2016); Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006) pela autora

	<p>V002 - Domicílios particulares permanentes</p> <p>V019 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar</p> <p>V020 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala</p> <p>V021 - Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar</p> <p>V022 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro</p>	<p>Percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial, ou fossa séptica.</p>	<p>Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) pela autora</p>
	<p>V002 - Domicílios particulares permanentes</p> <p>V036 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza</p> <p>V037 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza</p>	<p>Percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza</p>	<p>Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006) pela autora</p>
Alfabetização	<p>V001 - Pessoas Responsáveis</p> <p>V093 - Pessoas Responsáveis alfabetizados</p>	<p>% responsáveis por DPP não alfabetizados</p>	<p>Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) pela autora</p>
Infraestrutura do entorno	<p>V001 - Domicílios particulares permanentes</p> <p>V009 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe iluminação pública</p> <p>V011 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe iluminação pública</p> <p>V013 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe iluminação pública</p>	<p>% de DPP sem iluminação pública</p>	<p>A autora</p>
	<p>V001 - Domicílios particulares permanentes</p> <p>V015 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe pavimentação</p> <p>V017 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe pavimentação</p> <p>V019 – Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe pavimentação</p>	<p>% de DPP sem pavimentação</p>	<p>A autora</p>
	<p>V001 - Domicílios particulares permanentes</p> <p>V045 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe arborização</p> <p>V047 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe arborização</p>	<p>% de DPP sem arborização</p>	<p>A autora</p>

	V049 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe arborização		
	V001 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe esgoto a céu aberto V050 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu aberto V052 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe esgoto a céu aberto	% de DPP com ocorrência de esgoto a céu aberto	A autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe lixo acumulado nos logradouros V056 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe lixo acumulado nos logradouros V058 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe lixo acumulado nos logradouros V060 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe lixo acumulado nos logradouros	% de DPP com lixo acumulado nos logradouros	A autora

Fonte: Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016); Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006). Elaboração A autora, 2021.

As variáveis adotadas foram selecionadas a partir do censo demográfico 2010 do IBGE<sup>22</sup>, e para tanto foram adaptadas as metodologias propostas por Resende (2016), Medeiros e Souza (2016), Medeiros e Albuquerque (2014), IPECE (2012), Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006). O ajuste se deu na escolha das variáveis, a fim de realçar o que está disposto: a) nas problemáticas específicas levantados em Silva (2018) – por meio de entrevistas com os moradores locais, tais como coleta de lixo, esgotamento sanitário, pavimentação de ruas, iluminação pública, e arborização; b) no Art. 2º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano no parágrafo 5º do Art. 2º, Capítulo I, o qual expressa que “A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.” (BRASIL, 1979); e c) no Art. 7º do Plano Diretor Municipal, que elenca as condições que satisfazem o caráter de Zona Urbana do município:

Art. 7º Constituem **Zona Urbana** os assentamentos e ocupações estabelecidas no território do Município, definidos por núcleos urbanos, localidades, aglomerados e parcelamentos que satisfaçam a pelo menos duas das condições abaixo definidas:  
I. Estar servido de meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;  
II. Estar servido de sistema de abastecimento d’água;  
III. Estar servido de sistema de esgotos sanitários;

<sup>22</sup> Todos os cálculos referentes ao IVS foram realizados em planilhas do Excel, que posteriormente, foram importadas ao Software QGIS e unidas ao arquivo shapefile da malha territorial do município visando a elaboração do produto cartográfico final.

- IV. Estar servido de rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar;
- V. Estar localizado a uma distância máxima de 03 km (três quilômetros) de escola ou posto de saúde;

Para a padronização dos indicadores, devido aos dados com diferentes unidades de medida, utilizou-se a metodologia proposta pelo IPECE (2012) e reproduzida com adaptações por Medeiros e Souza (2016), Medeiros e Albuquerque (2014), a qual considera a intensidade da vulnerabilidade de acordo com os valores que variam de 0 a 1, em que 0 reflete em uma menor vulnerabilidade e 1 em uma maior vulnerabilidade. Dessa forma, a obtenção do indicador padronizado no setor censitário “s” é alcançada através da Equação 1:

$$I_{ps} = \frac{I_s - I_{-v}}{I_{+v} - I_{-v}}$$

Onde:

$I_{ps}$  = Valor padronizado do indicador “I” no setor censitário “s”;

$I_s$  = Valor do indicador “I” no setor censitário “s”;

$I_{-v}$  = Menor Valor do indicador “I” dentre o universo de setores censitários;

$I_{+v}$  = Maior Valor do indicador “I” dentre o universo de setores censitários.

Todas as variáveis selecionadas possuem relação direta com a vulnerabilidade, ou seja, o menor valor do indicador indica menor vulnerabilidade e vice-versa. Dessa forma tem-se  $I_{-v}=I_{min}$  e  $I_{+v}=I_{-max}$ .

Depois da padronização dos 11 indicadores, calculou-se a média aritmética deles em cada 1 dos 78 setores de Paudalho, gerando assim o IVS de cada setor. Posteriormente, calculou-se a média aritmética dos setores por indicador para alcançar o valor referente ao índice médio de vulnerabilidade social do município em cada indicador, e depois calculou-se também a variabilidade (desvio-padrão) deste índice médio por indicador visando ao cálculo de classificação dos setores censitários baseados nas seguintes classes de vulnerabilidade:

- a) Classe 1: alta vulnerabilidade, para valores superiores ao índice médio somado ao valor do desvio-padrão;
- b) Classe 2: média-alta vulnerabilidade, para valores maiores que o valor médio e menores que a média mais o valor do desvio-padrão;
- c) Classe 3: média-baixa vulnerabilidade, para valores inferiores à média e superiores à média menos um desvio-padrão;
- d) Classe 4: baixa vulnerabilidade, para índices inferiores à média menos um desvio-padrão.

Foram considerados dados referentes à Guadalajara apenas os setores censitários que compunham o núcleo do distrito<sup>23</sup> por justamente não existir uma delimitação que considere os limites reais da localidade nos agregados por setores censitários do IBGE, que dependem da atualização da base cartográfica municipal que está em andamento. Em contrapartida, a Prefeitura do município disponibilizou-nos os polígonos referentes às áreas urbanizadas em consolidação, os quais são utilizados também como referência para tratar dessa parcela do território densamente ocupada. Por fim, foram mapeados também os serviços e equipamentos públicos presentes no território para inferência da espacialização e disponibilidade deles na localidade.

### **3.2.2 História da mobilização popular e compreensão acerca dos habitantes frente às condições ambientais**

No segundo momento, objetivando traçar a história de mobilização popular na área da pesquisa, foram realizados levantamento da literatura sobre movimentos sociais e pesquisa documental em veículos locais de informação (jornais), entre os meses de abril e setembro de 2021, com intuito de identificar episódios, causas, processos e/ou consequências de tais mobilizações até o presente momento do desenvolvimento da pesquisa. Foram levantadas também as associações de bairro presentes no município e em Guadalajara através do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA,2021) e posteriormente investigadas as formas de atuação institucional por vias jurídicas, através do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e não institucional, através dos veículos informativos e questionários ou entrevistas de moradores.

No terceiro instante, pretendendo enxergar a compreensão de como os habitantes interpretam e atuam em seus territórios (considerando tais condições ambientais), foram aplicados questionários aos moradores do povoado<sup>24</sup> de maneira remota – como forma de resguardar os entrevistados e a pesquisadora da maior probabilidade de exposição ao vírus SARS-CoV-2. Com relação à quantidade dos moradores, definiu-se uma amostra aleatória estratificada considerando o total dos moradores por DPP do núcleo do povoado em 2010 e a sua proporção pelo gênero. A amostra foi de 49 pessoas, das quais 24 eram homens e 25

---

<sup>23</sup> Vide Figura 1, página 40

<sup>24</sup> O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, tendo obtido como número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) a sequência 43708021.0.0000.5208.

mulheres, possuindo 95% de confiança, e uma margem de erro de 14%. A variância máxima possível para a proporção foi de 0,5. Dessa forma, a Equação 2 resolvida foi a seguinte:

$$n = \frac{N \sum_{h=1}^L N_h \hat{p}_h \hat{q}_h}{\frac{N^2 d^2}{z_{\frac{\alpha}{2}}^2} + \sum_{h=1}^L N_h \hat{p}_h \hat{q}_h}$$

$$n_h = \left( \frac{N_h}{N} \right) n$$

Em que  $n$  é o tamanho total da amostra;  $N$  é o tamanho da população;  $L$  é o número de estratos na população;  $n_h$  é o tamanho da amostra retirada do estrato  $h$ ;  $N_h$  é o número de elementos da população pertencentes ao estrato  $h$ ;  $\hat{p}_h$  é a proporção estimada de ocorrências do evento de interesse no grupo  $h$ ;  $\hat{q}_h$  é a proporção estimada de não ocorrências do evento de interesse no grupo  $h$ ;  $d$  é uma margem de erro aceitável;  $z_{\frac{\alpha}{2}}$  é o quantil da distribuição Normal para um nível de confiança igual a  $(1 - \alpha)\%$ . Nesse caso:

$$N = 6696; N_1 = 3314; N_2 = 3382 \quad (\text{Total, Homens e Mulheres})$$

$$\hat{p} = \hat{q} = 0,5 \quad (\text{Cenário em que a variância assume o maior valor possível})$$

$$d = 0,14; z_{\frac{\alpha}{2}} = 1,96 \quad (\text{Considerando um erro de 0,14 e 95\% de confiança})$$

$$n \cong 49; n_1 = 24; n_2 = 25$$

A conta ficou assim:

$$n = \frac{6696 \times (3314 \times (0,5 \times 0,5) + 3382 \times (0,5 \times 0,5))}{\frac{6696^2 \times 0,14^2}{1,96^2} + (3314 \times (0,5 \times 0,5) + 3382 \times (0,5 \times 0,5))}$$

$$n = \frac{6696 \times 1674}{\frac{6696^2 \times 0,14^2}{1,96^2} + 1674}$$

$$n = \frac{6696 \times 1674}{228757 + 1674} \cong 49$$

$$n_1 = \frac{3314}{6696} \times 49 \cong 24$$

$$n_2 = \frac{3382}{6696} \times 49 \cong 25$$

Com relação à quantidade de representantes do poder público, definiu-se o número de

dois (2) entrevistados, considerando um (1) para o poder executivo e um (1) para o legislativo. Totalizando assim, uma estimativa de 51 participantes. Não foi possível entrevistar o representante do poder legislativo em tempo hábil, por não ser encontrado na Câmara dos Vereadores nas três visitas realizadas, portanto, este participante foi excluído da análise.

Os moradores que tiveram relatos sobre acompanhamento ou participação de mobilizações no povoado, conhecimento sobre possíveis lideranças comunitárias e, por fim, relato sobre cobrança de melhorias para o povoado de Guadalajara feitas a políticos eleitos, foram selecionados para responderem a entrevistas semiestruturadas presencialmente, contribuindo com as informações levantadas no segundo momento. Outro roteiro de entrevista semiestruturado foi aplicado a agentes do poder executivo municipal visando estabelecer correlações, esclarecimentos e contrapontos com relação às ações desenvolvidas pela gestão municipal para o desenvolvimento de Guadalajara.

Os questionários e as entrevistas com os moradores foram realizados e interpretados com base na análise de conteúdo que tem por interesse a mensagem (evidente ou velada) emitida pelo sujeito, considerando os componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis do ser humano (FRANCO, 2008; BARDIN, 2016). A importância dessa análise se dá na compreensão de como os moradores condicionam o ambiente e, ao mesmo tempo, são condicionados por ele de acordo com o que é disposto no território. Os dados coletados a partir destas técnicas de pesquisa foram tabelados e trabalhados tanto qualitativa quanto quantitativamente.

A análise de conteúdo é dividida basicamente em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) e por fim, tratamento dos resultados e a sua interpretação. Na primeira, cada material (resultados dos questionários e das entrevistas) passou pela leitura flutuante, com o objetivo de serem destacadas algumas impressões e orientações sobre o conteúdo do material relacionado ao referencial teórico da pesquisa e ao problema de pesquisa. Por fim, houve a preparação formal do material, considerando a referenciação dos índices, elaboração dos indicadores e definição das regras de recorte, codificação e categorização.

Na fase de exploração do material, foram aplicadas de forma sistemática todas as definições decididas na etapa anterior referente à preparação formal do material visando à codificação e decomposição em unidades de registro e contexto, bem como a definição da frequência enquanto regra de enumeração utilizada por melhor contribuir com a apresentação dos dados e a hipótese do estudo.

Na última etapa, as categorias foram postas em relevo, e trabalhadas por intermédio de tabelas que possibilitaram a inferência das informações fornecidas pela análise. Dessa forma,

reconhecemos qual a visão que os habitantes possuem de seu ambiente, considerando suas percepções e possíveis atitudes através da análise de conteúdo, mas também da elaboração de gráficos que representam os padrões de respostas.

Com a posse de tais informações foi possível relacionar alguns dos momentos em que as mobilizações dos moradores, diante das suas condições ambientais, conseguiram criar situações para buscarem a transformação de seus espaços.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 CONDIÇÕES AMBIENTAIS E MOBILIZAÇÃO DE MORADORES EM GUADALAJARA, PAUDALHO - PE**

#### **4.1.1 Condições ambientais de Guadalajara, Paudalho-PE**

##### *4.1.1.1 Uso e cobertura da terra em Guadalajara*

Guadalajara, assim como todos os distritos e povoados da zona rural de Paudalho, possui estreitas relações com a produção agropecuária e canavieira que se estendeu por toda a região da Zona da Mata do estado, avançando sobre a Mata Atlântica da região. Após o declínio da monocultura canavieira na região, o município continuou as atividades de produção nos engenhos até metade do século XX, aliado à ascensão na produção de outras culturas no seguimento agropecuário, principalmente bovinos e aves, e no setor agroindustrial, com a produção de cerâmicas vermelhas e outros materiais para construção civil, produção de picolés e sorvetes, entre outros.

Um dos engenhos mais expressivos da região da Mata Norte de Pernambuco foi o Petribú construído às margens do rio Capibaribe no século XVIII, nas antigas terras de Paudalho, onde desde 1963 é o município de Lagoa de Itaenga. Em 1909, enquanto a Segunda Revolução Industrial já se dava na Europa, a Primeira ainda pairava de forma atrasada em países considerados subdesenvolvidos como o Brasil, foi instalado no engenho Petribú o maquinário de uma usina movida a vapor importado diretamente da Alemanha. Tal feito, expandiu a produção açucareira e influenciou a construção de uma pequena malha ferroviária pela empresa, favorecendo a aquisição das plantações de outros engenhos locais que não acompanharam a modernidade industrial (USINA PETRIBU S.A., 2021).

Outro engenho que se tornou usina Paudalhense foi o Mussurepe. Na sua fase de usina atingiu capacidade total de produção de 82.500 toneladas de cana, considerando as produções em suas propriedades e a de seus fornecedores. Chegou a possuir uma ferrovia de 40 quilômetros além de locomotivas e vagões, mas por conta de dificuldades financeiras foi vendida em meados do século XX e posteriormente parou as suas atividades (GONÇALVES e SILVA, 1929; ANDRADE, 1989; MOURA, 1998 apud GASPAR, 2003).

Atualmente, as terras onde hoje se encontra a população urbana de Guadalajara eram de domínio desta última usina, as quais ainda não passaram por regularização fundiária. A situação

preocupa muitos moradores pelo caráter clandestino atribuído aos terrenos que não possuem a titulação de seus ocupantes enquanto proprietários – problemática em comum a maioria dos assentamentos populares no Brasil. Com relação ao restante das terras situadas na porção leste do distrito, estas fazem parte do domínio da Usina Petribu, inclusive, como já se disse, a APP da Mata da Bicopeba.

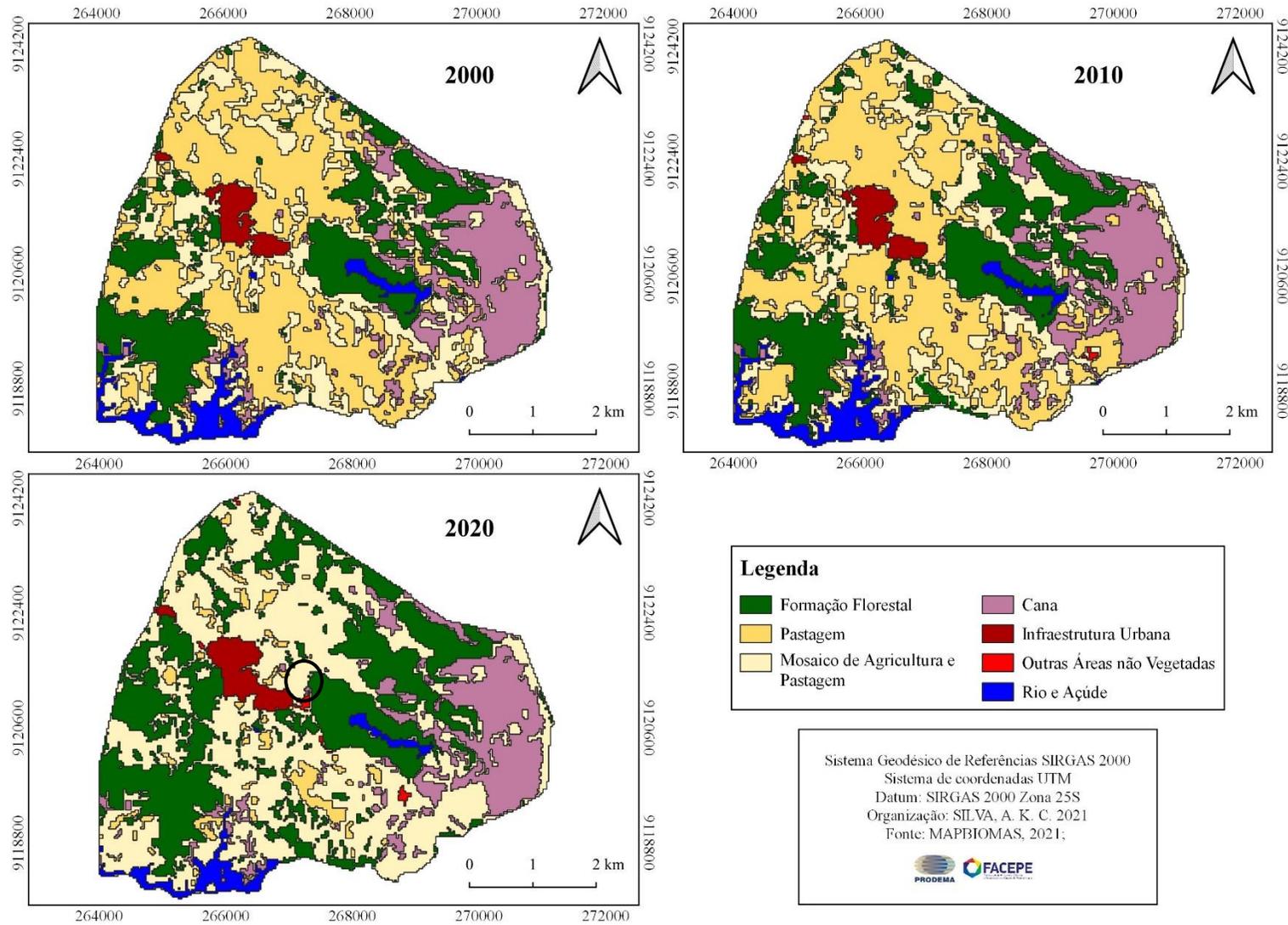
Em 2021, a Prefeitura iniciou os processos necessários para a regulação fundiária da população através do programa estadual “Moradia Legal”, de iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJPE) e da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que visa orientar os entes públicos sobre os procedimentos específicos para a regularização de núcleos urbanos informais, ocupados por população de baixa renda, segundo a Lei 13.465/2017 e o Decreto 9.310/2018. O município é um dos oitenta e oito integrantes do programa que o operacionaliza com parceria da Associação de Registradores de Imóveis de Pernambuco (Aripe), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE)<sup>25</sup>.

O núcleo urbano de Guadalajara está disposto sobre condições ambientais bastante diversificadas. Traçada pelo IBGE ainda como povoado, faz-se crer que as atividades exercidas ainda aparentam ser essencialmente rurais (agrícola e pecuária). Isto pode ser reforçado quando analisamos a evolução do uso e cobertura da terra nos últimos 30 anos (Figura 3), em que o sistema agropecuário extensivo se mostrou muito ativo na localidade, como reflexo da história de ocupação das regiões da Zona da Mata pernambucana alimentado também pelas condições ambientais favoráveis à economia do Brasil Colonial (clima e solo) (FREYRE, 2013).

---

<sup>25</sup> As informações sobre a regularização fundiária urbana de Guadalajara foram mencionadas na 10ª e 11ª Reuniões da Seção Ordinária da Câmara dos Vereadores do Município, nos dias 22 e 29 de setembro de 2021. Para mais informações sobre o programa acessar: <https://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/acoes-e-projetos/moradia-legal>.

Figura 3- Evolução do uso e cobertura da terra de Guadalajara, Paudalho - PE nos anos 2000, 2010 e 2020.



Nota: A área vermelha destacada com o círculo preto no mapa de 2020 corresponde ao local onde foi construído os habitacionais de interesse social Residencial Guadalajara I e II. Fonte: MapBiomas, 2021. Elaboração: A autora, 2021.

A área total do distrito representa 31,14 km<sup>2</sup> das terras do município de Paudalho. Nas décadas dos anos 2000 e 2010, a maior parte dela era ocupada por pastagem (35,40%, 33,81%), mistura de áreas com agricultura e pastagem (26,24%, 24,97%), formação florestal (19,06%, 21,03%), plantações de cana-de-açúcar (12,81%, 13,02%), e as menores partes por rio e açude (4,26%, 4,56%), infraestrutura urbana (2,23%, 2,34%), outras áreas não vegetadas (0%, 0,10%) (Tabela 2).

Tabela 2- Classificação de uso e cobertura da terra nos anos 2000, 2010 e 2020

Classes de uso e cobertura em km <sup>2</sup>								
Ano	Formação Florestal	Pastagem	Mos. de Agr. Pastagem	Cana	Infraestrutura Urbana	Outras áreas n. veget.	Rio e Açude	Total
2000	5,93	11,02	8,17	3,99	0,69	0	1,33	31,14
2010	6,55	10,53	7,78	4,05	0,73	0,03	1,42	31,14
2020	9,78	1,24	14,39	3,97	0,81	0,10	0,85	31,14
Classes de uso e cobertura em %								
Ano	Formação Florestal	Pastagem	Mos. de Agr. Pastagem	Cana	Infraestrutura Urbana	Outras áreas n. veget.	Rio e Açude	Total
2000	19,06	35,40	26,24	12,81	2,23	0	4,26	100
2010	21,03	33,81	24,97	13,02	2,34	0,10	4,56	100
2020	31,41	3,97	46,21	12,74	2,61	0,32	2,71	100

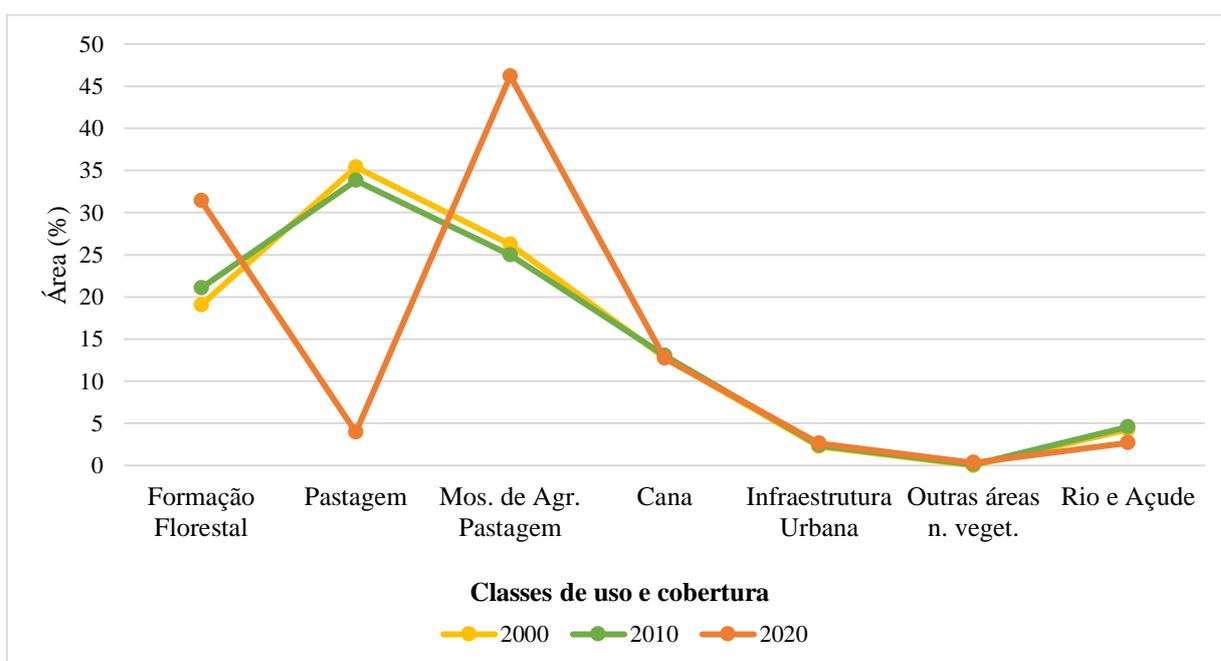
Fonte: MapBiomias, 2021. Organização: A autora, 2021.

As classes de pastagem e mosaico de agricultura e pastagem são as únicas a estarem em decréscimo nos anos 2000 e 2010, contrastando com as demais que possuem crescimento tímido com exceção da formação florestal que cresce em 1,97%. A classe referente à monocultura da cana apresentou pouca variação se comparada às demais classes supracitadas nos três anos. De 2000 para 2010 houve ligeiro aumento em 0,21% das terras, mas em 2020 houve queda de - 0,28% com relação ao decênio anterior. Por fim, na comparação entre 2000 e 2020 o saldo negativo foi de - 0,07%. No mapa é possível perceber que no período de 2000 a 2010 a expansão da classe não é dada sobre as áreas de fragmentos de formação florestal, mas sobre as áreas ocupadas anteriormente por pastagem ou mosaico de agricultura e pastagem.

É interessante ressaltar que o não avanço da monocultura de açúcar sobre a APP, mesmo sendo nos limites das terras da Petribu não se dá, principalmente, pela obrigatoriedade do proprietário da área em promover a recomposição da vegetação. Já que, de acordo com a Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012, Art.7. §1º e §3º), em caso da realização de supressões vegetativas não autorizadas, serão vedadas a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação, exceto se a intervenção ou supressão de vegetação nativa se der nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto, como previstos no Art. 8 da referida Lei.

De volta à análise das outras classes, evidencia-se, em 2020, uma queda brusca de 31,43% com relação às áreas de pastagem de 2000, aliada ao grande aumento dos mosaicos de agricultura e pastagem (19,97%) e outro aumento significativo das áreas de formação florestal (12,35%) entre os mesmos anos (Gráfico 1). Nos mapas de evolução do uso e cobertura da Terra é possível notar que a expansão da formação florestal se tem dado nas direções norte, oeste e sul do distrito, onde antes era de domínio das pastagens, e agora passa a compartilhar espaço com o mosaico de agricultura e pastagem, predominando sobre eles nas direções mencionadas.

Gráfico 1- Porcentagem de cobertura territorial de Guadalajara-PE por classes de uso e cobertura da Terra para 2000, 2010 e 2020.



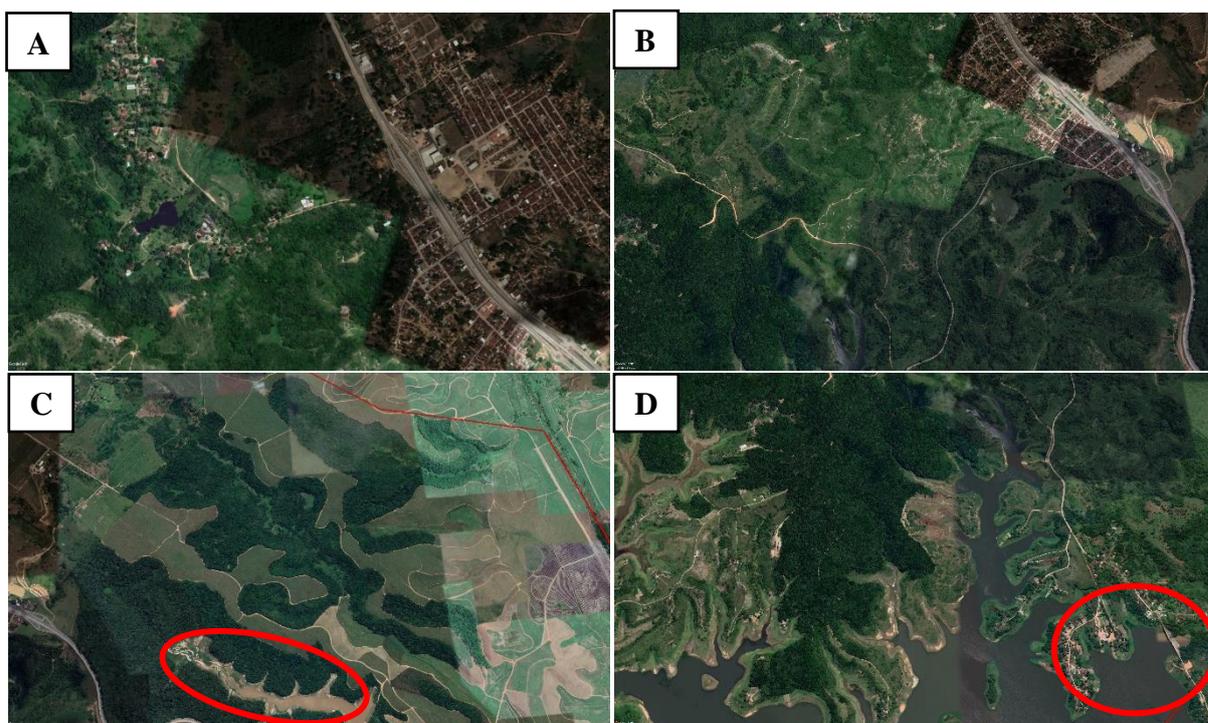
Fonte: MapBiomias, 2021. Organização: A autora

Segundo o mapa da Lei Nº 11.428/2006<sup>26</sup> (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, Paudalho encontra-se totalmente inserido neste bioma, possuindo cobertura original de Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) em aproximadamente 66% do território, e Floresta Ombrófila Aberta (Faciações da Floresta Ombrófila Densa) na porção oriental do município, principalmente Guadalajara.

<sup>26</sup> Mapa da Área de Aplicação da Lei nº11.428 de 2006. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes\\_ambientais/estudos\\_ambientais/biomias/mapas/lei11428\\_mata\\_atlantica.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomias/mapas/lei11428_mata_atlantica.pdf) Acesso em: 23 out. 2021.

Porém, essas áreas florestais não são homogêneas. Em Guadalajara, excetuando-se os resquícios densos que bordejam ou ficam próximos ao Açude Bicopeba (na APP) e os que estão próximos ao Rio Goitá, as demais áreas dessa classe possuem vegetação muito esparsa que evolui com descontinuidades entre espécies arbustivas e outras em estágios iniciais de recomposição, como reflexo de surgimento espontâneo e secundário devido a menor ou não utilização da terra nas atividades agropecuárias (Figura 4).

Figura 4- Áreas determinadas como classe de formação florestal em Guadalajara, PE



A e B – Vegetação, localizada na porção sul e sudoeste do distrito, com formação heterogênea, descontínua e esparsa na medida em que se aproxima do núcleo urbano a norte e rodovia a norte, nordeste e leste; C - Área localizada na porção centro-leste do distrito com vegetação homogênea, fragmentada por culturas e rodovia, o círculo vermelho marca o Açude da Bicopeba; D – Área com vegetação homogênea próxima as bordas do rio Goitá (circulado em vermelho o rio próximo a barragem Goitá). Toda a área de várzea possui plantações e algumas pequenas áreas com solo exposto. Fonte: Google Earth Pro, 2018. Elaboração: A autora, 2021.

Os resquícios da mata são importantes na área principalmente por conservarem corpos hídricos, como é o caso do açude da APP, contido no remanescente que se localiza entre a rodovia BR-408 e as maiores áreas antrópicas agrícolas de cultura canavieira. Embora este, em especial, encontre-se degradado tanto pela monocultura açucareira nas terras que o circundam, quanto pela destruição da mata ciliar, e contaminação doméstica (de habitações inadequadas situadas às margens) e pecuarista do curso hídrico que passava ao norte do núcleo de Guadalajara.

Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Paudalho - PMMA (PREFEITURA DO PAUDALHO, 2016, p. 22):

Todos os remanescentes de vegetação nativa [de Paudalho] somados chegam a 5.607,05 hectares, o que representa aproximadamente 20,4 % de território municipal, demonstrando que apesar da fragmentação, ainda há uma área significativa de fragmentos que necessitam de proteção legal específica e de restauração das áreas adjacentes objetivando a reconexão entre os principais remanescentes, de forma a permitir o fluxo gênico entre as populações de plantas e de animais, além de favorecer os processos ecológicos e garantir os serviços ambientais essenciais à qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental.

As questões constatadas no diagnóstico do atual cenário ambiental do território para o desenvolvimento do plano municipal, apontam para sensibilização menos significativa da população quanto as questões ambientais; falta de estrutura física e operacional da secretaria de meio ambiente do município para efetivar a fiscalização ambiental; desatualização do Código Municipal de Meio Ambiente; ausência e ou insuficiência da mata ciliar ao longo dos corpos d'água e nascentes; desmatamento e queimada para fins de retirada de lenha, expansão imobiliária e urbanização não planejada; arborização urbana precária; degradação de áreas pela atividade de mineração voltada a extração de argila e areia; e, por fim, grande quantidade de remanescentes florestais significativos, mas poucos conservados. Em Guadalajara, ao menos com a análise da evolução do uso e cobertura da terra, foi possível acompanhar que este último item, constatado para o diagnóstico do município, continua a existir.

No tocante às áreas com águas continentais, Rio e Açude, observou-se um pequeno aumento (0,30%) delas entre os anos 2000 e 2010, mas uma regressão de 1,85% em 2020. Na comparação entre os mapas de uso e cobertura é possível observar que a queda é notável na feição do rio Goitá (parte sul de Guadalajara), onde está instalada a Barragem Goitá/Bicopeba. É a partir dessa barragem que a COMPESA faz a captação e distribuição da água para o núcleo do distrito desde 2019.

Em abril do mesmo ano, foi instaurado um inquérito civil pelo Ministério Público de Pernambuco (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2019) para investigação das condições de segurança da barragem tendo por base a Nota Técnica nº 016/219 da Secretaria da Casa Militar de Pernambuco (Camil) que a classifica como risco alto, bem como apresenta que a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) também a classificou como de dano potencial alto, devido a relatos de deslizamentos das paredes de contenção e rompimento parcial de vertedouro de segurança, o que coloca em risco a integridade física da barragem. Até então não foi noticiada nenhuma modificação em sua estrutura. Em outubro de

2021, a barragem encerrou o mês com sua capacidade entre 10% e 30%, situação de alerta para os baixos níveis.

No que diz respeito à infraestrutura urbana, nos anos 2000 a parte urbanizada do distrito concentrava-se quase que totalmente na porção central, exceto pela pequena mancha a noroeste do distrito. Juntas, contabilizavam 2,23% da área de Guadalajara. Em 2010, houve aumento de 0,11% e em 2020, mais 0,27%, ambos na área do núcleo urbanizado. Porém, existe uma associação dessa classe com a classe “outras áreas não vegetadas” que faz diferença no entendimento da condição ambiental da área de estudo.

Na evolução do uso e cobertura da Terra, pode-se perceber a inexistência dessas “outras áreas não vegetadas” no ano de 2000. Depois, o seu aparecimento singelo (0,10%) em 2010 na porção noroeste e sudeste do distrito, distante da mancha urbana. Em 2020, as de 2010 foram substituídas por mosaico de agricultura e pastagem, mas ainda assim houve o aumento de 0,22% de áreas não vegetadas com relação ao total de área anterior, surgindo novos pontos próximos às bordas APP, e um deles interligado à classe de infraestrutura urbana.

De acordo com a delimitação das áreas consolidadas de Paudalho, a área estabelecida para o núcleo urbano de Guadalajara corresponde a 5,80% da área distrital, considerando a borda oeste da APP como limite da sua extensão. Esta área limítrofe aparece no mapa de uso e cobertura de 2020, classificada enquanto outras áreas não vegetadas; mas, na verdade, é onde foram construídos os habitacionais de interesse social, Residencial Guadalajara I e Residencial Guadalajara II, ocupados desde o fim de 2019.

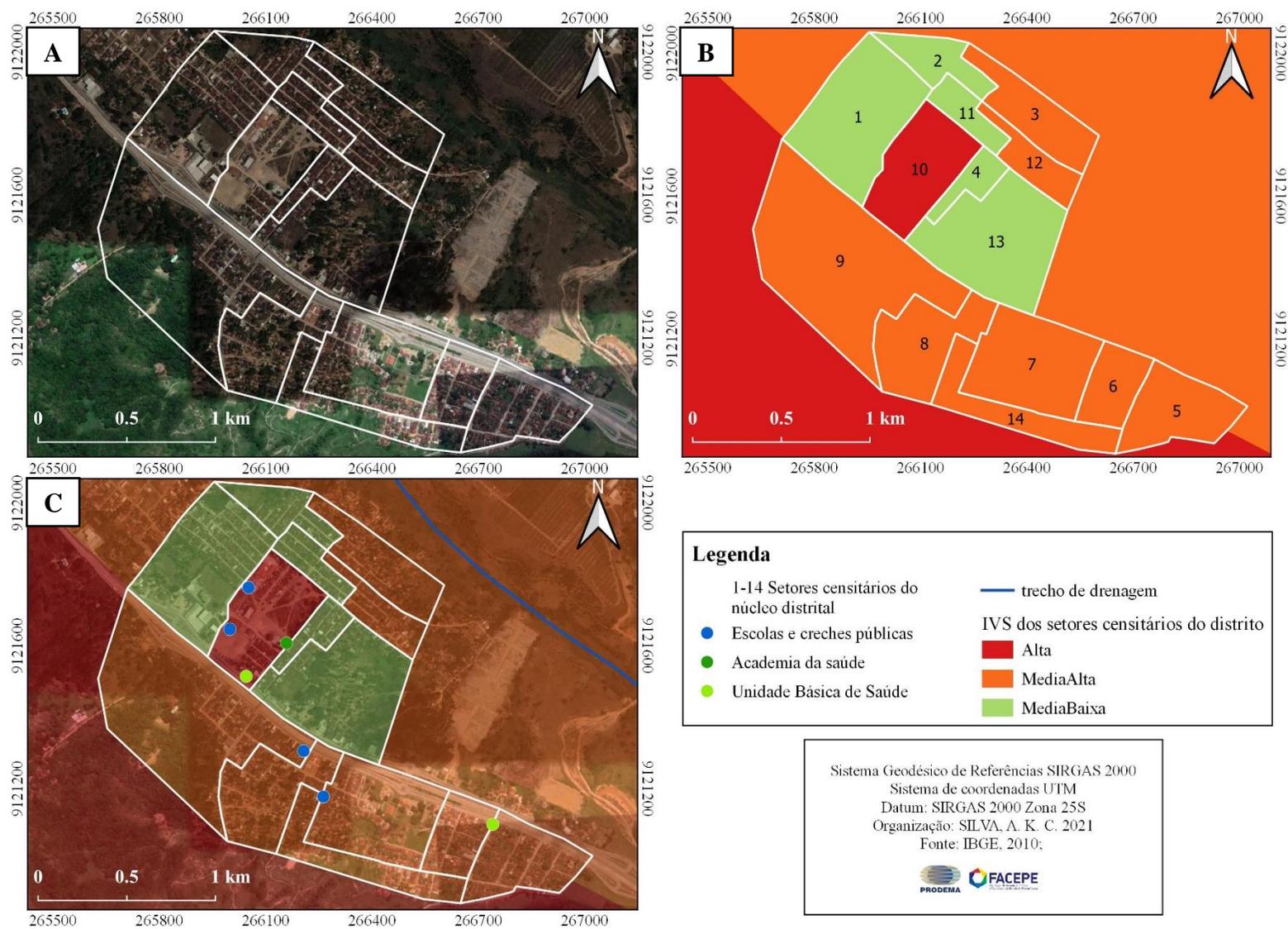
As terras em que foram construídos os residenciais de interesse social são justamente as que fazem limite com a APP, que é regida pela lei federal que tem como uma das exceções para a efetivação da supressão de vegetação nativa a construção habitacional de interesse social. Essa situação pode configurar uma ameaça maior tanto à estabilidade quanto ao desenvolvimento equilibrado da APP que, de acordo com o próprio PMMA (PREFEITURA DO PAUDALHO, 2016), já sofre pressões decorrentes do isolamento entre as plantações de cana-de-açúcar, da rodovia BR-408, e de estradas de terra que acompanham as suas bordas. Ao mesmo tempo, é uma localidade financeiramente mais viável para o Estado devido ao custo barato das terras – afastadas do centro municipal, que possui área ambientalmente frágil que impossibilita outros usos, e que, por fim, ainda tem fraca infraestrutura e localização pouco atrativa para o mercado imobiliário.

#### *4.1.1.2 Vulnerabilidade social e a disposição de equipamentos e serviços públicos no núcleo do distrito de Guadalajara*

Considerando os 78 setores censitários do município para estabelecer o índice municipal, foi possível identificar as contradições sociais existentes entre os 14 setores que compõem o núcleo de Guadalajara e compará-las com a média encontrada no município de acordo com cada dimensão.

Na Figura 5, pode-se observar a delimitação dos setores censitários no núcleo distrital (Figura 5-A), a classificação do Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) desses setores (Figura 5-B), e a distribuição dos equipamentos e serviços públicos comunitários na malha setorial (Figura 5-C).

Figura 5- Setores censitários, vulnerabilidade social e disposição de equipamentos e serviços públicos no núcleo de Guadalajara, Paudalho - PE



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: A autora, 2021.

Com relação à distribuição da vulnerabilidade social dos setores analisados, 57% apresentaram classe média alta (os setores 3,5,6,7,8,9,12,14), 35% (os setores 1,2,4,11,13), mostraram média baixa; e 7% (o setor 10), alta. Quando se cruza com os dados referentes ao arranjo territorial dos equipamentos e serviços públicos comunitários – como é o caso das escolas, creches, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e academia da cidade –, é possível observar que estão dispostos em setores que possuem de média alta a alta vulnerabilidade.

Duas considerações emergem a partir desse cruzamento, a primeira é de que a existência e o acesso aos equipamentos e serviços públicos estão alinhados, pelo menos, às principais áreas de vulnerabilidade do distrito – enquanto reflexo da aplicabilidade da Constituição Federal de 1988 no que versa o direito e universalização da educação básica e das ações e serviços de saúde no Brasil; e a segunda consideração, é referente ao papel que tanto as escolas quanto as UBS assumem também enquanto rede de assistência social ao lidarem com uma população em vulnerabilidade social (considerando situações de fome, desemprego familiar, violência, precariedade no saneamento básico e no acesso a domicílios, entre outros), atuando muitas vezes de forma atomizada, sem ter apoio de políticas públicas específicas.

No caso das escolas, documentos como o Plano de Ação da Gestão e o Projeto Político Pedagógico podem e devem ser ferramentas importantes para o enfrentamento à vulnerabilidade social da comunidade escolar, principalmente nas áreas onde o diagnóstico de vulnerabilidade já é constatado no cotidiano escolar dos professores, gestão e alunado.

Outra questão importante visualizada no mapa (Figura 5-C) é a vulnerabilidade média alta no setor 3 que também está localizado em área próxima ao trecho de drenagem. Pode-se constatar a existência de outras casas para além da delimitação do setor que avançam em direção ao curso d'água temporário, o que favorece também à situação de vulnerabilidade ambiental dessa área já fragilizada pela retirada da mata ciliar e pelo efeito de outras atividades antropogênicas.

Com o intuito de discutir com maior profundidade os elementos que caracterizam a vulnerabilidade social de Guadalajara, apresenta-se na Tabela 3 a relação dos resultados agregados pelas dimensões “Habitação e Saneamento Básico”, “Alfabetização”, “Infraestrutura do Entorno”, e também pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que o setor possui de acordo com as especificidades do município, considerando as suas posições dentro e fora do núcleo distrital.

Tabela 3- Indicadores dos setores de Guadalajara para as dimensões que compõem o IVS de Paudalho, PE

<i>Setores do núcleo de Guadalajara</i>	<b>Dimensões</b>				<b>Posição</b>	
	<i>Habitação e Saneamento Básico</i>	<i>Alfabetização</i>	<i>Infraestrutura do Entorno</i>	<i>IVS</i>	<i>Dentro do Distrito</i>	<i>Município</i>
1	0,2742	0,3562	1	0,6116	14°	48°
2	0,3112	0,4053	1	0,6328	13°	44°
3	0,4955	0,4350	1	0,7193	3°	28°
4	0,3325	0,4392	1	0,6456	12°	42°
5	0,4698	0,2800	1	0,6935	9°	36°
6	0,4807	0,4569	1	0,7146	4°	29°
7	0,4375	0,5364	1	0,7022	8°	34°
8	0,4022	0,7493	1	0,7055	6°	31°
9	0,4833	0,3186	1	0,7032	7°	33°
10	0,8750	0,3150	1	0,8809	1°	8°
11	0,4325	0,3176	1	0,6800	10°	39°
12	0,5085	0,3111	1	0,7139	5°	30°
13	0,3886	0,3979	1	0,6673	11°	41°
14	0,6552	0,6566	1	0,8121	2°	19°
<b>Paudalho*</b>	<b>0,5495*</b>	<b>0,3938*</b>	<b>0,8701*</b>	-	-	-

Fonte: A autora, 2021.

Na dimensão Habitação e Saneamento Básico faz-se notar que os valores mais altos, acima da média municipal e próximos de 1, são os dos setores 10 e 14 que ocupam respectivamente a primeira e segunda posição de vulnerabilidade dentro do distrito e a oitava e décima nona posição no município.

A respeito do detalhamento dos indicadores dos setores que apresentaram maior vulnerabilidade dentro do distrito, observou-se que o 10 é o setor que ocupa o 1º lugar em vulnerabilidade com relação aos indicadores “percentual de domicílios de DPP sem abastecimento de água da rede geral” (0,9750), “percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica” (1), e “percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza” (1).

Embora este setor localizado na porção central, foi o que apresentou resultados mais precários. A morfologia das ocupações no espaço desse setor assume um padrão que ocupa as bordas do setor, o centro possui grande área desocupada que é utilizada para o descarte de lixo a céu aberto em alguns pontos. Ao lado esquerdo dessa área abandonada existe a Vila Borogodó composta por casas financiadas pelos recursos do Fundo Nacional de Habitação Social (FNHIS) a partir de 2008. Considerando a menor quantidade de domicílios no setor em questão (comparando-o aos demais setores) e a péssima condição de saneamento básico, não poderia ser diferente a relação de alta vulnerabilidade encontrada na área.

Notando-se, inclusive, que a construção das habitações de interesse social pelo município (anterior ao censo demográfico de 2010) não foi decorrente de um projeto de inserção de qualidade – que considerasse principalmente as demandas referentes ao saneamento básico. As condições que se mostram presentes em 2010 repercutem ainda hoje nesse espaço.

O setor 14 assume o 2º lugar no indicador “percentual de DPP com mais de 4 moradores” (0,4909), 3º em “percentual de domicílios de DPP sem abastecimento de água da rede geral” (0,8142), 4º em “renda nominal média mensal do DPP” (0,9887) em que atingia R\$ 587,42<sup>27</sup>, e 5º lugar nos indicadores “percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica” (0,7257) e “percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza” (0,2566).

Na Figura 6-A é possível perceber que o descarte dos resíduos sólidos efetuado pelos moradores do setor 10 é feito na grande área abandonada, em que existe caçamba de lixo, que na imagem mostra já estar totalmente preenchida. Os descartes posteriores, com recorrência, acabam sendo feitos no chão ao redor da caçamba, poluindo o próprio ambiente onde moram.

Figura 6- Lixo à céu aberto nos setores 10 (A) e 14 (B) do distrito de Guadalajara



Organização: A autora, 2021.

A Figura 6-B é referente ao setor 14, em que é possível perceber outro ponto de descarte de resíduos utilizado pela população do próprio setor, também a céu aberto e em área declivosa próxima de uma extensão de terras em que a mata atlântica está em recuperação (ao fundo da imagem), localizada a sudoeste deste setor. Além do descarte incorreto, percebe-se a presença de animais de tração amarrados próximos ao lixo alimentando-se dos restos de comida encontrados.

<sup>27</sup> O salário mínimo vigente em 2010, quando foi aplicado o Censo, era de R\$ 510,00.

Na Figura 7 pode-se verificar a existência de abastecimento hídrico complementar para o distrito de Guadalajara situado no setor 14. O local é um chafariz público sob responsabilidade de distribuição da Prefeitura Municipal, que funciona mesmo após a tomada de responsabilidade referente ao tratamento e abastecimento hídrico do distrito ter sido realizada pela COMPESA em 2019.

Figura 7-Chafariz que complementa o abastecimento de água no setor 14 do distrito de Guadalajara



Organização: A autora, 2021.

Com relação aos setores que tiveram melhor desempenho (menor vulnerabilidade) nesta dimensão considerando a escala do distrito, tem-se os setores 1 – 14º lugar no indicador “percentual de DPP com mais de 4 moradores” (0,0296) e 4 – 14º lugar em “percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial ou fossa séptica”. Esses mesmos setores apresentaram vulnerabilidade média baixa considerando o índice municipal.

Seguindo para a dimensão “Alfabetização”, oito setores possuem índices maiores do que a média municipal, dentre eles, os quatro mais vulneráveis são o 8 (0,7493), o 14 (0,6566), o 7 (0,5364) e o 6 (0,4569), nessa ordem. Como o indicador desta dimensão foi único, os valores correspondem à “porcentagem de responsáveis por DPP não alfabetizados”. Enquanto que os setores que possuíram os menores índices de vulnerabilidade nesta dimensão foram o 5 (0,2800), 12 (0,3111) e 10 (0,3150).

A escolarização dos habitantes está relacionada a diversas condições tais como renda, moradia, acesso à informação, qualificação para o trabalho e participação social. Trata-se de

uma variável que expressa a relação direta entre nível de formação, oportunidades de emprego, melhores rendimentos e, por fim, qualidade de vida. Além disso, o acesso a formação e informação é de suma importância tanto para o desenvolvimento de noções e habilidades para lidar com situações de risco e perigo quanto para tomadas de decisões e efetivação de ações que se concentrem na recuperação e adaptação social e ambiental provenientes das situações enfrentadas (ALMEIDA, 2010 apud RESENDE, 2016; MEDEIROS e SOUZA, 2016, CUNHA et al, 2006; LÜCHMANN et al, 2018).

Ao associar esses dados à Figura 5-C, percebe-se que os responsáveis por domicílios mais vulneráveis quanto ao analfabetismo estão distribuídos, na maioria dos casos, em setores que possuem escolas próximas ou dentro de seu perímetro, com exceção do setor 6, como é o caso dos setores onde estão localizados o Colégio Municipal de Guadalajara (setor 9) e a Escola Municipal de Guadalajara (setor 7), a Escola Municipal Gilda Barbosa (Setor 10) e a Creche Leonel Francisco Soares (Setor 10). Os setores mais distantes das escolas possuem menor vulnerabilidade. Isso confirma a presença desses equipamentos e serviços públicos nas áreas que mais necessitam de sua presença, mas, ao mesmo tempo, revela, quanto à primeira observação, uma insuficiência na capacidade de absorção da população, e/ou engajamento comunitário nas escolas a fim de despertar o interesse da população em ser alfabetizada.

Outra questão interessante que surge a partir dessa associação é que os mesmos setores onde estão localizadas as escolas coincidem com os mais vulneráveis também com relação à dimensão Habitação e Saneamento Básico. Neste quesito, ações locais de engajamento comunitário e estudantil voltadas para a educação ambiental comunitária poderiam ser utilizadas enquanto ferramentas aliadas a cobranças populares ao Estado por melhoria na qualidade do ambiente vivido.

Por fim, na dimensão “Infraestrutura do Entorno”, percebe-se que a própria média do índice a nível municipal é alta (0,8701) e a vulnerabilidade dos setores de Guadalajara nesta dimensão é a maior possível e em todos os setores, atingindo o índice 1 em todos os indicadores estabelecidos na dimensão (“porcentagem de DPP sem iluminação pública”, “porcentagem de DPP sem pavimentação”, “porcentagem de DPP sem arborização”, “porcentagem de DPP com ocorrência de esgoto a céu aberto” e “porcentagem de DPP com lixo acumulado nos logradouros”). Como foi apontado anteriormente nos relatos de moradores em Silva (2018). O que mais alerta nessa dimensão é que a própria média do índice municipal já é alta (0,8701), o que indica uma séria problemática enfrentada pelo município.

Dessa forma, é possível constatar que a condição ambiental de Guadalajara converge para o que Freitas (2014; 2017) aponta em seus estudos sobre a regulação urbana e a questão

ambiental, em que o interesse sobre a manifestação da natureza no espaço urbano tem se dado de duas formas: a primeira, na valorização imobiliária por vantagens construídas de forma engenhosa para conquistar clientes de renda média a alta para morarem em bairros afastados do centro e “conectados com a natureza”; e a segunda, na desvalorização imobiliária de áreas ambientalmente frágeis como é o caso da APP, prejudicadas ainda pela falta de infraestrutura que a torna pouco atrativa para o mercado, mas altamente sugestivas para quem não consegue pagar pelo alto preço das terras centrais. Sendo esta última, nitidamente, o caso de Guadalajara, que é delimitada no Plano diretor enquanto uma Zona Especial de Interesse Social, e apresenta desde 2010 a maioria dos setores com vulnerabilidade social média alta.

Porém, diverge quanto ao que a regulação ambiental tem alimentado com relação à tendência de exclusão socioespacial, ou inclusão socioespacial precária, visto que ao menos neste distrito, as questões ambientais não foram e nem têm sido utilizadas como justificativas para o processo de exclusão e/ou impedimento da informalidade urbana tanto no núcleo do distrito quanto nas áreas próximas à APP de Bicopeba. Na verdade, são questões que aparentemente nem chegaram a ser pautadas. Embora o mesmo não se possa dizer com relação à regulação urbana sobre esta área.

A vulnerabilidade social de Guadalajara é explicitada pela escassez de infraestrutura urbana básica e regular que configure as condições mínimas de habitabilidade como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação e arborização, que somados à baixa escolarização dos moradores responsáveis pelos domicílios acentuam outros problemas relacionados à empregabilidade e pobreza.

A urbanização do distrito acontece independentemente das questões ambientais já instauradas e possuem inequívocos sinais de que tenderão a piorar com o maior adensamento urbano aliado a não precessão de uma infraestrutura adequada, e com inexistência de uma educação para convivência ambiental sustentável (formal e informal) que considere as condições ambientais do território – expressas aqui enquanto contradições sociais encontradas dentro do mesmo distrito, a riqueza natural disponível nele e as relações de uso e cobertura que assim como os demais também estão associadas às condições histórico estruturais da formação territorial do município. Portanto, não apenas se reconhece o que Jatobá (2011, p. 144) já apontara sobre as áreas de degradação ambiental coincidirem com as de degradação social, como também o contrário se aparenta também verdadeiro, ou seja, as áreas que possuem grupos socialmente vulneráveis, por vezes, também são vulneráveis ambientalmente.

A mobilização dos moradores em Guadalajara tem acontecido enquanto expressão da capacidade de resposta aos riscos da população na busca por renovação dos recursos disponíveis

em seu ambiente, ou seja, visando ao aumento da estrutura de oportunidades do território (KATZMAN e FILGUEIRAS, 2006), principalmente no que diz respeito às condições de saneamento básico, mas também de deslocamento seguro. Elas tomam forma através de manifestações públicas que bloqueiam a rodovia; por intermédio de denúncias realizadas às secretarias municipais; ou ainda por meio de manifestações particulares em que os representantes do poder legislativo são procurados em seus gabinetes e residências para solucionarem as demandas básicas urbanas de seus eleitores. Adotando elementos de conflito e cooperação (CARLOS, 2015;2017) seja por canais institucionais, ou não institucionais, como veremos nas seções seguintes.

## **4.1.2 História da mobilização dos moradores de Guadalajara**

### *4.1.2.1 Os eventos de mobilização/protesto: por água e segurança de ir e vir*

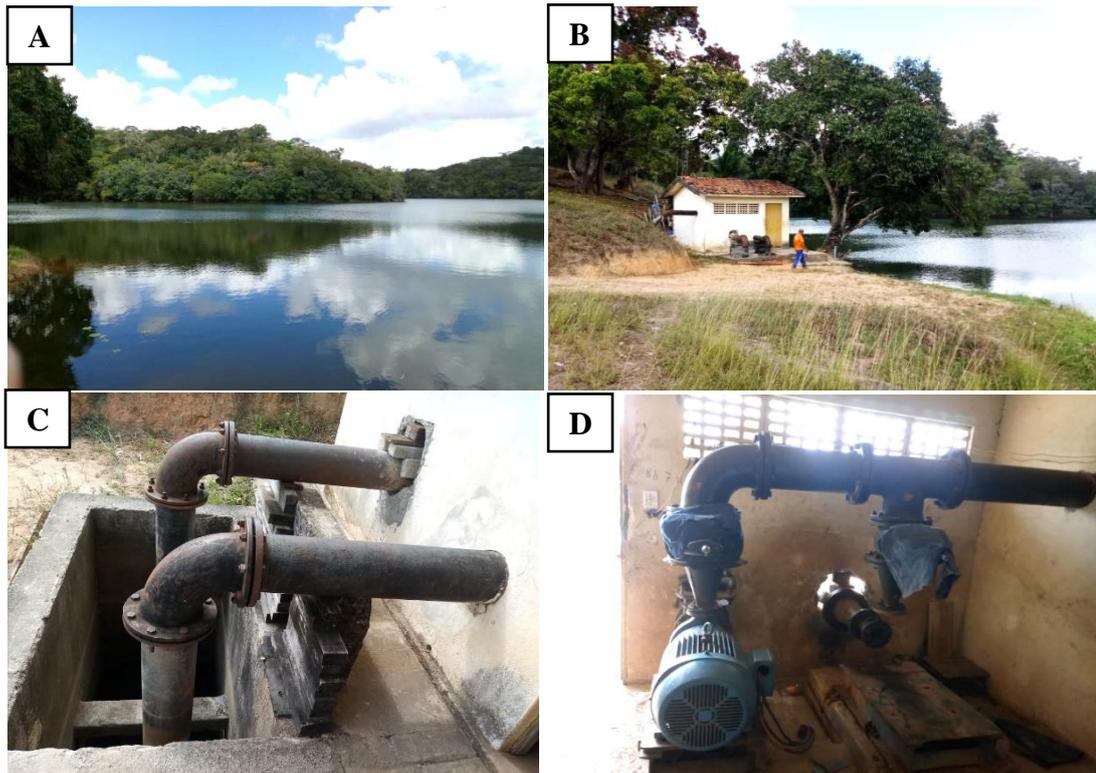
No levantamento realizado em veículos locais de informação usando os termos de busca “Protesto Guadalajara Paudalho-PE” e “Mobilização em Guadalajara Paudalho-PE”, realizado entre os meses de abril e setembro de 2021, foram selecionadas as matérias online escritas e divulgadas em veículos de imprensa considerados tradicionais no estado de Pernambuco, como por exemplo “Jornal do Comercio”, “Diário de Pernambuco”, “G1”, “R7” e blogs e portais de jornalismo independente como “A Voz da Vitória” e “Giro Mata Norte”. Foram identificados três episódios amplamente divulgados envolvendo moradores do distrito, manifestações coletivas em espaço público de Guadalajara e problemas locais nos anos de 2013, 2014 e 2015<sup>28</sup>, tendo por base relações de conflito dos moradores com os poderes municipal e estadual.

A mobilização de abril de 2013 teve por objetivo popular restaurar o abastecimento público de água do distrito, que sofria com a precariedade do regime de abastecimento nos chafarizes públicos (MORADORES DE PAUDALHO..., 2013). A COMPESA na época ainda não havia assumido o abastecimento hídrico da área e os moradores do núcleo do distrito eram dependentes do abastecimento fornecido pela Prefeitura municipal que bombeava água do Açude da Bicopeba (Figura 8), localizado na Área de Proteção Permanente da Usina Petribu.

---

<sup>28</sup> Outras manifestações ocorreram na localidade nos anos de 2016 e 2018, mas não foram contabilizadas nesta pesquisa por envolverem moradores de outros bairros e distritos ou municípios próximos, além de serem demandas públicas que não tiveram aderência da comunidade, como por exemplo: as mobilizações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST contra o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, e pelos motoristas em 2018, devido à alta no preço da gasolina e demais combustíveis.

Figura 8 - Açude da Bicopeba (Mata de São João) e bombeamento de água.



Legenda: Açude da Bicopeba (A), casa de bombeamento (B), encanamento onde ocorre a captação de água pela bomba (C), bomba direcionando a água para Guadalajara (D). Organização: A autora, 2018.

Na época a bomba havia quebrado e a população estava sem água há muitos dias. Então, os moradores bloquearam com pneus em chamas os dois sentidos da BR-408, que corta o distrito. A situação foi parcialmente resolvida, até que no início de 2019 a COMPESA assumiu parte da localidade (GUADALAJARA..., 2019), junto ao abastecimento por poços artesianos (cacimbas) nos chafarizes municipais (Figura 9).

Figura 9 - Cacimba que abastece parte do distrito (A) e unidade da COMPESA que complementa o abastecimento instalada em 2019 (B)



Organização: A autora, 2022.

A partir de então outros problemas foram apontados por moradores, como por exemplo, o tratamento hídrico duvidoso, em que a água apresentava cheiro forte e coloração escura, além da cobrança da taxa de serviço em residências onde a água não chegava. Convém salientar que a COMPESA apenas assumiu a concessão da área após a instalação dos residenciais Guadalajara I e Guadalajara II, que são empreendimentos do “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCVV), sendo prerrogativa do programa o fornecimento de infraestrutura urbana básica para a instalação e habitação dos empreendimentos em qualquer área urbana (SILVA, 2018).

Com relação às cacimbas, a única visitada durante a realização desta pesquisa, conforme relato de moradores, foi cimentada pela Prefeitura por segurança visando impedir a contaminação da fonte. Mas também, para bloquear a captação desordenada realizada por particulares através do bombeamento irregular para consumo privado.

O próximo registro de mobilização encontrado se deu no fim de janeiro de 2014, logo após a duplicação da BR-408 visando aos deslocamentos e acessos para a Cidade da Copa e demais cidades da Região Metropolitana do Recife (MORADORES DO INTERIOR..., 2014). Teve como causa mobilizadora o aumento no número de atropelamentos na mesma rodovia tanto em Guadalajara, quanto no centro do município. A inexistência de lombadas e passarelas dificultava o deslocamento dos moradores entre as partes do distrito e demais localidades do município.

Especificamente em Guadalajara, após o atropelamento de uma mulher, moradores queimaram um ônibus (Figura 10) em protesto aos casos de atropelamento e reivindicação de construção de duas passarelas na localidade além da instalação de lombadas para redução da velocidade dos veículos na quilometragem próxima ao núcleo urbano.

Figura 10 - Ônibus queimado em protesto na localidade de Guadalajara, Paudalho-PE, em 2014



Fonte: Michele Souza/Jornal do Comércio. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/moradores-do-interior-de-pernambuco-queimam-onibus-em-protesto-01022014>

Três pessoas foram detidas durante o ocorrido. Alguns dias após a manifestação e reunião dos moradores com o Departamento de Estradas e Rodagens de Pernambuco - DER-PE e com a Polícia Rodoviária Federal, as lombadas foram construídas, e as passarelas prometidas (BR-408..., 2014).

Passado aproximadamente um ano após a manifestação, as passarelas não foram construídas e os atropelamentos continuaram a ocorrer. Então, em 2015, cerca de trezentos moradores se reuniram na BR-408, interditaram-na e atearam fogo em pneus (Figura 11). Além das passarelas, foram incorporadas outras demandas a este protesto, como por exemplo a melhoria na iluminação pública do distrito (MORADORES DA ZONA DA MATA DE PE..., 2015; PROTESTO FECHA..., 2015).

Figura 11 – Bombeiros controlando o fogo no fim da mobilização por passarelas em Guadalajara, Paudalho-PE, em 2015



Fonte: Tv Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/01/moradores-da-zona-da-mata-de-pe-bloqueiam-br-408-em-protesto.html>

A Polícia Militar de Pernambuco declarou, em entrevista aos jornalistas, que o protesto ocorreu de forma pacífica, apesar de um policial militar ter recebido uma pedrada na cabeça e ter sido socorrido para Unidade Mista de Paudalho. Dois suspeitos foram encaminhados para delegacia do município, prestaram depoimento e em seguida foram autuados por lesão corporal. A manifestação foi encerrada após a conversa com alguns representantes da prefeitura

municipal que ouviram as reivindicações apresentadas pela população (MORADORES DA ZONA DA MATA DE PE..., 2015).

É interessante notar que apesar desses protestos/mobilizações se darem por demandas de caráter local, eles acontecem não necessariamente por coincidência no mesmo espaço de tempo, em períodos em que as ruas e as mídias sociais e tradicionais fervilhavam mobilização por diversas causas.

Ao correlacionar as mobilizações locais aos períodos e às mobilizações que ocorreram entre 2010 e 2015 a nível mundial e brasileiro é possível perceber que questões políticas, econômicas e ambientais estiveram bem presentes e conectadas neste período. Como por exemplo, entre o fim de 2010 e metade de 2012 com os protestos populares provocados pela crise financeira de 2008 e ditaduras denominados de “Primavera Árabe”, em 2011 com o Occupy Wall Street devido ao desencadeamento da mesma crise em 2008 e o acirramento da desigualdade de renda nos Estados Unidos que se espalhou pelo mundo junto à crise; em 2012 no Brasil uma série de manifestações nas ruas contra a corrupção; em 2013 o protesto ambiental na Turquia contra a demolição do Parque Taksim Gezi que após o governo e a polícia atacarem os manifestantes o movimento teve maior repercussão no mundo e novas pautas foram adicionadas como a liberdade de expressão e a saída de Tayyip Erdoğan do governo; No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013 que emendada com a mesma crise econômica global que aterrissou no Brasil entre 2013 e 2014 associou-se à crise política (2014-2015) e ao posterior golpe político (2016) que deixaram uma lacuna ferozmente ocupada pelo neoliberalismo até a atualidade.

Relacionando principalmente aos últimos eventos de mobilização/protesto de Guadalajara voltados para construção de passarelas e lombadas, é necessário contextualizá-los por exemplo no âmbito das Jornadas de junho de 2013. Essa jornada foi configurada por uma série de protestos populares, inicialmente por conta do aumento do preço das passagens de transportes públicos, mas logo depois foram incorporadas outras problemáticas como a falta de investimento na saúde e educação, os gastos com estádios para a Copa do Mundo no Brasil, violência e repressão do Estado através de ações das polícias militares, monopólio de grupos tradicionais de imprensa, entre outros.

Neste contexto, especificamente no período das obras de infraestrutura urbana e interurbana para acomodação do evento da Copa do Mundo de 2014, Paudalho e o núcleo de Guadalajara foram diretamente afetados, assim como muitas capitais brasileiras e municípios circunvizinhos. Famílias e atividades ligadas ao comércio e aos serviços localizadas próximas à rodovia BR-408, com vias duplicadas até o município de Carpina, foram desapropriadas e

alguns queixaram-se de terem recebido indenizações abaixo do valor de mercado dos imóveis, não cobrindo os custos de comprar sequer outro imóvel.

Além da alteração na rotina e no trabalho, outras questões como a expansão do fluxo de veículos e da concentração de pessoas nos núcleos e centros urbanos próximos a essa infraestrutura ampliaram problemas já existentes, como aumento do número de atropelamentos, expansão urbana desordenada e com isso outros problemas relacionados à piora da infraestrutura local já saturada e precarizada.

Então, ainda que a população de Guadalajara não se tenha mobilizado explicitamente pelos mesmos objetivos que a Jornada, mobilizaram-se no mesmo período por impactos gerados pelas mesmas causas reverberadas espacialmente em seu território. Dessa forma, é impossível desassociar as mobilizações e os protestos locais dos acontecimentos globais. Eles não acontecem por pura ocasião ou coincidência. Na verdade, dão-se em espaços de confrontação, e são, simultaneamente, formas de convivência com a racionalidade e o poder hegemônico, tomando por base também a influência espacial e/ou temporal de outros movimentos insurgentes que tomam corpo no globo.

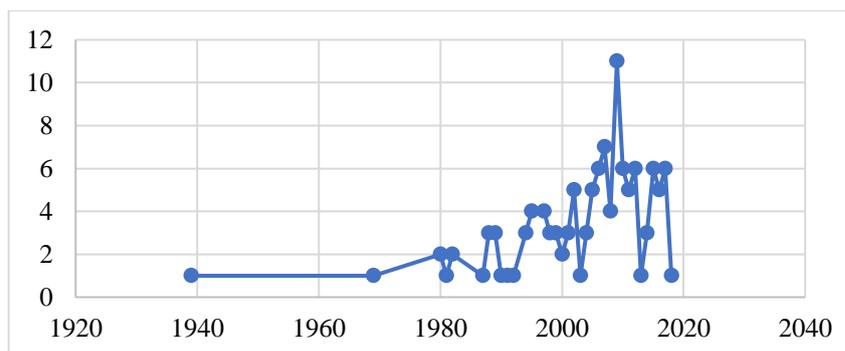
#### *4.1.2.2 E o associativismo de bairro?*

De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2021), no município de Paudalho do final da década de 1939 até 2019 haviam sido registradas 137 associações, distribuídas pelas mais diversas áreas de atuação.

O padrão de surgimento delas no município acompanha o cenário político do país, assim como é evidenciado nos trabalhos de Gohn (2008), Semeraro (2014), Ammann (1991), Lüchmann, Almeida e Taborda (2018), Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017).

De 1939 à 1969 apenas surgiram duas associações em Paudalho, o que passou a variar de uma a três associações a partir da década de 1980 – como reflexo do período de reabertura política, e especialmente a partir de 1988 – com a Constituição Federal datada deste mesmo ano que estimulou a participação popular democrática e o surgimento de novas organizações sociais a partir deste período (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Quantidade de OSC fundadas por ano em Paudalho



Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2021. Elaboração: A autora, 2021.

No início da década de 1990 houve diminuição no surgimento de novas associações (passa a surgir uma em cada ano), que logo é retomado da metade para o fim da mesma década (em que surge de três a quatro por ano). Esse intervalo de queda no surgimento comentado coincide com o período em que Semeraro (2014) se refere ao desencanto com a reestruturação política e o esvaziamento de algumas conquistas populares devido à rearticulação neoliberal.

Nos anos seguintes, principalmente na transição entre o último mandato do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) começam a surgir mais associações (variando de três a seis por ano) que coincide como período de institucionalização de alguns movimentos e organizações sociais (principalmente participação em conselhos gestores a nível federal, estadual e municipal) e maior cooperação com o governo.

Durante o segundo mandato político de Lula (2007-2010), em 2009, houve um pico de surgimento de OSC no município, onde foram criadas 11 associações. Traçando um paralelo, neste mesmo ano o governo lançou programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado principalmente para obras de infraestrutura urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A participação de OSC brasileiras em conselhos gestores continuou sendo destaque. Nos anos posteriores os números de surgimento variam de um a seis até 2019.

Ao correlacionar a quantidade de OSC criada no município com a atividade econômica as quais foram atribuídas no registro do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Tabela 4) é possível perceber que a maior quantidade de associações estava voltada para área de atuação em “Religião” (28,47%), “Desenvolvimento e defesa de direitos” (27,00%), “Cultura e recreação” (13,14%) e, por fim, “Assistência social” e “Outras atividades associativas” empatadas com 8,76% cada. As associações de bairro do município estão distribuídas

prioritariamente nas áreas de Desenvolvimento e defesa de direitos e outras atividades associativas.

Tabela 4- Distribuição de OSC por área de atuação em Paudalho - PE

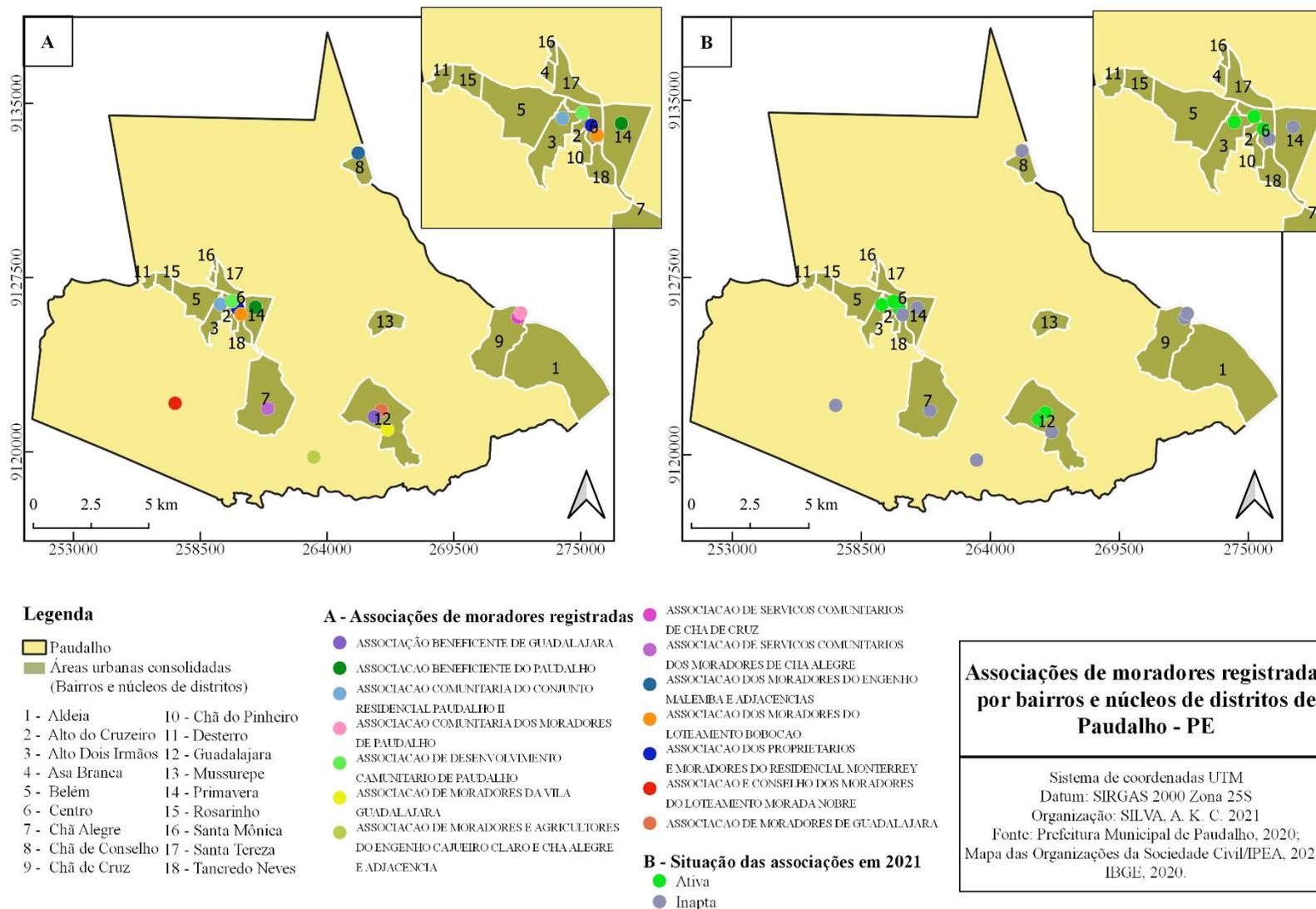
<b>Atividade econômica</b>	<b>Quantidade de OSC</b>
Cultura e recreação	18
Desenvolvimento e defesa de direitos	37
Assistência social	12
Saúde	1
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	7
Outras atividades associativas	12
Educação e pesquisa	4
Sem informação	3
Religião	39
Outros	4

Fonte: CNPJ/SRF/MF (2018), CADSOL/MTE (2017), RAIS/MTE, CNEAS/MDS (2017). Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2021. Elaboração: A autora, 2021.

Foram identificadas na zona urbana e rural de Paudalho catorze associações de bairro (Figura 12), das quais apenas cinco estão ativas atualmente. As demais receberam baixa ou não atuam mais formalmente devido à omissão de declarações, segundo consulta ao cadastro do CNPJ.

Considerando as ativas, tem-se as seguintes: Associação Comunitária do Conjunto Residencial Paudalho II (fundada em 1991, localizada no bairro de Asa Branca); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Paudalho (fundada em 1995, localizada no centro da cidade); Associação Beneficente de Guadalajara (fundada em 2005, localizada em Guadalajara); Associação de Proprietários e Moradores do Residencial Monterrey (fundada em 2017, localizada no centro da cidade); e por fim, Associação dos Moradores de Guadalajara (fundada em 2021, localizada em Guadalajara). Nesse sentido, de volta a Figura 12 é possível observar que as únicas associações existentes estão concentradas nos bairros vinculados ao centro municipal ou ao distrito de Guadalajara, sendo neste último caso, o único distrito rural a tê-las ativas.

Figura 12 - Associações de moradores de Paudalho-PE (A) e situação de funcionamento (B) até 2021



Fonte: Prefeitura Municipal de Paudalho, 2020; Mapa das Organizações da Sociedade Civil/IPEA, 2021. Elaboração: A autora, 2022.

No levantamento realizado no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco por meio do número do CNPJ das entidades, também foi possível identificar que nenhuma das associações de bairro do município apresentaram formas de atuação institucional por vias jurídicas. Tais associações também não foram citadas e nem apresentaram histórico de relações conflituosas com o Estado nas pesquisas realizadas em matérias jornalísticas.

Focando nas associações de Guadalupe, nenhuma delas fez ou faz parte de conselhos gestores municipais ligados à política urbana e ambiental do município. Embora isso, o(a) entrevistado(a) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Qualificação Profissional (SEDEMAQ), afirmou existir em moradores que procuram a Secretaria para resolver problemas da localidade ainda que individualmente:

A gente tem essa dificuldade de ter essas associações de moradores aqui... agora, demandas a gente tem [...] vira e mexe um morador isolado liga. [...] Por exemplo, Guadalupe teve recentemente a questão da água... do abastecimento de água e da qualidade da água que estava chegando. [...] e aí a gente foi lá na barragem de Goitá e foi fazer análise, né? da situação... e a gente viu que lá de fato tá uma situação insustentável pra água chegar naquela qualidade. E aí a gente convocou uma audiência pública com a COMPESA, a Prefeitura e o ministério público, entendeu? Convidou uma empresa pra fazer a análise. [...] Essas são reclamações dos moradores... que chegam e a gente enquanto [secretaria de] meio ambiente tem um papel de ir atrás e dizer 'olha... a gente não consegue resolver tudo'... queria eu! Mas, se a gente realmente conseguisse... mas, como a gente não tem recursos muitas vezes para poder trabalhar, realmente fica muito difícil, certo? encontrar uma solução imediata para as coisas[...] (ERPP1, 2021)

A associação mais recente a ser fundada no distrito foi a Associação de Moradores de Guadalupe (AMG), em outubro de 2021. Um entrevistado dentre os fundadores disse possuir mais de 40 anos de experiência associativa em diferentes municípios de Pernambuco e que ao morar no distrito percebeu na carência da população a necessidade manifesta pelos moradores da existência de lideranças comunitárias que contribuíssem para as demandas do distrito.

[...] tenho uns 40 e poucos anos de experiência de associação não só aqui no nosso bairro, nem na nossa cidade... [...] a associação aqui nasceu pelo eu convivendo muito com associação, sentindo que aqui realmente era carente... de uma associação porque é um pessoal muito carente... aqui nós temos uma carência muito grande. Eu tenho mais de 40 anos de presidente de associação em vários lugares, inclusive eu fui presidente da associação em Macaparana na Vila da Cohab por 12 anos... eu fui presidente da associação lá no bairro do Totó por 13 anos... fui presidente da associação em Carpina por mais de 14 anos ... sempre quando eu entro é um problema para sair (risos) porque graças a Deus gosto de trabalhar, gosto de ajudar, gosto de atender o povo... apesar de ser um analfabeto... pela minhas palavras vocês já vão sentir que a língua é meio grosseira, mas... graças a Deus eu tenho um dom para que ajudar o povo... e essa associação que foi criada mais através dessa necessidade que eu via no povo. Num vi ação política que tivesse a coragem. (EA1, 2022)

Ao contar como se deu o processo de fundação e estruturação da associação, dificuldades foram citadas com relação ao apoio político, enquanto parceria local, e à pandemia da Covid-19, para a formalização do processo de abertura:

[...] comecei a sentir o pessoal [...] ‘a gente aqui está bom de abrir uma associação... numa carência é grande e tal’[...] mas... associação quando não tem apoio político fica muito difícil, também a gente sabe disso, e eu vi que... [...] quando o político queria tá no meio, queria tá teno aproveit, né? e esse aproveit eu num faço parte dele, num aceito. Então [...] o ano passado eu juntei um grupinho de umas 56 pessoas [...] e começamos conversar... eu fiz aqui um movimento...e o povo acharam bom... aceitaram... e a gente levou a sério. aí teve uma primeira assembleia, nós temos toda a documentação pronta aí! [...] aí depois marquei a eleição... e vê a eleição fui candidato único [...]aí peguei um ano muito difícil... os cartórios sem trabalhar ano passado... mas mesmo assim chegando a reta final do ano eu concluí todos os documento da associação... estatuto ... tudo prontinho... CNPJ[...] (EA1, 2022)

Das demandas públicas que mais tem chegado na associação, foram citadas a cobrança no andamento de obras públicas paradas (escolas e núcleo de esporte), problemas de saneamento básico, alimentação e atendimento de saúde, além de orientações sobre seguridade social (principalmente aposentadoria). Como atividades e projetos desenvolvidos pela associação estão a distribuição de sopa; a realização de aulas e atividades de reforço escolar; atendimento médico, psicológico, advocatício e de educação física realizado por voluntários; ações comunitárias relacionadas ao dia da criança e orientações para o cuidado e autoestima dos moradores. Além disso, parcerias com espaços de lazer e comércio da localidade que oferecem descontos para os associados. Os moradores que fazem parte da associação contribuem com R\$ 5,00, e muitas das ações comunitárias são abertas para toda a comunidade.

Embora as demandas e as ações existam, o desinteresse dos políticos da localidade em conhecer a iniciativa, assim como as dificuldades em alcançar a participação de mais moradores é algo presente. Sobre as principais dificuldades para convocar novos participantes, outro(a) membro(a) da associação apontou a distância que existe entre o discurso de alguns moradores e o estar presente e fazer algo em direção à mudança participativa.

Bastante, né? a gente nota a descrença das pessoas [...] tem que falar... mas na questão da ação aí não quer sair da sua zona de conforto. O levantar ali a manga da camisa e colocar em prática pra elas é muito difícil. [...] porque a gente encontrou assim pessoas que estão dispostas a falar, mas a gente quer fazer, principalmente fazer! então a ideia de falar, todo mundo faz isso! mas Guadalajara já é uma comunidade imensa... de diversos moradores... que se houvesse uma união nós estaríamos bem mais organizados. Mas essa união ela ainda não existe. Então... a associação quando surge... ela surge com esse intuito de organizar essas ideias... reorganizar esse povo tudo e vem tirar de quem realmente esteja interessado... essa dificuldade é muito grande. (EA2, 2022)

Quando questionado(a) sobre os desejos para o futuro da associação, a resposta foi expressa de maneira precisa: mudança no padrão de envolvimento e participação dos moradores.

Ter a maioria das pessoas da comunidade envolvidas. e assim... não tá dependendo só da diretoria. As pessoas... elas tenham consciência do poder e da capacidade delas como cidadãs... da nossa comunidade da nossa cidade. Que elas possam encontrar aqui um ponto de apoio, de uniam, para que elas possam crescer... em nome da comunidade, dentro da comunidade. Que futuramente [...] a nossa associação possa

ser o ponto de partida para um desenvolvimento maior que a nossa comunidade. (EA1, 2022)

Em resumo, a identificação das condições ambientais urbanas de Guadalajara através de técnicas quantitativas apontou problemáticas que puderam ser parcialmente comprovadas em campo através de fotografias. Aliado a isto, a investigação sobre a história de mobilização baseada em matérias online de veículos de imprensa apontou episódios específicos retratados pelos aparelhos privados de hegemonia (veículos de comunicação de massa); que junto ao levantamento das estruturas comunitárias associativistas presentes na malha territorial do município, evidenciou a atual diminuição deste tipo de atividade associativa no município e a cultura de não participação social delas por vias institucionais político-jurídicas (conselhos gestores municipais e ACP).

Por outro lado, a visita a AMG evidenciou que ações do tipo não institucionalizadas, realizadas pela associação, têm tomado frente às demandas de saúde, alimentação, seguridade social dos moradores a quem o Estado precariamente atende, com a ajuda dos próprios moradores e de profissionais voluntários. Mas por ainda ser recente, a associação tem sentido dificuldades na adesão e contribuição de novos moradores, que se mostram ainda descrentes no potencial das ações territoriais da AMG e distanciados entre o falar e o se envolver com as ações.

Na próxima seção, a análise construída parte da escrita e da fala dos moradores, enquanto atores que usam esse território como abrigo, constituindo o espaço banal (de todos, da vivência) onde as particularidades são regidas por distintas temporalidades. Afinal, é este uso que possibilita o estabelecimento de diferentes formas de convivência e regulação geradas pelo próprio território frequentemente contrárias à homogeneização promovida pela racionalidade das verticalidades (BERNARDES et al 2000; SANTOS, 2000).

#### **4.1.3 Interpretações e atuações dos moradores frente ao ambiente de Guadalajara**

Os resultados dos questionários realizados com os moradores foram destinados a esta última seção não por serem menos importantes, mas, muito pelo contrário, por serem justamente o “elemento chave” que indica quais das problemáticas levantadas mais têm pesado nas suas convivências com o território. É a partir deste resultado que se torna possível mergulhar nas particularidades da vivência deles em Guadalajara e considerar o caminho para a transformação de acordo primeiramente com quem realmente vive e depende do lugar.

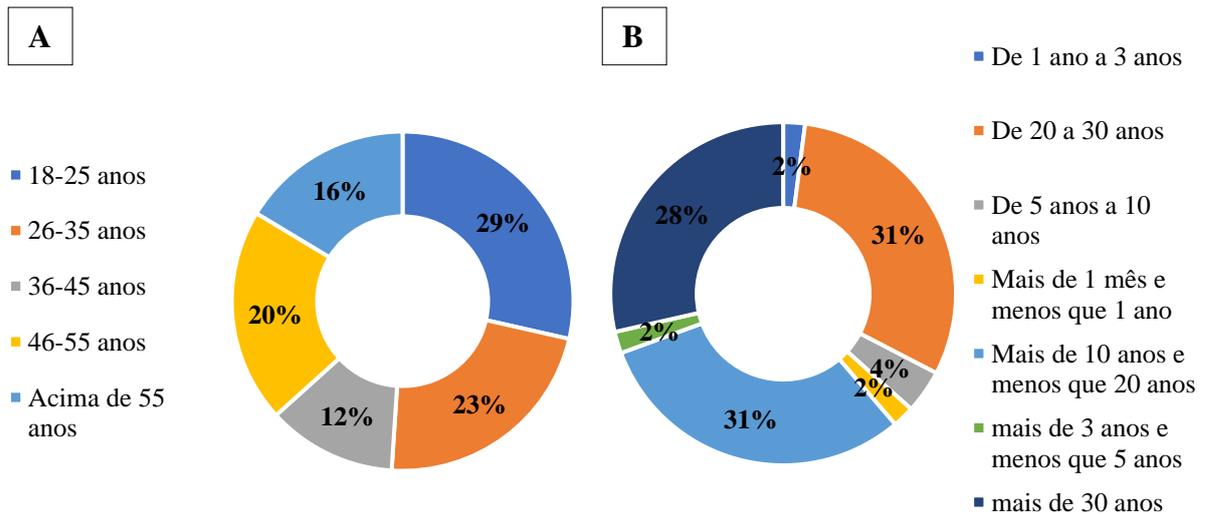
Para fins de organização e objetividade, dividiu-se a apresentação dos resultados e relatos nas categorias a) identidade coletiva e confiança; b) ambiente; e c) mobilização. A primeira categoria diz respeito a como os moradores têm percebido a construção identitária com relação ao território e aos seus vizinhos, somado à confiança atribuída às autoridades políticas do município para atenderem as demandas da localidade. A categoria ambiente diz respeito ao que os moradores entendem por ambiente, quais problemas ambientais eles têm identificado na localidade, e como eles enxergam que contribuem positivamente para o ambiente local. Por último, a categoria “mobilização”, que trata da memória dos habitantes sobre os episódios de mobilização/protesto, se eles acham a população mobilizada, se já participaram de algum episódio, e por fim se acreditam que a mobilização popular de moradores pode transformar o ambiente de Guadalajara e Paudalho. Assim, tornou-se possível a identificação de características relativas ao potencial de mobilização dos moradores para conquistas das demandas ambientais urbanas da localidade.

#### *4.1.3.1 Perfil dos entrevistados*

Os questionários foram preenchidos por 49 moradores, homens e mulheres, todos acima de 18 anos e que viviam no distrito há mais de um mês. O Gráfico 3 traz o perfil em porcentagem dos respondentes de acordo com as variáveis “Idade” e “Tempo de moradia” na localidade. Em seu elemento A – que traz os dados referentes à idade, percebe-se que a maioria dos respondentes tinha entre 18 e 25 anos (26%), e os demais estavam distribuídos em 23% com idade entre 26 e 35 anos; 20% com idade entre 46 e 55 anos; 16% acima de 55 anos e 12% entre 36 e 45 anos. Indicando que a pesquisa atingiu uma maior porcentagem do público de jovens e adultos (81%) de Guadalajara que estão classificados dentro da População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA).

Lüchmann et al (2018) apontam que a participação política dos jovens e adultos está relacionada ao ciclo de vida dos atores, condicionando a abertura e restrição das possibilidades de engajamento individual em associações e movimentos. No caso dos jovens, possuem maior disponibilidade de tempo e menor disponibilidade financeira, já os adultos, possuem maior disponibilidade financeira que os jovens, porém a disponibilidade de tempo é escassa. Esse tipo de disponibilidade são alguns dos fatores que propiciam também o envolvimento de jovens e adultos de forma diferenciada dentro das associações, movimentos e mobilizações.

Gráfico 3-Perfil em porcentagem dos respondentes do questionário por Idade (A) e Tempo de moradia em Guadalajara (B)

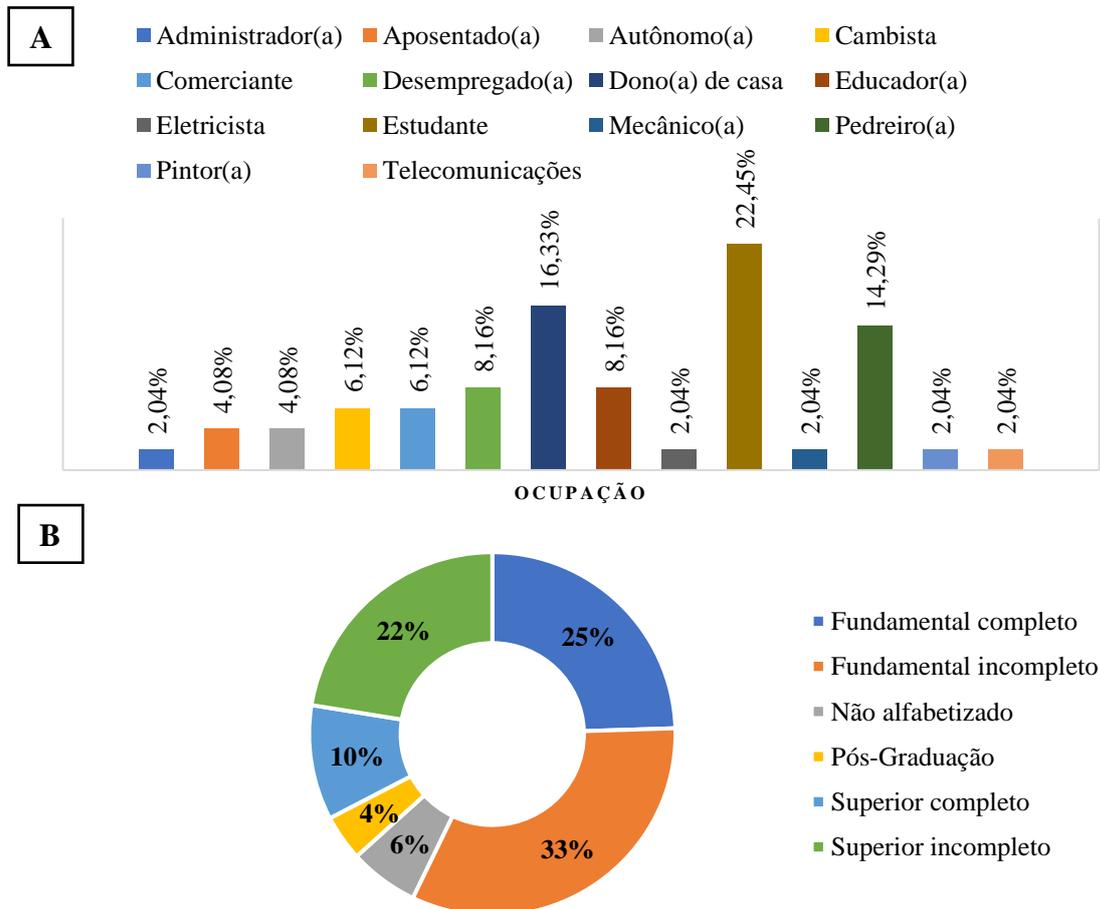


Organização: A autora, 2022.

Com relação ao tempo de moradia dos respondentes na localidade, 31% responderam que moram há mais de 10 e menos que 20 anos; outros 31%, que moram há mais de 20 e menos que 30 anos; 28% afirmaram morar há mais de 30 anos; os 10% restante estão distribuídos entre pessoas que moram entre há mais de 1 mês e 10 anos. Dessa forma, constatou-se que 59% dos entrevistados moram há mais de 20 anos na localidade, e, portanto, acompanharam de perto as mudanças nas condições ambientais de Guadalajara e as mobilizações entre os anos 2000 e 2020. Enquanto que os demais acompanharam apenas as mudanças mais recentes.

Ao aprofundar o perfil desses moradores com relação à ocupação e ao nível de escolaridade (Gráfico 4), identificou-se que, no que diz respeito à primeira variável, que a maior parte dos entrevistados eram estudantes (22,45%), donos(as) de casa (16,33%) e pedreiros(as) (14,19%). Além disso, estavam distribuídos entre administrador(a), comerciante, eletricista, pintor(a), setor de telecomunicações, autônomo(a), mecânico(a), cambista e educador(a) 34,79% dos demais entrevistados. Já os aposentados foram 4,08% e desempregados 8,16%.

Gráfico 4- Perfil dos respondentes do questionário por Ocupação (A) e Nível de escolaridade (B)



Organização: A autora, 2022.

Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos entrevistados apresentaram iniciação no ensino superior, sendo destes 22% com superior incompleto, 10% com superior completo e apenas 4% com pós-graduação, totalizando 36% que tiveram acesso ao ensino superior. Em seguida, 33% apresentaram ensino fundamental incompleto, 25% fundamental completo e 6% não foram alfabetizados. A escolarização dos habitantes é diretamente proporcional às condições e oportunidades de renda, moradia, informação, emprego e qualidade de vida encontradas no ambiente (ALMEIDA, 2010 apud RESENDE, 2016; MEDEIROS e SOUZA, 2016; CUNHA et al, 2006; LÜCHMANN et al, 2016). Neste sentido, percebe-se que 61% dos entrevistados apresentam as condições mínimas de escolarização, enquanto que 39% ainda não alcançaram, estão em processo, ou já desistiram.

Ao relacionar o nível de escolaridade à ocupação dos moradores percebe-se que, assim como os estudantes, estão contidos nesses 36% que tiveram acesso ao ensino superior os(as)

educadores(as), administradores(as), e poucos(as) donos(as) de casa – que apesar de terem concluído seus cursos, não conseguiram entrar no mercado de trabalho, ou ainda, optaram por não seguir carreira. Com relação às demais ocupações, todas estão diretamente relacionadas às possibilidades e oportunidades atingidas pelo ensino fundamental completo e incompleto, exceto por alguns(mas) donos(as) de casa, e os(as) aposentados(as) – que representaram as principais pessoas que não são alfabetizadas.

#### 4.1.3.2 Categoria Identidade coletiva e Capital social

Com a intenção de compreender a construção da identidade coletiva dos moradores com relação ao ambiente e aos vizinhos, que com eles o compartilham, buscou-se identificar a partir de suas falas o que os agradava e o que os desagradava no tocante à Guadalajara (Tabela 5); a disposição dos moradores a ajudarem seus vizinhos (Gráfico 5); a participação individual em clubes ou associações no distrito, e a possibilidade de identificar alguma liderança comunitária no distrito (Gráfico 6). Com relação à categoria Capital social, buscou-se compreender acerca da confiança dos moradores nas autoridades políticas do município para atenderem as demandas do território (Gráfico 7).

Quando questionados sobre o que encontram no ambiente de Guadalajara que os agrada (Tabela 5), os moradores deram respostas com maior frequência ligadas aos temas: “pessoas” (10), relacionado aos familiares, amigos e vizinhos; “Equipamentos públicos comunitários” (9), relacionados ao campo de futebol, praça, academia e postos de saúde, e a passarela; “Natureza” (8), referindo-se à Mata da Bicopeba; “Tranquilidade” (8), referindo-se à calma atribuída à zona rural e a proximidade com a natureza; e oito pessoas responderam que “Nada” os agradava na localidade. Com relação às menores frequências estiveram facilidade de locomoção, moradia, segurança e “tudo” na localidade, todas reunidas no tema “Outros”(4), e “Emprego” (2), com relação à localização próxima aos empregos.

Tabela 5- O que os moradores encontram no ambiente de Guadalajara que os agrada e os desagradam

<b>Agrada...</b>	<b>Frequência</b>	<b>Desagrada..</b>	<b>Frequência</b>
Pessoas	10	Violência	16
Equipamentos públicos comunitários	9	Lixo	9
Natureza	8	Serviços e ou equipamentos públicos comunitários	5
Tranquilidade	8	Desentendimento em bares ou entre vizinhos	3
Nada	8	Pouca diversificação no setor de comércio e serviços	2
Outros	4	Obras inacabadas	2

Emprego	2	-	-
---------	---	---	---

Organização: A autora, 2022.

Como é possível perceber nas respostas de alguns entrevistados a seguir:

Minha família mora toda aqui me sinto perto... protegida. (E16)

Conseguir ter paz, conhecer as pessoas, ter a vivência com outras pessoas e a liberdade de sair de casa e conviver com elas. (E37)

A família, as competições de futebol. (E41)

Proximidade a áreas de lazer com a natureza. (E12)

A mata. (E49)

A tranquilidade do espaço onde vivo. (E5)

Academia da cidade campo. (E40)

Não tem nada bom. (E45)

Entendendo que o que agrada fortifica os laços de relacionamento entre as pessoas e o ambiente, o que desagradava atuam como forças que podem vir a prejudicar a consolidação identitária dos moradores com o espaço e seus vizinhos, pediu-se também para que os mesmos apontassem o que os desagradava no ambiente de Guadalajara. “Violência” foi a temática mais citada em disparada, 16 vezes comentada. Em seguida, “Lixo” (9); “Serviços e ou equipamentos públicos comunitários” (5); “Desentendimento em bares ou entre vizinhos” (3); “Pouca diversificação no setor de comércio e serviços” (2); e “Obras inacabadas” (2). Comentários que evidenciam, em sua maioria, queixas ligadas ao acesso a bens e serviços, do que a outra sociedade – o que por sua vez, caracteriza as demandas básicas para surgimento de movimentos reivindicatórios.

Tráfico de drogas e violência. (E11)

Assaltos demais. (E17)

Descaso com a população! não tem lotérica, não tem delegacia. (E25)

A falta de investimento público em áreas de lazer, como praças. (E12)

Barulho dos vizinhos aqui e das festas aqui perto. (E16)

Ter mais variedade de comércio, mais movimentado. (E20)

Lixão, obras inacabadas. Poderia ter mais atenção nessas questões, e não desperdiçar o dinheiro quando o dinheiro for direcionando para tal projeto. (E2)

Os pontos de lixo espalhados nas ruas e as obras paradas. (E49)

Convém salientar que ao longo dos últimos anos o distrito de Guadalajara tem aparecido em muitas matérias do jornalismo local e independente por motivos de violência ligadas à homicídios e tráfico de drogas. As obras públicas inacabadas (Figura 13 - A e B) também têm relação com esse fato, visto que as construções abandonadas têm servido de ponto de distribuição de drogas ilícitas e descarte incorreto de resíduos sólidos, que é justamente a temática que apareceu com a segunda maior frequência.

Figura 13 - Construção abandonada (A e B) e rua sem calçamento apresentando ravinas ao longo do percurso (C e D)



A e B – Estrutura, em construção desde 2020, do Núcleo de Esporte e Lazer de Guadalajara atualmente abandonada. Ao redor da estrutura existe alguns pontos de descarte incorreto de resíduos sólidos. C e D – Trecho próximo ao final da Rua Duque de Caxias, em Guadalajara, apresentando ravinas que evoluem para voçorocas. Organização: A autora, 2022.

Ainda na temática obras inacabadas, algumas denúncias têm sido realizadas por moradores aos telejornais locais<sup>29</sup> sobre a condição das ruas sem calçamento, com ravinas e em alguns casos até voçorocas, e esgoto à céu aberto, que em período de chuva deixam os residentes impossibilitados de saírem de suas casas, como pode ser visto ainda na Figura 13-C e D. A denúncia aos telejornais acontece, na maioria dos casos, após a procura pelas autoridades competentes não resolverem as problemáticas. Neste sentido, a mídia tem sido um importante instrumento utilizado pelos habitantes para fazerem notar a situação precária da localidade e pressionar as autoridades políticas por outras vias políticas.

Seguindo para a questão seguinte, quanto à disposição para ajudar os vizinhos (Gráfico 5), a maioria expressiva dos entrevistados, 80%, afirmaram que existia disposição tanto da parte deles, quanto da parte de seus vizinhos em se ajudarem. As formas de ajuda relatadas foram das mais variadas, como por exemplo, alimentação e água, doação de roupas, medicamentos, socorro à saúde, contribuição financeira, prestar alguma informação ou indicação. Demonstrando a existência de uma vizinhança solidária, sensível as demandas dos que compartilham o mesmo território vivido.

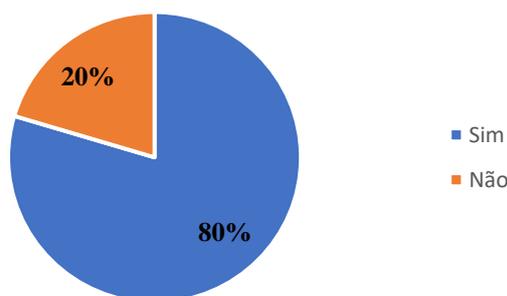
Sim. Quando precisam de algo sempre podem chamar alguém. Seja porque acabou o açúcar ou quebrou um encanamento. (E4)

Alguns.. são poucos. São solidários, perguntam se tá precisando de alguma coisa, vão lá e ajudam. (E31)

Sim. Um socorro, alguma necessidade. Falta de água, ou atrás de alguma fruta que tem lá a gente ajuda. (E35)

Sim, quando precisa de alguma feira, ou algum medicamento que não pode comprar. (E48)

Gráfico 5 – Moradores dispostos a ajudar os vizinhos



Organização: A autora, 2022.

<sup>29</sup> Como por exemplo esta denúncia mais recente, feita no dia 28/01/2022 ao Telejornal NETV 1ª Edição, a respeito da Rua Duque de Caxias <https://www.youtube.com/watch?v=m6Rj330ImRU>, transmitida a partir do dos 18 minutos e 50 segundos do vídeo.

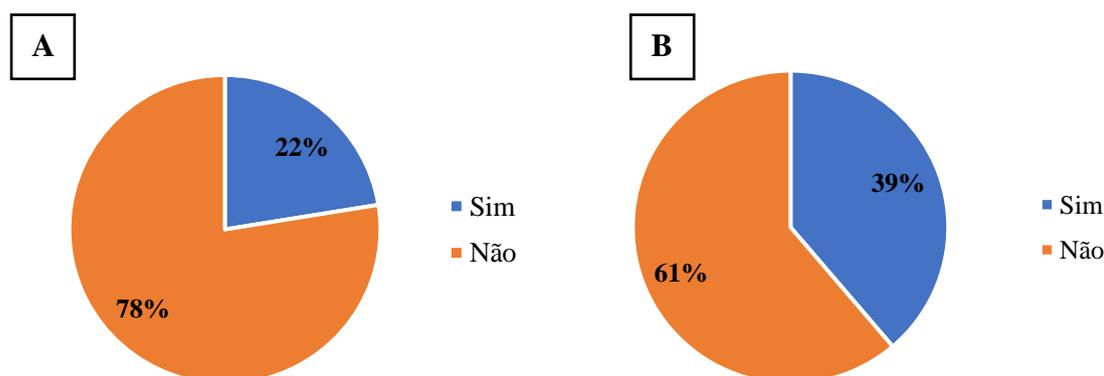
Por outro lado, os 20% restante alegaram que não ajudavam e que a vizinhança também não era disposta a ajudar. Dentre os motivos, “não ser ajudado quando precisou” é o que mais se fez presente nos relatos. O que indica a dificuldade destes em estabelecer laços sociais fortes que atuam como apoio e proteção contrário às vulnerabilidades sociais encontradas na localidade.

Não, nem sempre a gente tem ajuda quando precisa. (E26)

A minha vizinhança não ajuda ninguém. Ajuda terminando de matar. (E14)

No que diz respeito à participação dos moradores em clubes ou associações em Guadalajara (Gráfico 6 – A), observa-se a baixa aderência a participação dos moradores em associações de qualquer caráter na localidade. De acordo com as respostas, 78% deles negaram ter feito ou fazer parte de qualquer atividade associativa local. Enquanto que 22% afirmaram ter participado ou ainda participar. No caso destes últimos, 63,64% disseram fazer parte da Associação de Moradores de Guadalajara; 18,18% disseram já ter feito parte da Associação Beneficente de Guadalajara; 9,09% fizeram parte do antigo clube de mães; e 9,09% da Escolinha da Juventude de Guadalajara, enquanto voluntariado do time de futebol infantil.

Gráfico 6 - Moradores que fizeram ou ainda fazem parte de algum clube ou associação em Guadalajara (A) e que conseguem, ou não, identificar uma figura de liderança comunitária (B)



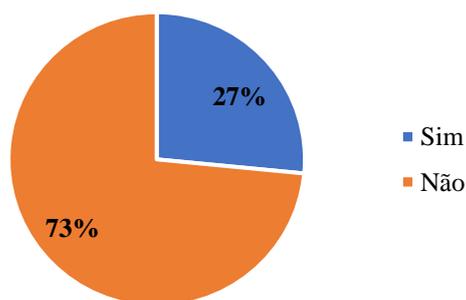
Organização: A autora, 2022.

No que concerne à identificação de figuras de liderança por parte dos habitantes entrevistados, o Gráfico 6 – B demonstra que a maioria (61%) dos respondentes não conseguiram identificar uma figura de liderança comunitária. Indicando a existência de uma lacuna importante que incide na organização e representação do distrito, evidenciada pelo não reconhecimento por parte dos próprios moradores.

Em contrapartida, os demais entrevistados (39%) que afirmaram identificar alguma figura de liderança comunitária no distrito dividiram-se entre vereadores (42,11%), representantes da associação de bairro (36,84%) e outros moradores da comunidade (21,05%). Tal resultado aponta para a ocupação, em parte, da lacuna da figura de liderança comunitária por figuras políticas do poder legislativo como supressores desta, e sugere especial atenção quanto à possibilidade também do desenvolvimento de políticas clientelistas na localidade. Mas ao mesmo tempo, é observado que representantes de associações de bairro estão em segundo lugar, assim como outros moradores envolvidos em organizações ou voluntariado. Tal fato demonstra uma diversificação de pessoas atuantes e propostas existentes para organização e representação do território, ainda que seja reconhecida por apenas 39% dos respondentes.

De volta à temática das figuras políticas, representantes do poder legislativo e executivo, os moradores também foram questionados acerca da confiança que sentiam nas autoridades políticas municipais para atenderem as demandas da localidade (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Confiança dos moradores nas autoridades políticas do município para atenderem as demandas da localidade



Organização: A autora, 2022.

A maioria deles (73%) relatou não confiar nos políticos eleitos para resolverem as demandas da comunidade. Dentre as principais causas apontados estão: as promessas públicas e individuais não cumpridas; o interesse demonstrado a população apenas no período de campanha eleitoral; e por fim, a convivência de alguns políticos dentro da mesma localidade sem que resolvam as problemáticas relativas à infraestrutura local. Questões essas que reafirmam a crise da democracia liberal.

Nem todos. Pq alguns vê o problema e finge que não vê. Tem vereador que mora na rua, vê que é uma tristeza e ele mesmo nem se mobiliza pra arrumar onde mora, imagina a localidade. (E31)

Não. Pq não fazem nada pela população, principalmente saneamento básico e limpeza. (E35)

Não. Pq eles não procuram saber da gente sem ser em período político. Só na promessa. (E41)

Não. São todos interesseiros, só aparece em época de eleição. (E48)

Confio sim. Pq a gente precisa ajuda. Precisar de um carro pra levar num hospital eles arrumam. (E29)

Agora sim. Porque tão trabalhando bem, melhor que outras gestões. Construindo escola, recuperando outras. A criação da creche. (E26)

Sim. Porque a gente tá conseguindo aproximação. E no que corremos atrás estamos conseguindo. (E39)

Já os moradores que relataram confiar nestas autoridades representativas, apontaram como principais causas de reforço positivo à confiança individual e coletiva: a resolução de demandas individuais e coletivas de caráter imediato; e a instalação de novos equipamentos públicos comunitários.

#### 4.1.3.3 Categoria Ambiente

Esta categoria temática trata do que os moradores compreendem pelo termo “ambiente” e qual o entendimento que mais se aproxima do pensamento deles sobre o ambiente de Guadalajara (Tabela 6); quais são os problemas ambientais da localidade identificados por eles (Tabela 7 e Gráfico 8); e por fim, de acordo com sua compreensão, quais ações têm sido tomadas por eles visando contribuir positivamente para o ambiente de Guadalajara (Figura 14).

Ao serem indagados sobre qual palavra melhor definiria o termo ambiente para si (Tabela 6), os moradores responderam com maior frequência os substantivos<sup>30</sup> “natureza” (13); “lugar” (13); “espaço” (5); “casa” (3); e “vivência” (2). Enquanto frequências mínimas de aparecimento, estiveram os substantivos: “necessidades” (1); “organização” (1); “vida” (1); “sociabilização” (1); “lazer” (1); “trabalho” (1); “saúde” (1); “educação” (1); e por fim, meio ambiente (1). Para fins de discussão, serão consideradas apenas as palavras que surgiram com

---

<sup>30</sup> Segundo o Dicionário Priberan da Língua Portuguesa (SUBSTANTIVO, 2022), o substantivo é entendido enquanto uma classe de palavras, que designam seres ou coisas, estados, processos e qualidade. Assim, ao selecionar apenas os substantivos relatados pelos moradores, atingiu-se ao menos a essência comum do que o termo “ambiente” representa para cada entrevistado. Por isso, ao longo da discussão não partiremos dessas palavras enquanto conceitos ou categorias de análise científica, mas sim, a partir das definições imediatas presentes no Dicionário Priberan.

frequência mais expressiva. Essas respostas foram associadas às respostas de uma outra questão em que os moradores deveriam escolher, dentre frases já formuladas, qual delas mais se aproximava do que eles pensam no tocante ao ambiente de Guadalajara. As frases foram formuladas segundo as concepções tipológicas sobre o “Ambiente” apresentadas em Sauvé (1997).

Tabela 6 - Associação entre os substantivos escolhidos pelos entrevistados para se referirem ao termo “ambiente” e suas compreensões sobre o ambiente de Guadalajara, Paudalho-PE.

<b>Ambiente é:</b>	<b>O ambiente de Guadalajara...</b>	<b>Frequência Total</b>
natureza (9), lugar (3), espaço (2), meio ambiente (1), vida (1), lazer (1), saúde (1)	Deve ser apreciado, respeitado e preservado	18
natureza (2), espaço (1), lugar (1), casa (1)	Devemos cuidar bem dele para que não se deteriore ou degrade.	5
casa (1), lugar (1), *(1)	Está ameaçado pela poluição e degradação.	3
natureza (2), espaço (1)	Devemos aprender a apreciar e desenvolver o senso de pertencer a ele.	3
vivência (1), sociabilidade (1), lugar (1)	Devemos ser solidários a ele, visto que é um sistema interdependente entre os seres vivos e inanimados do globo terrestre.	3
lugar (7), espaço (1), necessidades (1), organização (1), casa (1), trabalho (1), vivência (1), educação (1), *(3)	Devemos nos envolver e participar mais para torná-lo desenvolvido.	17
<b>Total</b>		
<b>Substantivos e frequências</b>		<b>Nº de entrevistados</b>
Natureza (13), Lugar (13), Espaço (5), Casa (3), Vivência (2), Necessidades (1), Organização (1), Vida (1), Sociabilização (1), Lazer (1), Trabalho (1), Saúde (1), Educação (1), Meio Ambiente (1), *(4)		49

\*respostas desconsideradas por serem adjetivos, repetições do termo “ambiente”, ou porque os entrevistados não souberam responder. Organização: A autora, 2022.

A frase mais escolhida foi “Deve ser apreciado, respeitado e preservado.” (18) correspondendo à concepção do ambiente enquanto natureza “original e ‘pura’, da qual o ser humano é dissociado e precisa aprender a se conectar com ela para melhorar a “qualidade de ‘ser’” (SAUVÉ, 1997, p. 2). De acordo com quem se identificou com essa opção, as palavras utilizadas com mais frequência para se referir ao termo “ambiente”, foram: natureza (9), entendida no contexto como conjunto das coisas criadas ou ainda essência dos seres (NATUREZA, 2022); lugar (3), enquanto espaço ocupado ou que pode ser ocupado por pessoas (LUGAR, 2022); e espaço (2), como área em que está no intervalo entre limites (ESPAÇO, 2022). As metodologias para abordagem da Educação Ambiental sugerida por Lucie Sauvé

(1997) nesta concepção foram exposições e imersão na natureza visando à interação dos indivíduos de maneira congruente com o funcionamento elementar da natureza.

A segunda frase priorizada com mais frequência foi “Devemos nos envolver e participar mais para torná-lo desenvolvido.” (17) correspondendo a concepção do ambiente como projeto comunitário. Nesta concepção, o ambiente é o lugar da coletividade humana, lugar compartilhado e político, em que deve ser desenvolvida a solidariedade, democracia, o envolvimento e participação individual e coletiva visando a evolução da “comunidade” (SAUVÉ, 1997). Os que se identificaram com essa frase, apresentaram uma maior diversidade de palavras, das quais lugar (7) teve a maior frequência de aparecimento. Com relação às metodologias indicadas para a abordagem da EA por Sauvé (1997) estiveram a pesquisa(ção) participativa, ou pesquisa-ação, para a transformação comunitária; e o desenvolvimento de fóruns de discussão comunitário para os cidadãos estudarem e discutirem os problemas surgidos até identificarem elementos de consenso que possibilitem elaborar e implementar soluções adequadas.

A última frase mais escolhida foi “Devemos cuidar bem dele para que não se deteriore ou degrade.” (5). O ponto de vista desta frase se resume na ideia de que o ambiente é um problema para ser resolvido devido a constante ameaça a qual a poluição e a degradação, realizadas pela humanidade, tem promovido (SAUVÉ, 1997). A palavra mais utilizada por quem se identificou com esta frase foi natureza (2), seguida de espaço (1), lugar (1) e casa (1). Com relação às metodologias sugeridas, as adotadas possuem enfoque mais pragmático como os estudos de caso e as resoluções de problemas.

Com relação aos temas de problemas ambientais relatados pelos moradores e a frequência de aparecimento deles nas respostas (Tabela 7), tornam a surgir algumas questões já comentadas anteriormente com relação ao que agradava e desagradava os habitantes juntamente com novas problemáticas que também passaram a emergir nas declarações.

Tabela 7 – Frequência de relatos dos moradores sobre os problemas ambientais da localidade

<b>Problemas ambientais relatados</b>	<b>Frequência</b>
Lixo	23
Esgoto	9
Saneamento básico	5
Desmatamento	5
Poluição	4
Falta de calçamento	3
Obras inacabadas	2
Queimada da cana-de-açúcar	2
Insegurança	2
Falta de água	1
Iluminação pública	1

Animais soltos	1
Veneno (agrotóxicos e pesticidas)	1
Poluição sonora	1

Organização: A autora, 2022.

Dentre os problemas já comentados anteriormente, o lixo reaparece nos discursos por 23 vezes; as obras inacabadas, novamente citada por 2 vezes; assim como a insegurança (2), que apareceu anteriormente como violência. Das outras questões mais citadas, temas como: “Esgoto”, especificamente, foi o segundo mais mencionado (9); “Saneamento básico” e “Desmatamento”, empatados com 5 menções cada; “Poluição” em quarto lugar (4); e “Falta de calçamento” em quinto (3).

Um dos piores é a questão do lixo. Perto da minha casa passamos a semana inteira com o lixo na rua. A minha vizinha já perdeu uma filha porque pegou um germe devido ao lixo na frente de casa. (E37)

Sim. Córregos cheios de lixo e quando chove fica muito ruim de transitar por lá. (E47)

Na passagem da nova BR-408 por aqui mudou muita coisa, derrubaram muitas árvores, e isso mudou até o clima do bairro. Pois antes era muito mais ventilado e agora é muito mais calor. (E9)

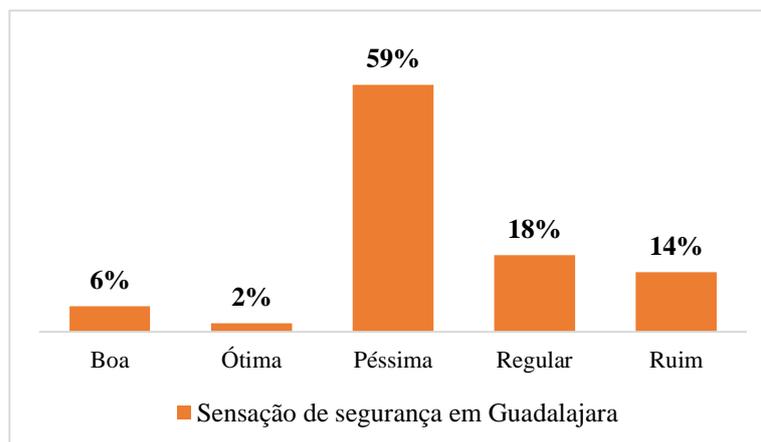
Falta de reciclagem, a necessidade de asfaltamento em algumas ruas, obras incompletas que acabam gerando um acúmulo de lixo nesses locais em específico. (E8)

Lixo exposto na rua, poluição de carro, poluição sonora com esses bares abertos até tarde. (E49)

Dentre outros problemas ambientais citados pela população estiveram a queimada da cana-de-açúcar (2); a falta de água (1); iluminação pública precária (1); animais soltos na rodovia (1); veneno utilizado na plantação de cana-de-açúcar (1); e por fim, “poluição sonora” (1) especificamente.

Devido à grande quantidade de relatos acerca da violência apresentados na seção 4.1.3.2 e reaparecimento nesta seção enquanto um problema ambiental apresentado pelos moradores, questionou-se aos moradores sobre a sensação de segurança que possuem em Guadalajara (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Sensação de segurança em Guadalajara, Paudalho-PE



Organização: A autora, 2022.

Apenas 73% declararam ter entre ruim e péssima sensação; 18% alegaram ter uma sensação regular; e apenas 8% afirmaram ter entre boa e ótima sensação de segurança na localidade. Convém salientar que dentre as principais causas da violência urbana estão principalmente problemas como desigualdade e vulnerabilidade social, invisibilidade, disposição deficitária de infraestrutura e serviços públicos que abarquem a demanda básica de toda população, e o narcotráfico. Questões essas que foram evidenciadas ao longo do trabalho desde a identificação das condições ambientais utilizando-se de variáveis quantitativas até os relatos expressos pelos entrevistados, enquanto variáveis qualitativas.

Dando prosseguimento as demais indagações relativas à categoria “Ambiente”, quando os habitantes questionados sobre o que fazem ou continuam a fazer que contribui positivamente para o meio ambiente de Guadalajara (Figura 14), identificou-se que 53,06% disseram que contribuem positivamente descartando o lixo em local correto, enquanto que 18,36% declararam não fazer nada de positivo.

Figura 14 - Relato dos moradores sobre ações próprias que contribuem positivamente para o ambiente de Guadalajara<sup>31</sup>



Organização: A autora, 2022

Alguns disseram que contribuem através da coleta seletiva, ao separar o lixo antes do descarte e entrar em contato com os catadores de materiais recicláveis para repassarem o material diretamente para eles (8,16%).

Eu junto os recicláveis em casa e peço pra os catadores buscarem lá em casa. Já a outra parte do lixo, acabo jogando no contêiner. (E37)

Outros entrevistados disseram contribuir através da conversa com outros moradores sobre o descarte incorreto de resíduos e da denúncia feita para vereadores sobre o lixo acumulado em ruas ou em demais áreas públicas (8,16%).

Quando eu vejo lixo na rua eu procuro os vereadores pra trazerem o pessoal da limpeza. (E49)

E as demais declarações que apareceram foram: 8,16% que disseram economizar água, e não a deixarem “parada” em recipientes abertos para não haver propagação de mosquitos; trabalho com reciclagem (6,12%); plantação de árvores frutíferas (2,04%); e economia de energia (2,04%). Por fim, os 6,12% restantes apresentaram respostas genéricas como “contribuo como cidadão”, “ajudando quem (ele/ela) pode”, ou ainda “preservando o que é bom”.

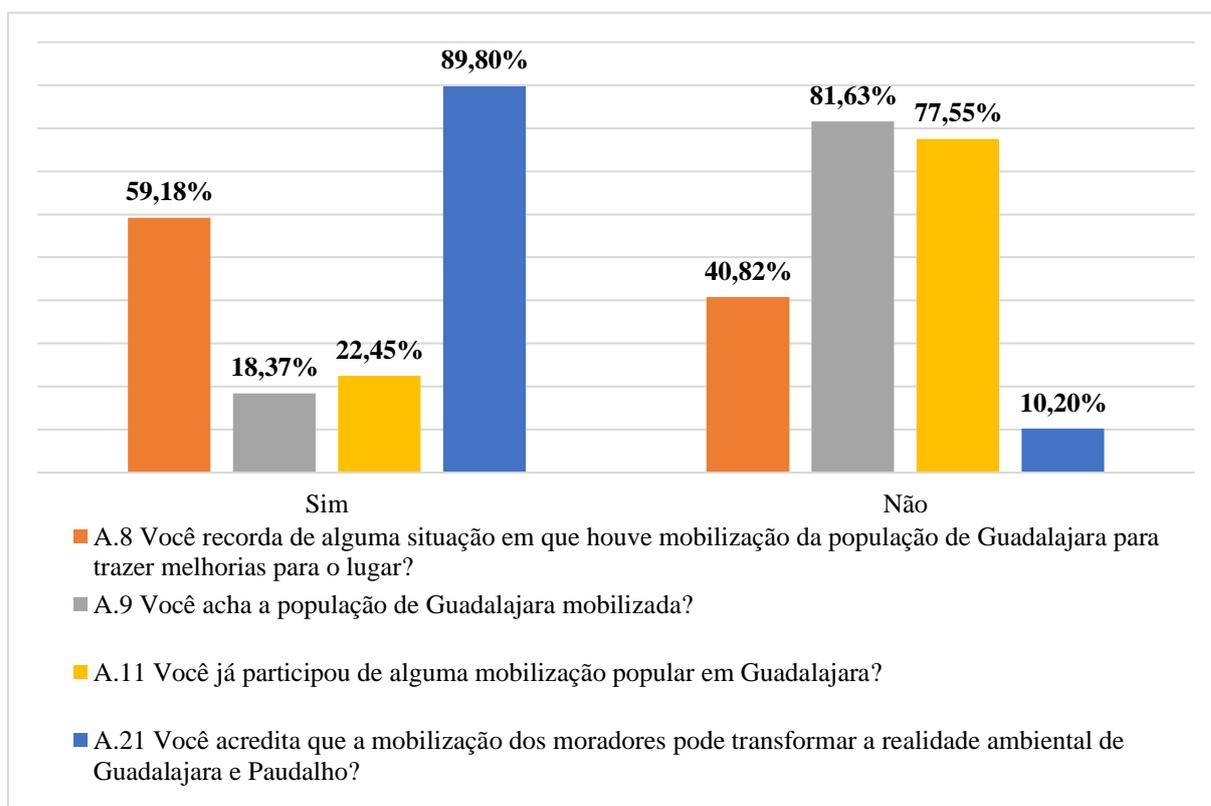
De forma geral, inferiu-se que nesta dimensão as declarações dos moradores indicaram certo nível de consciência deles no que tange as demandas ambientais, propiciando, inclusive, o desenvolvimento de ações de cuidado com o ambiente vivido – ainda que de caráter individual e, por vezes esporádico.

<sup>31</sup> Para construção da nuvem de palavras foram consideradas apenas as contribuições especificadas e válidas, excluindo os que declararam não contribuir positivamente e os que responderam de forma genérica.

#### 4.1.3.4 Categoria Mobilização

Nesta última categoria foram analisadas as impressões dos entrevistados acerca das mobilizações populares ocorridas em Guadalajara (Gráfico 9) considerando: a memória sobre os acontecimentos; a sua participação individual; e por fim, se eles acreditam que esse tipo de mobilização pode transformar a realidade ambiental do distrito e do município.

Gráfico 9 - Mobilização em Guadalajara segundo os moradores



Organização: A autora, 2022.

Quando indagados se recordavam de alguma situação em que houve mobilização da população de Guadalajara para trazer melhorias para o lugar, 59,18% declararam que sim, e 40,82% que não. Dentre as mobilizações mais lembradas estão os episódios coletivos que demandavam a construção da passarela e instalação de lombadas, e em seguida a mobilização com relação à situação da água do distrito. Outros episódios de mobilização também foram citados, como por exemplo para calçamento de ruas e reforma escolar.

Uma vez houve uma mobilização para pedir a construção de uma passarela. E assim foi atendido o pedido. (E9)

Lembro no processo de duplicação da BR que corta o bairro, protesto para a construção de uma passarela. (E12)

Sim, comissão da água deu tudo certo ao fim. (E36)

Sim. O protesto pra ter a lombada. Não conseguiu a lombada, mas conseguimos a passarela. O que diminuiu bastante os acidentes. (E39)

Sim, a do colégio municipal de Guadalajara. Depois do protesto para reformar o colégio. Depois que o outro prefeito entrou ele reformou. (E41)

Sim, mobilização para asfaltar a rua. Conseguimos. (E44)

Sim. Uma pra conseguir trazer uma passarela. E lembro de outra tbm, pra trazer a comesa pra cá. (E45)

Em seguida, quando questionada se achava a população do distrito mobilizada, a maioria expressiva de 81,63% alegou que não. Apenas 18,37% afirmaram achar a população mobilizada. Os que negaram, argumentaram que de forma geral quem se mobiliza no distrito o faz em busca de interesses particulares e não populares. Para alguns, a população não consegue se articular em termos de fiscalização e cobrança a políticos eleitos, já para outros, os moradores reivindicam ao poder municipal mais do que seria direito dos cidadãos.

Não, as pessoas acham que tudo tem que ser com a prefeitura. (E1)

As vezes não, falta muito senso das pessoas em relação ao próprio lugar aonde mora. (E2)

Não. Não há organização popular de bairro, apenas alguns moradores defendendo seus interesses particulares. (E5)

Sim, existe mobilização quando existe um problema comum, como por exemplo a violência. Inclusive já participei de audiências públicas sobre a questão da violência no bairro. (E12)

São devagar demais. O povo de Guadalajara é todo parado, não cobra de político nenhum, nem de prefeito. (E14)

Não. Pq eu não vejo as pessoas se organizando pra nada. Só quando tiveram os acidentes de trânsito que se mobilizaram e uniram bem pra correr atrás de formas de evitarem esses acidentes, como foi com a passarela que conseguiram. (E35)

Acho não. Cada um procura seu interesse somente. (E48)

Sim. Quando é alguma que afeta eles correm pra fazer e interromper estrada e fazer barraco no meio da estrada aí consegue rapidinho. (E49)

De acordo com os que afirmaram achar a população mobilizada, foram apontadas, dentre as questões que propulsionam a mobilização a existência de problemas em comum e em espaços de uso comum. Outros relatos também identificaram que ações populares que interrompem o fluxo das vias e chamam atenção, seja por gritos ou palavras de ordem, tenderam a resolver demandas reivindicadas do distrito.

Perguntados sobre a participação em mobilização na localidade 77,55% negaram participar – alegando sentir desconforto com as ações de mobilização ou incompatibilidade de horários, contra 22,45% que disseram sim.

Nunca participei, pq eu não me sinto confortável. (E2)

Não, Deus me livre! (E25)

Sim. Para calçar a rua. Conseguimos que um vereador levasse a demanda pra câmara e asfaltaram. (E44)

Não. pq tô trabalhando aí n bate os horários. (E46)

Sim. Protesto para fazer passarela. Demorou, mas saiu a passarela. (E49)

Dos que disseram participar, alegaram que conseguiram alcançar as reivindicações populares levando a pauta através das ações coletivas de protesto desenvolvidas em espaços públicos e, também, através de um vereador que apresentou a demanda para a apreciação na câmara municipal de vereadores.

Por fim, quando questionados se acreditam que a mobilização de moradores pode transformar a realidade ambiental de Guadalajara e Paudalho, a maioria expressiva de 89,80% disse acreditar que sim. Eles ressaltaram questões como organização; união coletiva e união entre as ideias e práticas; e por fim envolvimento ao ponto de transpor os interesses particulares para o alcance dos interesses coletivos.

Sim. Acredito que a voz do povo tem poder. Uma mobilização feita de maneira adequada, se agindo organizadamente pode trazer muitas melhorias. (E4)

Acho que não. Pq eu acho que a população não tem essa força toda pra isso não. (E17)

Não, porque até agora não vi foi nada. (E22)

Com certeza. As pessoas podem ser bem mais unidas e fazer a diferença. Garantindo um ambiente seguro. (E26)

Sim, a união faz a força se todo mundo tivesse junto em Propósito. (E27)

Pode sim. Pq querendo ou não, somos nós quem questionamos o que queremos ou não. Somos nós quem botamos um vereador e prefeito no poder. Se a gente se juntasse conscientemente pra ir atrás das coisas com certeza conseguiríamos sim. (E31)

Sim. Pq a população unida em prol de um benefício pra nós é mais fácil do que duas ou três pessoas irem pra prefeitura. Pq quando se junta é mais forte. E os políticos dependem de nós. (E35)

Acredito sim, mas isso depende das pessoas se envolverem mesmo e ultrapassarem seus interesses particulares pra lutar pelos coletivos. Aí sim é possível que a gente mude o que precisa, com união nas ideias e nas práticas. (E48)

Em contrapartida, dentre os 10,20% que disseram não crer nessa possibilidade apenas 4,10% justificaram suas opiniões. Sendo 2,05% de que a população não possui força suficiente para transformar a realidade ambiental, e 2,05% alegando que mesmo com as mobilizações que já ocorreram viu mudança alguma acontecer até então.

Quando são correlacionadas as pessoas que disseram acreditar na transformação da realidade ambiental através da mobilização popular com as suas respostas sobre as próprias participações nessas mobilizações percebe-se que 75% deles nunca participaram de mobilização alguma pelo distrito, evidenciando uma lacuna entre o que se acredita sobre a influência transformadora da atuação coletiva e o que se é praticado pelas pessoas.

Por outro lado, 100% das pessoas que já participaram de associações ou clubes disseram acreditar na transformação da realidade ambiental, mas apenas os moradores que participam da AMG (54,54%) participaram das mobilizações populares do distrito. Isto evidencia que apesar do caráter voluntário e solidário das demais associações e clube, o associativismo que mais tem mobilizado pessoas interessadas nas demandas coletivas do distrito de Guadalajara é o da associação de bairro. Apontando para a importância da existência dessas organizações populares nos territórios vulneráveis enquanto agentes aglutinadores de pessoas com interesses compartilhados com relação as demandas do ambiente, ligadas por laços de solidariedade, e dotadas de iniciativa social e mobilizadora.

Por fim, a mobilização popular de moradores apresenta-se para os habitantes ainda enquanto alternativa mais concreta para a transformação da realidade ambiental urbana, ainda que existam muitos desafios a serem transpassados com relação à inserção e ao engajamento de populares nas formas e nas práticas de ações coletivas.

## 5 CONCLUSÕES

Os principais problemas evidenciados a partir da identificação das condições ambientais do distrito apontaram para a história precária do planejamento territorial municipal, que, assim como em boa parte dos municípios brasileiros, têm apresentado problemas na implementação das diretrizes do Estatuto da Cidade, assim como na criação e implementação de legislações ambientais municipais atuais. A estagnação do Plano Diretor em 10 anos, por exemplo, bem como a do Código Municipal de Meio Ambiente de Paudalho (1986), tem contribuído para o estabelecimento de decisões desajustadas no que diz respeito tanto aos elementos naturais, antrópicos e relações socioterritoriais que compõem o espaço de Guadalajara, quanto à sua transformação ao longo da história.

A regulação urbana do município aponta o distrito como área de expansão urbana e também como Zona Especial de Interesse Social, porém os serviços, equipamentos, infraestrutura e saneamento básico ainda são escassos para as demandas da população, configurando esta como de vulnerabilidade social média-alta. Aliado a isto, recentemente foram construídos dois residenciais de interesse social distantes do núcleo do distrito e próximos à Área de Proteção Permanente, aproveitando-se da exceção importante permitida para interesses sociais da lei que trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (Lei Nº 11.428/2006). Tal situação associada às pressões já existentes através do isolamento da APP por plantações de cana de açúcar, pela rodovia BR-408 e pelas estradas de terra que acompanham suas bordas ameaçam a preservação deste importante fragmento da Mata Atlântica no distrito, além de demonstrar o desalinhamento entre as regulações urbana e ambiental do município.

Dessa forma, a urbanização do distrito acontece independentemente das questões ambientais existentes e tenderão a piorar com o maior adensamento urbano aliado a não precessão de uma infraestrutura adequada e com a inexistência de uma educação para convivência ambiental sustentável que considere as condições ambientais da localidade – as contradições sociais evidenciadas, a riqueza natural disponível, as relações de uso e cobertura da Terra e as condições histórico-estruturais da formação territorial municipal. Inferência que se mostrou válida na medida em que foi analisada a história da mobilização popular de moradores neste ambiente; bem como, as suas compreensões acerca da forma como interpretam e atuam em seus territórios considerando tais condições ambientais.

Considerando a reconstrução da história de mobilização popular de bairro no distrito, foram identificados 3 tipos associativos, dos quais apenas a recente associação de bairro

promove atividades ligadas à assistência social, de saúde e educacional aos moradores. Com relação aos episódios de mobilização e protesto identificados em matérias de jornais, e posteriormente na fala dos moradores, três mobilizações específicas que tomaram maiores proporções e ficaram marcadas na memória popular. Todas associadas a equipamentos públicos urbanos – construção de passarelas e implementação de lombadas, captação e distribuição hídrica pela COMPESA, efetuada de maneira regular para os moradores. Enquanto que outras mobilizações foram citadas, em menor quantidade, também relacionadas a equipamentos públicos urbanos, como por exemplo o calçamento de ruas, e relacionadas a aquisição de equipamentos públicos comunitários, como escola.

Neste sentido, comprova-se que os moradores fazendo uso da mobilização de recursos, utilizaram-se dos recursos e oportunidades presentes no ambiente enquanto estratégias para conquista das demandas populares. Viu-se isso em Guadalajara através das articulações e manifestações públicas na rodovia que corta o município; nas denúncias, ainda que individuais, feitas às secretarias municipais; ou o envio de vídeos e fotos para a imprensa local e estadual, visando a veiculação das condições precárias locais enquanto estratégia para adquirir a visibilidade que a causa demandava para surtir efeito enquanto pressão política. Outro ponto interessante é que tais lutas, apesar de se darem por demandas de caráter local, as mesmas sofrem influências espaço-temporal de outros contextos e movimentos insurgentes a nível nacional e internacional, como foi o caso das Jornadas de Junho de 2013, das ações para a Copa do Mundo de 2014 e das reivindicações sobre a passarela em Guadalajara.

Enquanto compreensões acerca da forma como os moradores interpretam e atuam em seus territórios, pôde-se inferir que os moradores apresentam potencialidades a serem atingidas e desafios a serem superados para articulação e mobilização popular segundo as questões desenvolvidas nas categorias “Identidade coletiva e confiança”, “Ambiente” e “Mobilização”.

No que diz respeito às respostas da primeira categoria, as pessoas – enquanto família, amigos e vizinhos localizados no distrito, constituem laços sociais importantes para os moradores dentro do território, fortificado quanto maior for a proximidade locacional entre eles. Os equipamentos públicos comunitários conferem uma rede de infraestrutura comum importante que os conecta ao território e aos demais moradores que fazem uso cotidianamente desses equipamentos na localidade. A natureza e a tranquilidade foram palavras recorrentes que traduziram algumas das qualidades significativas vinculadas à identificação pessoal e particular com Guadalajara compartilhada pelos moradores. Nesse sentido, essas são características que surgiram como potencialidades no fortalecimento da identidade coletiva dos habitantes.

Simultaneamente, problemáticas como violência; resíduos sólidos; dificuldades no acesso e qualidade de serviços e equipamentos públicos comunitários; e obras públicas inacabadas têm afetado bastante a relação entre os moradores e entre eles e o seu território na medida em que o compartilhamento do espaço de forma saudável se torna prejudicado. Outras questões que se mostraram adversas a solidificação dessa identidade e também da confiança foi a baixa aderência na participação social desses habitantes em atividades associativas que superem o mundo individual de cada um e uma quantidade expressiva que não conseguia identificar alguém que tivesse o perfil de liderança comunitária no distrito, além do baixo nível de confiança nas autoridades políticas.

Com relação à compreensão desses moradores acerca do termo ambiente, percebe-se que eles de forma geral transitam entre duas concepções: em uma possuem a compreensão de que é o mesmo que natureza pura e que o ser humano está dissociado dele, precisando se reconectar para melhorar a própria qualidade de vida; e na outra, compreendem que o ambiente é palco da vida em comunidade, espaço de envolvimento e participação das pessoas visando à evolução. Dentro de cada concepção desta, Sauvé (1997) atribuiu metodologias para se trabalhar a educa o ambiental possibilitando uma intera o respeitosa e saudável entre as pessoas e o ambiente, que foram brevemente citadas enquanto possibilidades a serem trabalhadas com os moradores.

No que diz respeito aos problemas ambientais evidenciados por eles na localidade, percebe-se que apesar de novas questões terem sido relatadas, os problemas que são mais visíveis para eles continuam a ser os mesmos identificados a partir do mapa de vulnerabilidade social realizado com dados do ano de 2010, evidenciando que mesmo após 12 anos questões ligadas aos resíduos sólidos e ao saneamento básico continuam a ser expressivas. Mas outras que emergiram e não puderam ser dimensionadas anteriormente, como a sensa o de segurança, sugerem aten o após a contabiliza o das declara es negativas reveladas no estudo.

Com rela o   categoria mobiliza o, notou-se, enquanto principal desafio, a dificuldade que a popula o tem em se transpor os interesses particulares, fazendo apenas quando a existência de problemas comuns   maioria e em espaços de uso comum   maioria. Quase metade dos entrevistados não lembrava das mobiliza es que tinham trazido melhorias para o lugar, embora as mais lembradas pela maioria tenham conseguido a instala o da única passarela no distrito e duas lombadas, e possibilitado a COMPESA assumir a concessão do distrito. Tal desafio fica mais evidente quando 81,63% dos entrevistados assumem nunca ter participado de tais mobiliza es, embora 89,80% digam acreditar no potencial da mobiliza o popular de moradores para transformar a realidade ambiental de Guadalupe em Paudalho.

Nesse sentido, há um posicionamento velado em que se espera sempre a ação do outro, e nunca uma iniciativa própria para resolver os problemas.

Em contrapartida, enxerga-se o potencial em específico dos moradores que participam da associação de bairro (AMG). Todos eles foram os únicos, dos que participavam de associações, que estiveram presentes nos episódios de mobilização. Fazendo crer que associações dessa natureza possibilitam a aglutinação de pessoas com os mesmos interesses, e capacidades de mobilização e execução alinhadas à busca de recursos e oportunidades para os territórios vulneráveis. Assim, as associações de bairro atuantes – como é o caso da AMG no distrito de Guadalajara –, têm contribuído através da promoção da readaptação às novas formas de existência fazendo uso da solidariedade. E enquanto mantiverem esse compromisso com o território, acima dos interesses particulares que tanto dividem os habitantes, terão possibilidade de aumentar o estoque de confiança da população nela mesma, e em suas decisões políticas. Assim como estarão orientados a evoluírem a movimentos de bairro.

## REFERÊNCIAS

- ACSRALD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O social em Questão**, n. 33, p. 57-67, 2015.
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. Ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. **Lua Nova**, [s. l.], n. 76, p. 49–86, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro**: De frente para o Estado, em busca do parlamento. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- BARBOSA, G. S.; MORAIS, I. R. D. Pequenas cidades inseridas no domínio canavieiro nordestino: características socioeconômicas, desafios e possibilidades. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v.13, n.1, p. 79-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geingá/article/view/56382> Acesso em: 2 fev. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimpr. da 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2016
- BERNARDES, A.; ZERBINI, A.; GOMES, C.; BICUDO, E.; ALMEIDA, E.; CONTEL, F. B.; GRIMM, F.; NOBRE, G.; ANTONGIOVANNI, L.; PINHEIRO, M. B.; XAVIER, M.; SILVEIRA, M. L.; MONTENEGRO, M.; ROCHA, M. F.; SANTOS, M.; ARROYO, M.; BORIN, P.; RAMOS, S.; BELO, V. L. **O papel ativo da geografia, um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos: Florianópolis, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 5 out 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, publicada em Diário Oficial da União em 28 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF, 27 abr 1999. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/04/1999&jornal=1&pagina=41&totalArquivos=199> Acesso em: 09 dez. 2019
- BRASIL. Lei Nº 10.257, de julho de 2001. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, DF, 10 jul 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) Acesso em: 26 nov. 2019
- BRASIL. Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências**. Brasília, DF, 22

dez 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm) Acesso em: 24 out 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; [...] e dá outras providências.** Brasília, DF, 25 mai 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm) Acesso em: 24 out 2021.

**BR-408 GANHA LOMBADAS E PASSARELAS EM PAUDALHO. A VOZ DE VITÓRIA.** 04 fev. 2014. Disponível em: <https://www.avozdavitoria.com/br-408-ganha-lombadas-e-passarelas-em-paudalho/> Acesso em: 30 jun. 2021

CARLOS, E. Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e Estado. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.16, n. 35, p. 321-350, 2017.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 83-99, 2015.

CARTIER, R; et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2009, p. 2695-2704.

CASTILHO, C. J. M. O uso neoliberal do espaço – impactos sobre os “territórios da vida humana” na cidade. **OKARA – Geografia em debate**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 597-623, 2019.

\_\_\_\_\_. Uma análise geográfica da evolução dos movimentos sociais de bairro em Recife-PE: Um movimento social vivo e relevante. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 4, n.1, p. 11-45, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229870> Acesso em: 06 set. 2019

\_\_\_\_\_; MORAIS, H. A. Desenvolvimento – uma questão ainda pertinente? *Sociedade e território*, Natal, v. 32, n. 1, p. 152-173, 2020.

CAVALCANTI, G. B. Democracia popular: Experiência das associações de bairro da cidade do Recife (1955-1964). **Revista Espaço Plural**, Ano XVII, Paraná, n. 34, p. 583 – 603, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/14966> Acesso em: 09 dez. 2019

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE). **Índice de Vulnerabilidade Municipal Composto.** Novembro de 2012 (Nota Técnica nº 52). Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT\\_52.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_52.pdf) Acesso em: 20 fev 2021.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. A Vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de campinas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIV, 2004, Caxambú. **Anais [...].** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, p. 1-19. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1425> Acesso em: 20 fev 2021.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ESPAÇO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2022.

Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/espaco> Acesso em: 25 fev. 2022

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, E. O. L. Uma história social do movimento de resistência a Ditadura Militar de Casa Amarela – Recife – PE 1964-1985. **ANPUH- XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, p. 1-8, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371\\_fb21c36e4accb199ef359ee8c29f6b65.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_fb21c36e4accb199ef359ee8c29f6b65.pdf)> Acesso em: 09 out. 2020.

FREITAS, C. F. S. Regulações territoriais e expansão urbana informal: é possível preservar e incluir?. **Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo**, n.19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n19.2017.02>

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da Cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Global, 2013.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FIDEM. **Plano Diretor**: Paudalho. Recife: FIDEM. 2002.

GASPAR, L. **Usina Mussurepe**. In: Pesquisa escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/usina-mussurepe/> Acesso em: 15 de ago. 2021.

GOHN, M.G.M. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GUADALAJARA, MAIOR DISTRITO DE PAUDALHO, GANHA NOVO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. COMPESA. 2019. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/guadalajara-maior-distrito-de-paudalho-ganha-novo-sistema-de-abastecimento-de-agua/> Acesso em: 01 abr. 2021

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/direito-e-democracia-entre-facticidade-e-validade-ii.pdf>> Acesso em: 08 de set. 2021.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manual técnico de uso da terra**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - CONDEPE. **Paudalho**. Série Monografias Municipais, Recife: CONDEPE, 26, 1987.

JATOBÁ, S. U. S. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. In: Boletim regional, urbano e ambiental. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. Brasília: Ipea, Dirur, 2011. p. 141-148. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4682> Acesso em: 18 de mar 2020.

KATZMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas do bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades"(Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 7ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; TABORDA, L. D. R. Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 17, n. 40, p. 307–341, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p307>

\_\_\_\_\_; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinio Publica**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 361–396, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017232361>

LUGAR. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Lugar> Acesso em: 25 fev. 2022.

MACHADO, I. S. Modernidade e reificação na sociologia alemã: as alternativas às narrativas clássicas que emergem no final do século XX nas obras de Norbert Elias, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v.7, n. 16, p. 135-156, Mai - Ago, 2019. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/496/pdf\\_22](http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/496/pdf_22) Acesso em: 10 de ago 2021

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, o processo de produção do capital v.II, 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

MEDEIROS, C. N.; ALBUQUERQUE, E. L. S. Mapeamento da vulnerabilidade social em nível de setores censitários: Estudo de caso para o município de Caucaia (CE). **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Texto para Discussão**, v. 107, 2014. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp->

content/uploads/sites/45/2014/02/TD\_107.pdf Acesso em: 20 fev 2021.

MEDEIROS, C. N.; SOUZA, M. J. N. Metodologia para mapeamento da vulnerabilidade socioambiental: o caso do município de Caucaia, estado do Ceará. **Revista Eletrônica do PRODEMA (REDE)**. Fortaleza, V.10, n. 1, p. 54-73, jan. / jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22411/rede2016.1001.04>. Acesso em: 20 fev 2021.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. [S. l.]: El Colegio de Mexico, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvhn0c2h>

\_\_\_\_\_. **Challenging codes: Collective action in the informing age**. New York: [s. n.], 1996.

\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, p. 49–66, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Promotoria de Justiça de Paudalho. Portaria de instauração de inquérito civil, de 9 de abril de 2019. **Diário Oficial Eletrônico**, n. 265, p. 15-16, 10 abril 2019. Disponível em: <https://www.mppe.mp.br/mppe/sou-ministerio/diario-oficial-link-sou-mppe/category/650-diario-oficial-2019?download=7229:diario-oficial-eletronico-mppe> Acesso em: 20 fev 2021.

**MORADORES DA ZONA DA MATA DE PE BLOQUEIAM A BR-408 EM PROTESTO**. G1 PE. 05 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/pe/noticia/2015/01/moradores-da-zona-da-mata-de-pe-bloqueiam-br-408-em-protesto.html> Acesso em: 01 abr. 2021.

**MORADORES DE PAUDALHO, PE, FECHAM A BR-408 EM PROTESTO POR FALTA D'ÁGUA**. G1 PE. 03 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/pe/noticia/2013/04/moradores-de-paudalho-pe-fecham-br-408-em-protesto-por-falta-dagua.html> Acesso em: 01 abr. 2021.

**MORADORES DO INTERIOR DE PERNAMBUCO QUEIMAM ÔNIBUS EM PROTESTO**. R7 CIDADES. 01 fev. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/moradores-do-interior-de-fernambuco-queimam-onibus-em-protesto-01022014> Acesso em: 30 jun. 2021.

NATUREZA. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/natureza> Acesso em: 25 fev. 2022.

NUNES, H. K.B.; AQUINO, C.M.S. Vulnerabilidade social dos setores censitários às margens do Rio Poti no Município de Teresina/Piauí. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v.20, n. 69, p. 326-341, mar. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41300> Acesso em: 20 fev 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONUBR. **Documentos Temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 - 7 - 11 - 12 – 15**. 2018. Brasília, julho de 2018. Disponível em: <

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos---ods-6--ods-7--ods-11--ods-12-e-ods-15.html#:~:text=O%20conjunto%20de%20E2%80%9Cdocumentos%20tem%C3%A1ticos,discuss%C3%B5es%20tem%C3%A1ticas%20correspondentes%20na%20fase>> Acesso em 27 set. 2020

PASSMORE, J. Attitudes to Nature, in Peters R.S., *Nature and Conduct, Royal Institute of Philosophical Lectures*, Vo. VIII, 1973-74, London, MacMillan, 1975. p.251-264. Tradução de Christine Rufino Dabat: "Atitudes Frente À Natureza", in *Revista de Geografia*, (ISSN 0104-5490), Recife, UFPE, v.11, n.2, jul/dez.1995, p.91-102.

PAULINO, A. G. L. Entre o diálogo e a Resistência: o movimento social de bairro no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE). **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n. 87, p. 659-677, Set./Dez. 2019. Disponível em: <  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000300659&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000300659&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 9 out. 2020.

**PROTESTO FECHA A BR-408 EM GUADALAJARA, PAUDALHO.** Giro Mata Norte. 5 jan. 2015. Disponível em: <https://giro.matanorte.com/regioes/zona-da-mata/paudalho/protesto-fecha-a-br-408-em-guadalajara-paudalho/> Acesso em: 8 fev. 2021.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** 5ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, L. C. S. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização : Uma Perspectiva Neogramsciana.**2005. Dissertação ( Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.6617>.

RESENDE, P. S. **Metodologia para avaliação da Vulnerabilidade Socioambiental: Estudo da Cidade de Paracatu (MG).** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16245> Acesso em: 20 fev 2021.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. Ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora HUCITEC. 1993

\_\_\_\_\_. **As cidades locais no terceiro mundo:** o caso da América Latina. In: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 85-92.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SANTOS, J. A. E.; IMBERNON, R. A. L. A concepção sobre a “natureza” e o “meio ambiente” para distintos atores sociais. **Terrae Didática**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 151–

159, 2015. DOI: 10.20396/tdv10i2.8637372. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8637372/5082> Acesso em: 25 out. 2021.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, vol. 10, jul/dez, 1997 Disponível em  
[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao\\_ambiental\\_e\\_desenvolvim.html](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html) Acesso em: 25 out. 2021.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**: Um ensaio de interpretação sociológica. 1.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SILVA, A. K. C. **Inserção de empreendimentos residenciais em cidade média**: o caso de Paudalho/PE. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

\_\_\_\_\_; NASCIMENTO, M.M.P. O habitar do espaço geográfico: uma breve discussão sobre o percurso histórico das políticas habitacionais brasileiras (1849 – 2019). **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.8, n.1, p. 140-159. DOI:  
<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2019.240776> Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/240776> Acesso em: 02 fev. 2021

SOUSA, J. O.; PEREZ, O. C.; VIANA, M. R. Movimentos sociais em redes: uma análise do Ocupa Praça em Teresina – PI. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 12, p. 1-13, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692020000100227&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692020000100227&script=sci_arttext) Acesso em: 09 out. 2020.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução a ecologia política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SUBSTANTIVO. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/substantivo> Acesso em: 25 fev. 2022.

USINA PETRIBU S.A. **Usina Petribu**. História. Disponível em:  
<https://www.petrribusa.com.br/historia> Acesso em: 01 out. 2021

**APÊNDICE A – VARIÁVEIS, OPERAÇÕES MATEMÁTICAS E GERAÇÃO DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DO IVS**

Dimensão	Indicador	Censo 2010			
		Planilha do IBGE	Códigos das variáveis originais	Operação matemática	Código atribuído ao indicador
SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA	Renda nominal média mensal do DPP	DomicílioRenda_UF.xls Basico_UF.xls	V003 e V001	(V003/V001)	RenMeDPP
	Percentual de DPP com mais de 4 moradores	Domicílio01_UF.xls	V002 e V054, V055, V056, V057, V058, V059	(V054+V055+ V056+V057+V058+V059)/V002*100	Do01mm4
	Percentual de DPP sem abastecimento de água da rede geral	Domicílio01_UF.xls	V002 e V012	(V002 – V012)/ V002*100	Do01Dsarg
	Percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial, ou fossa séptica.	Domicílio01_UF.xls	V002, V019, V020, V021 e V022	(V019 + V020 + V021 + V022) / V002 *100	Do01BssEsg
	Percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza	Domicílio01_UF.xls	V002,V036 e V037	[V002 – (V036 + V037)]/V002*100	Do01Sclixo
GÊNERO E ALFABETIZAÇÃO	% responsáveis por DPP não alfabetizados	Responsável02_UF.xls	V001 e V093	[(V001-V093)/ V001]*100	2RDPPnAlf
INFRAESTRUTURA DO ENTORNO	% de DPP sem iluminação pública	Entorno01_UF.xls	V001, V009, V011 e V013	[V001 - (V009+ V011+V013)]/ V001*100	E01_SILumP
	% de DPP sem pavimentação	Entorno01_UF.xls	V001, V015, V017 e V019	[V001 - (V015+ V017 +V019)]/ V001*100	E01_Spav
	% de DPP sem arborização	Entorno01_UF.xls	V001, V045, V047 e V049	[V001 - (V045+ V047 + V049)]/ V001*100	E01_Sarb
	% de DPP com ocorrência de esgoto a céu aberto	Entorno01_UF.xls	V001, V050, V052 e V054	[V001 - (V050+ V052+ V054)]/ V001*100	CEsgCA
	% de DPP com lixo acumulado nos logradouros	Entorno01_UF.xls	V001, V056, V058 e V060	{[V001 - (V056+ V058+ V060)]/ V001}*100	E01_LixoLo

Fonte: IBGE, 2010, adaptado de Resende (2016). Elaboração: A autora, 2021.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DOS MORADORES

Nº da entrevista:	Nome do(a) entrevistado(a) ou apelido:	Gênero:	Idade:	Data: ___/___/2021
Ocupação:	Nível de escolaridade: Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/>			
Tempo que mora em Guadalajara:	Número para contato:	E-mail para contato:		
A - Ambiente e mobilização em Guadalajara				
A.1 Em uma palavra, o que é ambiente para você?				
A.2 Marque a alternativa que mais se aproxima do que você pensa sobre o ambiente de Guadalajara:				
<input type="checkbox"/> Deve ser apreciado, respeitado e preservado. <input type="checkbox"/> Devemos cuidar bem dele para que não se deteriore ou degrade. <input type="checkbox"/> Está ameaçado pela poluição e degradação. <input type="checkbox"/> Devemos aprender a apreciar e desenvolver o senso de pertencer a ele. <input type="checkbox"/> Devemos ser solidários a ele, visto que é um sistema interdependente entre os seres vivos e inanimados do globo terrestre. <input type="checkbox"/> Devemos nos envolver e participar mais para torná-lo desenvolvido.				
A.3 O que você encontra no ambiente de Guadalajara que te agrada?				
A.4 O que você encontra no ambiente de Guadalajara que te desagrada e como poderia melhorar para você?				
A.5 A sua vizinhança, incluindo você, é disposta a ajudar os vizinhos? Se sim, ajudam de que forma?				
A.6 Você recorda de alguma situação em que houve mobilização da população de Guadalajara para trazer melhorias para o lugar? Se sim, em que resultou?				
A.7 Você acha a população de Guadalajara mobilizada? Por quê?				
A.8 Você já participou de alguma mobilização popular em Guadalajara? Em qual situação? Em que resultou?				
A.9 Você acha que existe problema(s) ambiental(is) em Guadalajara? Por favor, descreva e apresente-os abaixo para que a pesquisadora possa identificá-los em sua visita a Guadalajara.				
A.10 Você confia nas autoridades políticas de Paudalho para atenderem as demandas de Guadalajara? Por quê?				
A.11 Você já fez ou faz parte de algum clube ou associação na localidade? Se sim, qual era e qual atividade era realizada nele(s)?				
A.12 Você consegue identificar alguma figura de liderança comunitária em Guadalajara? Cite alguns nomes ou apelidos.				
A.13 O que você fez, ou continua a fazer, que contribui positivamente para o meio ambiente, principalmente o de Guadalajara?				
A.14 Você acredita que a mobilização dos moradores pode transformar a realidade ambiental de Guadalajara e Paudalho? Por quê?				
A. 15 A segurança de Guadalajara é:				
<input type="checkbox"/> Péssima <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Ótima				

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS MORADORES

Nº da entrevista:	Nome do(a) entrevistado(a) ou apelido:	Gênero:	Idade:	Data: ___/___/2021
Ocupação:	Nível de escolaridade: Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/>			
Tempo que mora em Guadalajara:	Número para contato:	E-mail para contato:		
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS MORADORES				
1. Para você, Guadalajara é um ambiente rural ou urbano? Porquê?				
2. Você recorda de alguma situação em que houve mobilização da população de Guadalajara para trazer melhorias para o lugar? Se sim, em que resultou?				
3. Você acha a população de Guadalajara mobilizada? Porque?				
4. Caso sim, a mobilização é eficiente? Porque?				
5. Você já participou de alguma mobilização popular em Guadalajara? Em qual situação? Em que resultou?				
6. Na sua opinião, quais os principais problemas ambientais encontrados em Guadalajara?				
7. Você confia nas autoridades políticas de Paudalho para atenderem as demandas do bairro de Guadalajara?				
8. Caso a resposta anterior tenha sido não, o que você acredita que faria com que os políticos se mobilizassem por Guadalajara?				
9. Você já cobrou alguma melhoria para Guadalajara de político eleito por você? Em que resultou?				
10. Existe algum ambiente de comunicação (físico ou virtual) entre os moradores de Guadalajara que possibilite a troca de informações, realização de denúncias públicas sobre ocorridos no bairro, reuniões ou ainda divulgação de vendas e eventos?				
11. Você conhece alguma figura de liderança comunitária em Guadalajara?				
12. Se sim, você poderia destacar alguma conquista no distrito que foi liderada por esta liderança?				
13. Você acredita que a mobilização dos moradores pode transformar a realidade ambiental de Guadalajara e Paudalho? Porquê?				

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM  
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO**

Nº da entrevista:	Nome do(a) entrevistado(a) ou apelido:	Gênero:	Idade:	Data: ___/___/2021
Ocupação:	Nível de escolaridade: Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/>			
Tempo que mora em Guadalajara:	Número para contato:	E-mail para contato:		
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM AGENTES DO PODER PÚBLICO</b>				
1. Nos últimos anos o distrito de Guadalajara aumentou significativamente o número populacional exercendo uma maior demanda sobre os serviços e equipamentos públicos municipais dispostos na localidade. Com a inserção do Residencial Guadalajara I e II, estima-se um aumento de aproximadamente 2.300 habitantes no distrito. Diante desse panorama, quais são as estratégias do atual poder público municipal para atender a tais demandas?				
2. As secretarias municipais têm considerado a participação popular na tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento urbano de Paudalho? De que forma?				
3. Quais as dificuldades encontradas pela gestão do município para efetivar a participação popular na gestão pública municipal?				
4. Quais os mecanismos adotados em Paudalho para se fazer valer uma gestão participativa no município?				
5. Existe o contato entre as associações de bairro do município e as secretarias municipais? Quais são as principais demandas que eles apresentam com relação ao ambiente urbano?				
6. Quais as estratégias adotadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano para alcançar a sustentabilidade ambiental em Paudalho?				
7. Quais as estratégias adotadas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para alcançar a sustentabilidade ambiental em Paudalho?				